UM SISTEMA DE SEGURANÇA GLOBAL: UMA ALTERNATIVA À GUERRA
QUINTA EDIÇÃO

RESUMO

Partindo de um conjunto convincente de provas de que a violência não é uma componente de conflito necessária entre Estados e entre Estados e intervenientes não-estatais, a World BEYOND War afirma que a guerra em si pode ser erradicada. Nós, humanos, temos vivido sem guerra durante a maior parte da nossa existência e a maioria das pessoas vive sem guerra a maior parte do tempo. A guerra surgiu há cerca de 10.000 anos (apenas 5% da nossa existência enquanto Homo Sapiens) e gerou um círculo vicioso, pois as pessoas, temendo o ataque de Estados militarizados, consideraram necessário imitá-los; e assim começou o ciclo da violência que culminou nos últimos 100 anos numa condição de "permawar". A guerra ameaça agora destruir a civilização, uma vez que as armas se tornaram cada vez mais destrutivas. Contudo, nos últimos 150 anos, têm-se desenvolvido novos conhecimentos e métodos revolucionários de gestão não-violenta de conflitos, que nos levam a afirmar que é tempo de acabar com a guerra e que o podemos fazer mobilizando milhões em torno de um esforço global.

Aqui encontrará os pilares da guerra que devem ser derrubados para que todo o edifício do Sistema de Guerra possa desabar, e aqui estão os alicerces da paz, já em construção, sobre os quais construiremos um mundo onde todos estarão seguros. Este livro fornece um projeto abrangente para a paz como base de um plano de ação para acabar, finalmente, com a guerra.

Colaboradores

Um Sistema de Segurança Global: Uma Alternativa à Guerra (Quinta Edição)

Produzido e publicado pela World BEYOND War

Editor da Quinta Edição: Phill Gittins

ISBN: 978-1-7347837-7-3 (versão impressa)
ISBN: 978-1-7347837-6-6 (versão eBook)

Autores originais: Shifferd, Kent; Hiller, Patrick; Swanson, David

Feedback valioso e/ou contribuições para esta edição e edições passadas por: Saul Arbess, Colin Archer, Steve Bailey, Jim Bearden, Kathy Beckwith, Leah Bolger, Robert Burrowes, Mary DeCamp, Mel Duncan, Pat Elder, Russ Faure-Brac, Ronald Glossop, Judith Hand, David Hartsough, John Horgan, Robert Irwin, Tony Jenkins, Susan Lain Harris, Patricia Mische, Catherine Mullaugh, Margaret Pecoraro, Tim Pluta, David Prater, Betty Reardon, John Reuwer, Joe Scarry, Annette Schmidt, Alice Slater, Jewell Starsinger, Linda Swanson, Laurie Timmermann, Benjamin Urmston & Greta Zarro.

Pedimos desculpa àqueles que forneceram feedback e não são mencionados. O seu contributo é valorizado.

Layout e design: Paloma Ayala, www.ayalapaloma.com

Conteúdo

RESUMO 2**COMO O LIVRO ESTÁ ORGANIZADO...E COMO UTILIZÁ-LO** 7**"STUDY WAR NO MORE" - JUNTE-SE À NOSSA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM ONLINE** 8**PREFÁCIO À QUINTA EDIÇÃO** 9**PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 2018-19** 11**UMA VISÃO ORIENTADORA DE PAZ** 13**INTRODUÇÃO: UM PROJETO PARA ACABAR COM A GUERRA** 13**O Trabalho da World BEYOND War** 15Aviso 15

Porque é necessário um Sistema de Segurança Global Alternativo 17O Que Nos Torna Seguros? 18

O Antigo Paradigma de Segurança 18

Paradigmas de Segurança Alternativos 19

Segurança Humana 19

Segurança Autêntica 19

Necessidades Humanas 19

Segurança Comum 20

A Jaula de Aço da Guerra: O atual Sistema de Guerra descrito 20**A necessidade de um Sistema alternativo - A guerra falha a trazer a paz** 24**A guerra está a Tornar-se Cada Vez Mais Destrutiva** 26A Preparação da Guerra e a Guerra são Contribuidores Enormes para a Crise Ambiental 27

Os Benefícios de um Sistema Alternativo 29**PORQUE PENSAMOS QUE UM SISTEMA DE PAZ É POSSÍVEL** 30**Já há mais Paz no Mundo do que Guerra** 30**Mudámos sistemas fundamentais no passado** 30**Vivemos num Mundo em rápida mudança** 30**Os perigos do patriarcado estão a ser desafiados** 31**Compaixão e cooperação são parte da condição humana** 33**A importância de estruturas de Guerra e Paz** 33**Já se está a desenvolver um sistema alternativo** 34**Não-violência: O Fundamento da Paz** 35**ESBOÇO DE UM SISTEMA DE SEGURANÇA GLOBAL ALTERNATIVO** 37**Como Funcionam os Sistemas** 37**Componentes do Sistema de Segurança Global Alternativo** 38**DESMILITARIZAR A SEGURANÇA** 40**Resumo executivo** **Error! Bookmark not defined.Recomendações estratégicas de políticas e de ação** **40**

Mudar para uma Postura de Defesa Não-Provocativa 42Retirada gradual de bases militares estrangeiras 43

Desmantelar alianças militares 44

Terminar com as Invasões e Ocupações 44

Desarmamento 45Armas Convencionais 46

Proibir o Comércio de Armas 46

Pôr Fim ao Uso de Drones Militarizados 47
Eliminar Armas de Destruição em Massa 50
Estabelecer uma Economia de Paz 54Reajustar as Despesas Militares 54
A Economia da Prevenção da Guerra 56
Criar uma economia global estável, justa e sustentável 57
Democratizar as Instituições Económicas Internacionais (OMC, FMI, BIRD) 59
Criar um Plano Global de Ajuda Ambientalmente Sustentável 60
Reconfigurar a resposta ao terrorismo 60**O Papel das Mulheres na Paz e na Segurança** 62**Recomendações estratégicas de políticas e de ação**
Error! Bookmark not defined.GERIR CONFLITOS SEM VIOLÊNCIA 66
Resumo executivo **Error! Bookmark not defined.Mudar para Uma Atitude Proativa 67**
Reforço das Instituições Internacionais e Alianças Regionais 66**Reformar as Nações Unidas** 67Reformar a Carta para fazer Face a Agressões de forma mais Eficiente 68
Reformar a Assembleia Geral 69
Reformar o Conselho de Segurança 69
Fornecer financiamento adequado 70
Prever e gerir conflitos antecipadamente 70
Alinhar-se antecipadamente a movimentos indígenas pacíficos 71
Reformular as operações de manutenção da paz 71
Direito internacional 72Fortalecer o Tribunal Internacional de Justiça 73
Fortalecer o Tribunal Penal Internacional 74
Incentivar a conformidade com os tratados existentes 76
Criar novos tratados 77
Estabelecer comissões verdade e reconciliação 77
O papel da Sociedade Civil Global e de ONGs internacionais 77Intervenção não violenta: a utilização de forças civis de manutenção da paz 79
Criar uma força de defesa civil não violenta 81
Propostas para começar de novo: abordagens alternativas para a governação global humanitária 81Problemas inerentes à segurança coletiva 83
Princípios da governação global humanitária 83
A Federação da Terra e a Constituição da Terra 84
Proposta por uma Assembleia Global de Emergência 85
Resumo executivo **Error! Bookmark not defined.Recomendações estratégicas de políticas e de ação 87**
CRIAR UMA CULTURA DE PAZ 86**Estabelecer uma Cultura de Paz** 86Contar uma nova história 89
A inaudita revolução de paz dos tempos modernos 91
Cidadania planetária: um Povo, um Planeta, uma Paz 92
Difusão e Financiamento da Educação para a Paz e Investigação sobre a Paz 92**Cultivar o Jornalismo de Paz** 95**Utilizar a religião como uma ferramenta para a construção da paz** 97**ACELERANDO A**

TRANSIÇÃO: CONSTRUINDO O MUNDO ALÉM DO MOVIMENTO DE GUERRA 101**Construção de coligações** 102**Programas de Educação para a Paz** 102**Campanhas de Ação Direta Não Violenta** 104**CONCLUSÃO** 106**Inspire-se** 106**ADENDAS** 108**Política Externa Feminista** 108**Infraestruturas para a Paz** 111**O Papel do Jovem na Paz e Segurança** 114**APÊNDICES** 118**Quem somos** 118**Grupos e Afiliados da World BEYOND War** 119**Guia Prático** 120**Livros** 120**Filmes** 123**Combatendo Mitos de Guerra (folheto informativo)** 124**O Pacto Kellogg-Briand 1928 (folheto informativo)** 127

COMO O LIVRO ESTÁ ORGANIZADO...E COMO UTILIZÁ-LO

Este livro começa com uma provocadora "Visão de Paz", que pode parecer utópica para alguns até se ler o resto do livro, que inclui os meios para alcançá-la. As primeiras duas partes do livro apresentam uma análise de como funciona o atual sistema de guerra, a conveniência e a necessidade de o substituir e uma análise das razões pelas quais é possível fazê-lo. A parte seguinte descreve o Sistema de Segurança Global Alternativo (SSGA), que desafia o sistema falhado de segurança nacional e o substitui pelo conceito de segurança comum — ninguém está seguro até que todos estejam seguros.

O SSGA assenta em três estratégias amplas para a humanidade pôr fim à guerra: **1) desmilitarizar a segurança, 2) gerir os conflitos sem violência e 3) criar uma cultura de paz.** Estes são os componentes inter-relacionados do nosso sistema: as estruturas, processos, ferramentas e instituições necessárias para desmantelar a máquina da guerra e substituí-la por um sistema de paz, que proporcionará uma segurança comum mais salvaguardada. **As estratégias para desmilitarizar a segurança** visam reduzir a dependência do militarismo. À primeira vista, estas estratégias parecem estar apenas centradas em "desfazer" o sistema atual. No entanto, também estabelecem princípios normativos para procurar e alcançar a segurança. **As estratégias para gerir os conflitos sem violência** estão centradas na reforma e/ou estabelecimento de novas instituições, ferramentas e processos para garantir a segurança. Estes são os componentes aparentemente mais funcionais do nosso sistema. **As estratégias para criar uma cultura de paz** são as mais visionárias, potencialmente transformativas e orientadas para o futuro. Estas estratégias preocupam-se em estabelecer normas, valores e princípios sociais e culturais necessários para sustentar um sistema próspero de paz e os meios para o difundir globalmente. O resto do livro aborda medidas realistas que um indivíduo ou grupo pode tomar, destacando os esforços da World BEYOND War para acelerar a transição, e terminando com um guia de recursos para estudo e ação futuros.

Este livro é uma ferramenta de aprendizagem essencial para os curiosos e empenhados na abolição da guerra. É também um recurso inestimável para recomendações de políticas e ações dos cidadãos em prol de uma ordem mundial mais pacífica. Foi concebido para estudo pessoal, discussão em grupo e/ou utilização em sala de aula. Encorajamos que o leia de uma ponta à outra, ainda que possa retomar facilmente a qualquer momento.

O SSGA é um recurso vivo e dinâmico: embora tenhamos documentado aqui investigação e experimentação significativas sobre abordagens alternativas à segurança e os nossos conhecimentos e experiências continuem a expandir-se rapidamente, somos ainda confrontados por um sistema de guerra dominante. Novos pensamentos e conhecimentos devem ser desenvolvidos constantemente, por isso convidamo-lo a tratar isto como um projeto partilhado. À medida que explora a visão alternativa aqui apresentada, é incentivado a formular as suas próprias ideias sobre as estratégias e instituições mais eficazes e eticamente consistentes como os alicerces do sistema de segurança global. Também acreditamos firmemente que ao incentivar principiantes a formular as suas próprias soluções e a mapear sistemas para a segurança comum, é mais provável que encorajemos a apropriação e ação política para que o novo sistema se torne realidade. A ação dos cidadãos é essencial para a transformação do sistema atual. Por isso, além de avaliar as alternativas apresentadas, convidamo-lo a considerar (e a partilhar connosco) as ações que possamos tomar, a título individual ou coletivo, para fazer avançar as possibilidades de mudança.

Como referido acima, embora este livro se baseie no trabalho de muitos especialistas em investigação da paz, ciência política e relações internacionais, bem como na experiência de muitos ativistas, é um plano em evolução que irá mudar à medida que obtivermos cada vez mais experiência. Os desafios descritos na primeira parte são reais, interligados e tremendos. Por vezes, não fazemos as ligações porque não as vemos. Por vezes, enterramos simplesmente a cabeça na areia — os problemas são demasiado grandes, demasiado insuportáveis, demasiado desconfortáveis. A má notícia é que os problemas não vão desaparecer se os ignorarmos. A boa notícia é que há

razões para ter uma esperança autêntica.[1] O fim histórico da guerra é agora possível se reunirmos a vontade de agir e, assim, nos salvarmos a nós próprios e ao planeta de uma catástrofe cada vez maior. A World BEYOND War acredita firmemente que o conseguimos fazer.

"STUDY WAR NO MORE" - JUNTE-SE À NOSSA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM ONLINE

O**"Study War No More"**é o nosso guia de aprendizagem online gratuito, concebido para apoiar o estudo mais aprofundado deste livro. Desenvolvido em parceria com a Campanha Global de Educação para a Paz, o guia pode ser utilizado para estudo independente ou como ferramenta para facilitar o diálogo e a discussão em salas de aula (ensino secundário e universitário) e com grupos da comunidade. O “Study War No More” apresenta vários tópicos de discussão, cada um apresentando questões orientadoras para apoiar uma investigação mais profunda de tópicos essenciais. O “Study War No More” também ajuda a dar vida a este livro: cada tópico de discussão inclui um vídeo introdutório de um dos nossos "parceiros de estudo e ação" — principais pensadores globais, estrategistas, académicos, defensores e ativistas que já estão a desenvolver componentes de um sistema de segurança global alternativo. Alguns destes parceiros de estudo e ação serão apresentados ao longo deste livro.

Junte-se ao "Study War No More", a nossa comunidade de aprendizagem online, aqui: www.globalsecurity.worldbeyondwar.org

[1] O ativista pela paz e professor Jack Nelson-Pallmeyer cunhou o termo "esperança autêntica" com base na premissa de que, como indivíduos e coletivamente, estamos a viver um período de transição difícil, marcado por ruturas e descontinuidade. Isto proporciona-nos a oportunidade e a responsabilidade de moldar a qualidade do nosso futuro. Consulte: Nelson-Pallmeyer, J. (2012). *Esperança autêntica: é o fim do mundo tal como o conhecemos, mas ainda são possíveis aterragens suaves*. Maryknoll, N.Y: Orbis Books.

PREFÁCIO À QUINTA EDIÇÃO

Muita coisa aconteceu desde a publicação da quarta edição de *Um Sistema de Segurança Global (SSGA)*, em 2018. Crises, como a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), não só produziram graves consequências económicas e sociais, como também levaram a uma discussão mais alargada sobre aquilo de que dependemos para nos mantermos seguros. Esta discussão aprofundou-se com o tempo, à medida que mais pessoas se aperceberam do que muitos já sabiam: que os militares não nos podem tornar seguros, que na realidade nos põem em perigo.

Em momentos de crise, o que é aparentemente impossível pode tornar-se possível. A boa notícia é que os esforços pela paz, sempre presentes por todo o mundo, estão a exigir uma maior cooperação internacional, a aplicação das leis aprovadas relativas à paz e muitas outras alterações que refletem uma longa e contínua mudança da guerra para os cuidados de saúde. Um dos esforços mais promissores, para o intuito deste livro, é o apelo por um cessar-fogo global, que cria as condições sobre as quais uma paz duradoura pode ser construída.

Precisamos de desenvolver um compromisso máximo para assegurar que a visão de um cessar-fogo global prevalece para ajudar a pôr termo à sobreposição e ao entrecruzamento de crises de guerra, ao deslocamento massivo de civis, ao colapso climático e ao risco de catástrofe nuclear. As crises relacionadas com a guerra e a guerra nuclear ainda nem sequer foram alvo da atenção recebida por outras crises que enfrentamos. A mudança desta dinâmica é ainda mais relevante se quisermos sobreviver e prosperar como espécie.

Tudo isto faz com que a mensagem central deste livro seja oportuna e intemporal: se quisermos satisfazer as necessidades das sociedades durante as crises atuais e futuras, então temos de atualizar as nossas ideias (e práticas) de segurança. Isto exige uma reformulação da sociedade, uma que seja globalmente inclusiva e que transforme o nosso sistema económico falhado em algo capaz de guiar a nossa recuperação em território desconhecido e de melhorar vidas. As páginas que se seguem destacam a relevância, e mesmo a urgência, de desviar recursos de atividades militares para a satisfação de necessidades básicas que mantêm as pessoas e o planeta a salvo, seguros e saudáveis — um trabalho que a guerra não faz.

Tal como antes, o livro é apresentado como um trabalho em progresso, para o qual os leitores são incentivados a contribuir. O presente livro está organizado da mesma forma que a quarta edição e o prefácio anterior ainda se aplica. O foco ainda está na articulação de um projeto para a paz como base de um plano de ação para acabar, finalmente, com a guerra. Nesta edição, há revisões ao longo do livro. Algumas revisões incluem adicionar ou ampliar exemplos, fazer pequenas alterações, incorporar novos dados e introduzir nova investigação empírica para sustentar os argumentos apresentados.

Existem novos tópicos tratados nesta edição que não foram abordados em edições anteriores. Estes incluem: **política externa feminista**; **infraestruturas para a paz**; **e o papel da juventude na paz e na segurança**. Convidámos Patrick Hiller e Saul Arbess para contribuir para este esforço. Patrick é um dos autores originais deste livro e atua como diretor executivo da War Prevention Initiative. Ele está envolvido em trabalhos com o Centre for Feminist Foreign Policy, e por esta razão, convidamo-lo a escrever a nova introdução à política externa feminista. Saul, como cofundador da Global Alliance for Ministries and Infrastructures for Peace (GAMIP) e da Canadian Peace Initiative (CPI), está na posição ideal para refletir sobre o trabalho em torno de infraestruturas para a paz. Estamos imensamente gratos a Patrick e a Saul pelas suas contribuições. O novo material sobre o papel da juventude na paz e na segurança foi escrito pelo editor desta edição, que possui um vasta experiência no trabalho com jovens numa variedade de diferentes contextos e cenários.

Estas novas adições podem ser lidas independentemente umas das outras e do livro como um todo, mas o que as une é um compromisso comum com a natureza essencial da inclusividade na construção da paz. Decidimos incluir este novo material no final do livro, imediatamente antes dos apêndices. Isto foi feito para evitar a interferência com o texto e para ajudar os leitores a encontrar o novo material rápida e facilmente. Estas novas entradas são sensíveis a tendências emergentes na área e acrescentam várias ferramentas importantes à discussão sobre a

forma como a comunidade da construção da paz está a evoluir para enfrentar novos desafios. Para este fim, embora reconhecendo que estas novas entradas, tal como outras entradas neste livro, poderiam ser integradas no contexto do SSGA em diferentes lugares e poderiam sobrepor-se de diferentes formas, por uma questão de clareza e de um lugar para começar, escolhemos situá-las dentro do contexto em que fizemos.

Gostaríamos também de agradecer às muitas pessoas que ajudaram na elaboração deste livro. Agradecemos e aplaudimos os capítulos e afiliados da World BEYOND War, que continuam a refletir sobre e a explorar muitas das ideias contidas no livro. Esperamos que este texto ajude a esclarecer o trabalho que continuam a fazer para melhorar as perspetivas do fim da guerra, e, acima de tudo, encorajar outros a juntaram-se a este esforço conjunto. Também são devidos agradecimentos àqueles que leram a edição anterior do livro e forneceram feedback valioso sobre a mesma. Esperamos ter feito justiça a algumas das suas preocupações e comentários. Gostaríamos também de agradecer aos participantes dos nossos cursos online intensivos: alguma da inspiração para as revisões surgiu como resultado de comentários úteis e observações críticas. Espera-se que este livro forneça alguma ajuda, à medida que todos nós continuamos a aprender e a agir no sentido de acabar com o flagelo da guerra e promover a paz no mundo. Para ajudar a fazer isto, oferecemos os conteúdos deste livro como uma parte dos fundamentos cada vez mais importantes da Educação para a Paz e como um apelo à ação, com sugestões sobre como unir os nossos esforços para abolir a guerra.

PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 2018-19

Esta 4ª edição do "projeto para acabar com a guerra" da World BEYOND War representa outra evolução dinâmica no nosso pensamento sobre o que "Um Sistema de Segurança Global" abrange e as estratégias, os novos modelos e as visões necessárias para nos levar até lá. Este livro guia o nosso trabalho e tem incentivado membros da nossa comunidade a tornarem-se participantes e instrumentos de mudança ativos, que estão a desafiar o antigo sistema e a estabelecer os alicerces para o novo.

A cada ano, convidamos e incentivamos o feedback sobre "Um Sistema de Segurança Global: Uma Alternativa à Guerra" — doravante SSGA — com a esperança e intuito de clarificar a nossa visão e de tornar o nosso projeto mais fácil de seguir. Muito do nosso feedback, este ano, veio de participantes dos nossos cursos online intensivos, muitos dos quais acharam difícil visualizar e articular o "sistema inteiro." A complexidade necessária de uma estrutura sistémica deste alcance pode gerar confusão. Assim, esta edição assume este pedido de clareza. Muitas das alterações que encontrará nestas páginas são estruturais: algumas partes foram deslocadas de modo a ficarem mais logicamente situadas dentro do plano e algumas redundâncias foram removidas. O mais significativo na nossa tentativa de clareza é a adição de um **resumo gráfico descrevendo as componentes e estratégias do SSGA**, bem como um **mapa mental/fluxograma,** que deve ajudar os leitores a visualizar as inter-relações entre todas as partes dinâmicas do sistema.

As novidades desta edição são breves **resumos executivos** de cada uma das três componentes principais e estratégias de orientação descritas nas linhas gerais do nosso sistema. Estes resumos ajudam a ilustrar o equilíbrio estratégico procurado entre reformas transitórias aos esforços de segurança existentes e propostas mais transformadoras que defendem o desenvolvimento de novas abordagens e instituições. Estes resumos são também complementados por **recomendações estratégicas de política e ação**. Esta adição foi motivada por uma história partilhada por um membro da comunidade, que teve a oportunidade de dar uma cópia do SSGA a uma congressista dos EUA. O gabinete da congressista considerou o SSGA poderoso, mas demasiado denso para o legislador comum. Estas novas recomendações separam algumas das que acreditamos serem as recomendações políticas mais fundamentais a serem seguidas. Estas recomendações são também pedidos de ação: sugestões orientadoras para o envolvimento político de todos os interessados.

Outro desafio da visualização do SSGA é que muitos consideram difícil imaginar algo que ainda não surgiu. Tal como em edições passadas, partilhamos histórias de esperança e mudança, que iluminam a revolução da paz não documentada e sem precedentes dos tempos modernos; uma revolução que é ofuscada pela predominante narrativa cultural do militarismo. Tentamos dar um pouco mais de vida a estas histórias apresentando o trabalho de muitos dos nossos parceiros de estudo e ação — principais pensadores globais, estrategistas, académicos, defensores e ativistas que já estão a desenvolver componentes de um Sistema de Segurança Global Alternativo. Estes parceiros foram anteriormente introduzidos no *Study War No More*, o nosso guia de aprendizagem online gratuito e complementar, concebido para apoiar o estudo mais aprofundado deste livro. Partilhamos fragmentos das suas histórias aqui com ligações para entrevistas em vídeo encontradas no *Study War No More*.

A secção sobre "Propostas para Começar de Novo: Abordagens Alternativas para uma Governação Global Humana" também passou por uma grande revisão. Não desistimos por completo das Nações Unidas, mas reconhecemos as suas muitas falhas, muitas das quais podem ser demasiado difíceis de ultrapassar sob o atual paradigma de Estado-nação. Continuamos a apelar a reformas estratégicas do sistema atual, mas também acreditamos que é essencial repensar todo o paradigma da governação global. A World BEYOND War elaborou recentemente um novo plano para a "Assembleia de Emergência Global (AEG)", uma visão para uma instituição de governação global concebida para substituir o atual sistema da ONU. Complementamos o nosso resumo da AEG (um trabalho em progresso) com uma introdução mais ampla à Federação da Terra & Constituição da Terra. Estes esforços remontam a 1958, quando a Constituição Mundial e Associação do Parlamento foi fundada para promover os princípios da governação democrática global. Pensamos que estas propostas representam algumas

das visões e dos modelos mais promissores para uma governação global pacífica e partilhamo-las com a esperança de que irão estimular o muito necessário novo pensamento e, potencialmente, influenciar reformas das instituições existentes.

Tal como nas edições anteriores, esforçamo-nos por incorporar dados novos e atualizados para ilustrar com maior precisão as tendências atuais. As contribuições da investigação da paz estão a crescer e, sempre que possível, integramos evidência empírica de análises no *Peace Science Digest*[2] para apoiar muitos dos argumentos apresentados. Além disso, instituições de investigação como o Stockholm International Peace Research Institute, o Peace Research Institute Oslo, o Institute for Economics and Peace ou o One Earth Future Research fornecem dados sobre despesas militares, negócios e segurança, género e segurança, paz ou falta dela e estratégias e recomendações de políticas fundamentadas empiricamente e acionáveis.

Sabemos que podemos não abordar suficientemente todas as preocupações de segurança emergentes. Por exemplo, poderíamos facilmente dedicar um volume inteiro para abordar os dilemas do "trumpismo". No entanto, verdade seja dita, a retórica de Donald Trump dificilmente representa uma nova direção na diplomacia externa ou na política de segurança dos EUA. Embora continuemos a resistir a todas as atuais e novas guerras, a missão da World BEYOND War e do SSGA é acabar com todas as guerras - um esforço estratégico a mais longo prazo. Esperamos que esta edição atualizada proporcione oportunidades para novas aprendizagens, um novo alcance e novas parcerias que nos possam ajudar a ir além do coro, com os nossos esforços, e a ligar os desligados. Esperamos que outros criadores de movimentos, tais como os nossos "parceiros de estudo e ação", continuem a envolver-se no trabalho crucial de construção de componentes do novo sistema, bem como a identificar áreas de foco e união, com base nos desenvolvimentos e conhecimentos destacados no livro.

[2] https://peacesciencedigest.org/

UMA VISÃO ORIENTADORA DE PAZ

Há muitas visões diferentes de paz, a nossa é a seguinte. Um mundo futuro sustentável, no qual as crianças vivam livres do medo e da violência, sejam alimentadas por um cultura de paz e sejam capazes de atingir todo o seu potencial humano, é o que motiva os esforços da World BEYOND War para estabelecer um Sistema de Segurança Global Alternativo. É por isto que estamos a lutar. O sistema que estabelecermos deverá estar a mover-nos nesta direção - se não, precisamos de reconsiderar o nosso modelo. Qual é a sua visão orientadora de paz? Que visão o motiva a tomar medidas para a mudança?

"As pessoas não conseguem trabalhar para o que não conseguem imaginar".
- Elise Boulding (figura fundadora dos Estudos de Paz e Conflito)

Saberemos que alcançámos a paz quando o mundo for seguro para todas as crianças. Elas brincarão livremente ao ar livre, nunca se preocupando com a possibilidade de apanharem bombas de fragmentação ou com drones a zumbir sobre as suas cabeças. Haverá uma boa educação para todas as crianças, até onde elas forem capazes de ir. As escolas estarão seguras e livres do medo. A economia será saudável, produzindo coisas úteis em vez daquelas que destroem o valor de uso e produzindo-as de formas sustentáveis. Não haverá indústria de queima de carbono e o aquecimento global terá sido travado. Todas as crianças estudarão a paz e serão ensinadas a utilizar métodos poderosos e pacíficos de combate à violência, caso esta surja de todo. As crianças aprenderão a neutralizar e resolver conflitos pacificamente. Quando crescerem, podem alistar-se num "exército de paz", uma força de paz que será treinada na proteção desarmada de civis e aperfeiçoará o uso da defesa civil, tornando as suas nações ingovernáveis se forem atacadas por outro país ou por um golpe de Estado e, portanto, imunes à conquista. As crianças serão saudáveis porque os cuidados de saúde estarão disponíveis gratuitamente, financiados pelas vastas quantias que outrora foram gastas na máquina da guerra. O ar e a água serão limpos, os solos saudáveis e produzirão alimentos saudáveis, porque o financiamento para a recuperação ecológica estará disponível a partir da mesma fonte. Quando virmos crianças a brincar, veremos crianças de muitas culturas diferentes juntas na sua brincadeira, porque as fronteiras restritivas terão sido abolidas. As artes irão prosperar e a ciência irá concentrar-se em formas construtivas, em vez de destrutivas, de criar segurança e prosperidade. Enquanto aprendem a orgulhar-se das suas próprias culturas - as suas religiões, artes, comidas, tradições, etc. - estas crianças irão perceber que são cidadãos de um pequeno planeta, bem como cidadãos dos seus respetivos países. Elas irão crescer com respeito pelo direito internacional democraticamente acordado. Estas crianças nunca serão soldados, embora possam muito bem servir a humanidade em organizações de voluntariado ou em alguns tipos de serviço universal para o bem comum.

Ninguém está seguro até que todos estejam seguros.

INTRODUÇÃO: UM PROJETO PARA ACABAR COM A GUERRA

"Qualquer que seja o propósito que o sistema de guerra possa ter servido em tempos, tornou-se agora disfuncional para a sobrevivência humana futura, contudo, não foi abolido."
-Patricia M. Mische (Educadora pela Paz)

Em *On Violence*, Hannah Arendt escreveu que a razão pela qual a guerra ainda está entre nós não é um desejo de morte da nossa espécie, nem nenhum instinto de agressão, "...mas o simples facto de nenhum substituto para este juiz final nos assuntos internacionais ter ainda aparecido no cenário político."[3] O Sistema de Segurança Global Alternativo que aqui descrevemos é o substituto: rejeita o sistema falhado de segurança nacional e substitui-o pelo conceito de segurança comum - ninguém está seguro até que todos estejam seguros.

O objetivo deste livro é reunir num só lugar tudo o que se precisa de saber para trabalhar para um fim da guerra, substituindo-a por um Sistema de Segurança Global Alternativo - um sistema em que a paz é procurada por meios pacíficos.

O caminho para acabar com a guerra e estabelecer o Sistema de Segurança Global Alternativo pode ser alcançado através de três estratégias amplas: 1) desmilitarizar a segurança; 2) gerir os conflitos sem violência e 3) criar uma cultura de paz. Estas três estratégias são os componentes organizadores do nosso projeto.

"O que se chama segurança nacional é um estado quimérico das coisas, em que mantém-se apenas para si próprio o poder de fazer guerra, enquanto todos os outros países são incapazes de o fazer... A guerra é, portanto, feita para manter ou aumentar o poder de fazer guerra."
- Simone Weil (filósofa e ativista) citada por Thomas Merton (escritor católico)

Durante quase toda a história registada, estudámos a guerra e como vencê-la, mas a guerra tornou-se cada vez mais destrutiva e ameaça agora populações inteiras e ecossistemas planetários com a aniquilação num holocausto nuclear. Fora isso, trouxe uma destruição "convencional" inimaginável há apenas uma geração, enquanto as iminentes crises económicas e ambientais globais passaram despercebidas. Indispostos a ceder a um fim tão negativo da nossa história humana, começámos a reagir de formas positivas. Começámos a estudar a guerra com um novo propósito: acabar com ela substituindo-a por um sistema de gestão de conflitos que resultará, pelo menos, numa paz mínima. Este documento é um projeto para acabar com a guerra. Não é um plano para uma utopia perfeita. É um resumo do trabalho de muitos, com base em muitos anos de experiência e análise de pessoas que se esforçam para entender o porquê de, quando quase todos querem paz, ainda termos guerras; e no trabalho de inúmeras pessoas que têm experiência política no mundo real na luta não-violenta como um substituto da guerra.[4] Muitas destas pessoas juntaram-se para trabalhar com a World BEYOND War.

[3] Arendt, H. (1970). *Sobre violência.* New York, NY: Houghton Mifflin Harcourt.

[4] Existe agora uma grande quantidade de bolsas de estudos e uma grande profusão de experiência prática com a criação de instituições e técnicas para gerir conflitos e experiência prática com movimentos não-violentos bem-sucedidos, muitos dos quais são referenciados na secção de recursos no fim do Sistema de Segurança Global: Um Documento da Alternativa à Guerra e no site da World BEYOND War.

O Trabalho da World BEYOND War

A World BEYOND War está a ajudar a construir um movimento global não-violento para pôr fim à guerra e estabelecer uma paz justa e sustentável. Acreditamos que é a altura certa para uma cooperação em larga escala entre organizações da sociedade civil existentes que procuram paz, justiça, direitos humanos, sustentabilidade e outros benefícios para a humanidade. Acreditamos que a esmagadora maioria da população mundial está cansada da guerra e pronta a apoiar um movimento global para a substituir por um sistema de gestão de conflitos que não mata milhares de pessoas, esgota recursos e degrada o planeta.

A World BEYOND War acredita que o conflito entre nações e dentro de nações existirá sempre e que é demasiadas vezes militarizado, com resultados desastrosos para todas as partes. Acreditamos que a humanidade pode criar - e já está em processo de criar - um sistema de segurança global alternativo não-militarizado que irá resolver e transformar conflitos, sem recurso à violência. Acreditamos também que tal sistema precisará de ser implementado gradualmente enquanto se elimina a segurança militarizada; daí defendermos medidas como a defesa não-provocativa e a manutenção da paz internacional nas fases iniciais da transição.

Estamos confiantes de que alternativas viáveis à guerra podem ser e serão construídas. Não acreditamos ter descrito um sistema perfeito. Este é um trabalho em progresso que convidamos outros a melhorar. Nem acreditamos que tal sistema alternativo possa não falhar de maneiras limitadas. No entanto, estamos confiantes de que tal sistema não falhará as pessoas da forma preponderante que o atual sistema de guerra faz e também fornecemos meios de reconciliação e um regresso à paz, caso tais falhas limitadas ocorram.

Verá aqui os elementos de um Sistema de Segurança Global Alternativo que não depende da guerra ou da ameaça de guerra. Estes elementos incluem muitos para os quais as pessoas trabalham há muito tempo, por vezes há gerações: a abolição das armas nucleares, a reforma das Nações Unidas, o fim da utilização de drones, a mudança das prioridades nacionais de guerras e preparativos para a guerra para a satisfação das necessidades humanas e ambientais, e muitos outros. A World BEYOND War tenciona cooperar totalmente com estes esforços, enquanto mobiliza um movimento de massas para acabar com a guerra e substituí-la por um sistema de segurança global alternativo. Pode saber mais sobre os nossos esforços atuais lendo a secção *Acelerar a Transição: Construir o Movimento World BEYOND War*.

Aviso

A World BEYOND War é um movimento global.

Desmantelar o sistema de guerra e substituí-lo por um Sistema de Segurança Global Alternativo exige que adotemos um novo pensamento, que vá além das fronteiras, e que abandonemos muitas das velhas mentalidades sobre a ordem mundial que nos divide, em vez de nos unir. Esforçamo-nos, desta forma, nesta publicação para oferecer uma integração completa de entendimentos e experiências internacionais, nacionais, culturais e de género.

Reconhecemos que grande parte da análise deste livro é focada na política militar e externa dos EUA. É claro que o militarismo dos EUA é sentido em todo o mundo através do domínio militar, económico, cultural e político. Os Estados Unidos são uma grande parte do problema, mas não o problema inteiro. Na nossa transição para nos tornarmos um movimento verdadeiramente global, procuramos trazer a atenção para a generalização do militarismo e da guerra em todos os cantos do planeta, bem como integrar mais abordagens não-ocidentais à construção de paz e à segurança. Esperamos que, com o tempo, este livro reflita uma maior diversidade de perspetivas através do nosso esforço contínuo de procurar e integrar o vosso feedback.

Será necessário um movimento verdadeiramente global para ter sucesso na nossa missão de abolir a guerra.

Porque é necessário um Sistema de Segurança Global Alternativo

A história moderna é tão vívida em detalhe sobre a guerra, que temos tendência a assumir que a guerra é um atributo da própria humanidade. A antropóloga americana Margaret Mead, numa frase célebre, disse que a guerra não está nos nossos genes, que é na verdade uma invenção humana. Não só não há evidência científica de predisposições genéticas para a guerra, como também não há evidência antropológica viável[5] que sugira que os nossos antepassados caçadores-coletores alguma vez se envolveram em atividades de guerra. Em 1986, um grupo de cientistas reuniu-se em Sevilha, Espanha, para, de uma vez por todas, abandonar a noção mítica da natureza bélica inata da humanidade. Elaboraram a Declaração de Sevilha sobre Violência,[6] que desafia e refuta as muitas desculpas do determinismo biológico, que são frequentemente utilizadas para justificar ir para a guerra.

Margaret Mead argumentou que a guerra é um comportamento culturalmente aprendido. Ela explica isto observando que:

"Se um povo tem a ideia de ir para a guerra e a ideia de que a guerra é a forma como certas situações, definidas dentro da sua sociedade, devem ser tratadas, irá por vezes entrar em guerra".

- Margaret Mead

Então se a guerra é de facto uma invenção humana, o que podemos fazer a esse respeito? A guerra faz parte dos nossos pensamentos e é imortalizada na cultura através da educação e de monumentos militares nas praças das cidades. Mead argumenta que outras invenções sociais desapareceram, mas para que isto aconteça, duas condições devem ser satisfeitas: 1.[7] Devemos reconhecer os defeitos da antiga invenção e 2. devemos criar uma nova para a substituir.

Relativamente à primeira condição, estamos bem cientes dos defeitos da guerra - de facto, não há vantagens. Esta secção introdutória do nosso projeto explora estas falhas.

A segunda condição é o foco do resto do livro. Com o que é que substituímos o sistema de guerra? Que alternativas existem atualmente que são preferíveis às que são utilizadas hoje? Quais devem ainda ser imaginadas? E, assim que tivermos uma visão clara de um sistema de paz para substituir o sistema de guerra, como poderemos facilitar a transição do velho para o novo? O que devemos saber e de que competências precisaremos para o construir? Que estratégias políticas e práticas poderemos empregar? Qual é o nosso papel nesta transição?

Margaret Mead também aludiu a uma terceira condição que deve ser satisfeita para que as antigas invenções desapareçam: precisamos de acreditar que a invenção social é possível.

Ultrapassar o pessimismo que o sistema de guerra imbui dentro de nós não é tarefa fácil. Os futuristas fazem questão de salientar que é difícil imaginar e construir realidades preferíveis quando as nossas visões do futuro são

---

[5] Embora haja algum debate sobre isto, há evidências antropológicas escassas e em rápido desaparecimento da violência letal em grupo anteriores a 10 000 anos. Consulte John Horgan - *Inquérito dos Primeiros Assentamentos Humanos Enfraquecem a Alegação de que a Guerra Tem Profundas Raízes na Evolução*: https://blogs.scientificamerican.com/cross-check/survey-of-earliest-human-settlements-undermines-claim-that-war-has-deep-evolutionary-roots/. Consulte também Douglas Fry - *Vida Sem Guerra*: https://www.academia.edu/18818274/Reprint_Life_without_War

[6] Leia a Declaração de Sevilha sobre Violência aqui: http://www.culture-of-peace.info/vita/2011/seville2011.pdf

[7] Exemplos de invenções sociais que desapareceram incluem: a instituição da escravidão, as mulheres sem direito de voto e o apartheid, entre outros.

guiadas por probabilidades presentes. O sistema atual é tão duro que um futuro negativo parece predestinado. Uma tal visão do mundo define o nosso pensamento sobre o que é possível. Temos de nos livrar das correntes do sistema de guerra e do militarismo inventadas pelo homem que moldam o nosso pensamento, se quisermos passar de realidades futuras prováveis para preferíveis. Nesta tarefa, é útil recordar as palavras provocadoras do pioneiro investigador da paz Kenneth Boulding: "O que quer que exista é possível." Pensar que a guerra é inevitável faz com que assim seja; é uma profecia que se cumpre a si própria. Pensar que o fim da guerra é possível abre a porta ao trabalho construtivo num sistema de paz real.

O Que Nos Torna Seguros?

A segurança, particularmente a segurança nacional, é infelizmente definida em relação ao poder militar e à sua projeção global. É necessário passar de um paradigma de sistema de segurança de Estado anárquico para um que reflita as necessidades humanas e planetárias. O foco tradicional do pensamento de segurança tem enfatizado o Estado-nação e a competição pelo poder no sistema internacional.[8] Embora seja amplamente reconhecido que a compreensão da segurança precisa de ser alargada, imensos recursos fiscais são ainda aplicados na construção de forças armadas mais fortes.

O termo "dilema da segurança" num sistema anárquico global de Estados é descrito da seguinte forma: "De acordo com o dilema da segurança, as ações tomadas por um Estado para aumentar a sua segurança diminuirão necessariamente a segurança de outros Estados. Ao agir para se defender, um Estado pode inadvertidamente provocar reações agressivas por parte dos seus rivais."[9] O verdadeiro dilema da segurança, no entanto, reside na interseção de um paradigma ultrapassado de "segurança através da força" com um novo paradigma de segurança que enfatiza as necessidades humanas e planetárias.

O Antigo Paradigma de Segurança

"O extenso sistema militar dos EUA, incluindo centenas de bases militares espalhadas por todo o mundo, não salvará a civilização. Pertence a outra época."
- Lester Brown, Earth Policy Institute

O legado de duas Guerras Mundiais e da Guerra Fria no século passado mantém-nos presos à definição da segurança quase exclusivamente através da força militar.[10] A lente da segurança militar não é apenas visível na linguagem de "paz através da força", mas também facilmente quantificável em termos orçamentais. De acordo com o trabalho fortemente fundamentado da War Resisters League[11], mais de 50% das despesas do orçamento federal vão para as forças armadas, em oposição a uma representação distorcida das despesas orçamentais por parte do governo. Serviços sociais básicos como a educação ou necessidades básicas de sobrevivência humana, como a segurança alimentar, ficam aquém neste quadro. A título de exemplo, as despesas dos Estados Unidos com a defesa aumentaram de 548,8 mil milhões de dólares em 2007 para 934 mil milhões de dólares em 2020,

---

[8] Kay, S. (2012). *Segurança Global no século XXI: A busca pelo poder e a busca pela paz (2.ª edição).* Lanham, MD: Rowman e Littlefield

[9] Levinger, M. B. (2012). *Análise de conflito: Compreender as causas, desbloquear soluções.* Washington, DC: Instituto da Paz dos Estados Unidos da América

[10] Brown, L. (2011). *Mundo no limite: como evitar o colapso ambiental e económico*. New York, NY: W. W. Norton & Company

[11] http://www.warresisters.org/pages/piechart.htm

enquanto as despesas na educação diminuíram de 89,9 mil milhões de dólares em 2007 para 65 mil milhões de dólares em 2020.[12]

Paradigmas de Segurança Alternativos

Lester Brown, presidente do Earth Policy Institute, recomenda uma redefinição concetual e fiscal da segurança. As alterações climáticas, o crescimento populacional, a escassez de água, a pobreza, o aumento dos preços dos alimentos e os Estados decadentes são as verdadeiras ameaças à segurança, em vez das forças militares. Embora a mudança concetual possa ser compreendida com relativa facilidade, os interesses investidos de fortes indústrias de defesa impedem a implementação fiscal. A ativista da paz Frida Berrigan escreveu: "Temos de desmantelar o complexo industrial militar e retirar o lucro da segurança, catalisar uma transformação do pensamento para que a segurança signifique mais do que bombas, fronteiras e derramamentos de sangue, e começar a inverter todo o trabalho do governo para que este sirva as necessidades das pessoas, em vez de satisfazer os apetites das corporações."[13]

Segurança Humana

A segurança humana é centrada nas pessoas e enfatiza a segurança física, o bem-estar económico e social, o respeito pela dignidade e pelo valor dos seres humanos, a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Jody Williams, que recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1997 pelo seu trabalho pela proibição das minas terrestres, defende um conceito de segurança humana, em que a paz é definida pelo ser humano e não pela segurança nacional, e que deve ser alcançada através do desenvolvimento sustentável, da justiça ambiental e da satisfação das necessidades básicas das pessoas.[14]

Segurança Autêntica

O autor e professor de estudos de paz Jack Nelson-Pallmeyer apela a uma rejeição do excecionalismo americano e das intenções de domínio, a fim de abrir as nossas imaginações para caminhos para uma segurança autêntica. Nelson-Pallmeyer prossegue com a distinção entre segurança autêntica e proteção de interesses. A segurança autêntica baseia-se na ideia de que os líderes "tomam medidas para manter as famílias, as casas, os bairros e a nação seguros e protegidos" (p. 92). A proteção de interesses, por outro lado, baseia-se na ideia de que os líderes representam os interesses dos ricos, que a nossa nação tem direitos e responsabilidades especiais e que existem muitos desejos e necessidades consumistas. A segunda ideia é apoiada pelo militarismo ofensivo. "O militarismo não é defesa. Defender interesses não é a mesma coisa que defender necessidades legítimas de segurança" (p. 94). [15]

Necessidades Humanas

John Burton contribuiu para o campo da resolução de conflitos com o seu conceito baseado na teoria das necessidades humanas. A sua ideia era que cada pessoa ou grupo tem necessidades básicas, e se essas necessidades não são satisfeitas, a pessoa ou grupo vai entrar em conflito. As cinco necessidades são segurança,

---

[12] Os dados sobre os orçamentos militares e de educação dos Estados Unidos da América para 2020 podem ser encontrados em https://en.m.wikipedia.org/wiki/2007_United_States_federal_budget. Para dados sobre os orçamentos militares e de educação dos Estados Unidos da América para 2020, consulte (https://www.thebalance.com/u-s-military-budget-components-challenges-growth-3306320) e (https://firstfocus.org/wp-content/uploads/2019/04/FACT-SHEET-Presidents-FY20-Budget-K-12-Education.pdf), respetivamente. Para mais informações e dados, consulte site do Escritório de Orçamento do Congresso: https://www.cbo.gov/about/products/budget-economic-data

[13] http://www.warresisters.org/peaceeconomy

[14] Palestra Ted de 2011 -http://www.ted.com/talks/jody_williams_a_realistic_vision_for_world_peace.html

[15] Nelson-Pallmeyer, J. (2012). *Esperança autêntica: é o fim do Mundo tal como o conhecemos, mas são possíveis aterragens suaves*. Maryknoll, NY: Orbis Books.

participação, autonomia, reconhecimento e identidade. Quando a segurança for partilhada por todos os humanos, a busca da segurança através da força não satisfazerá as necessidades humanas básicas de todos.

As alternativas a determinadas guerras quase nunca são procuradas seriamente e a ideia de que pode haver uma alternativa à própria guerra quase nunca ocorre às pessoas.

Segurança Comum

A gestão de conflitos como praticada na jaula de aço da guerra é autodestrutiva. No que é conhecido como o "dilema da segurança", os Estados acreditam que só se podem tornar mais seguros se tornarem os seus adversários menos seguros, levando a progressivas corridas ao armamento que têm culminado em instrumentos de guerra convencionais, nucleares, biológicos e químicos de terrível poder destrutivo. Colocar a segurança do adversário em perigo não tem levado à segurança, mas a um estado de suspeita armada e, como resultado, quando as guerras começam, têm sido obscenamente violentas. A segurança comum reconhece que uma nação só pode estar segura quando todas as nações o estão. O modelo de segurança nacional conduz apenas à insegurança mútua, especialmente numa época em que os Estados-nação são porosos. A ideia original por detrás da soberania nacional era traçar uma linha em torno de um território geográfico e controlar tudo o que tentasse atravessar essa linha. No mundo tecnologicamente avançado de hoje, esse conceito está obsoleto. As nações não podem impedir a entrada de ideias, imigrantes, forças económicas, organismos de doenças, informação, mísseis balísticos ou ciberataques a infraestruturas vulneráveis como sistemas bancários, centrais elétricas e bolsas de valores. Nenhuma nação o pode fazer sozinha. A segurança deve ser global para que exista de todo.

Na sua forma mais sucinta, segurança comum significa: **ninguém está seguro até todos estarem seguros.**

A Jaula de Aço da Guerra: O atual Sistema de Guerra descrito

Quando os estados centralizados começaram a formar-se no mundo antigo, depararam-se com um problema que só agora começámos a resolver. Se um grupo de Estados pacíficos fosse confrontado por um Estado armado e agressivo, tinha apenas três opções: submeter-se, fugir ou imitar o Estado bélico e esperar ganhar em batalha. Desta forma, a comunidade internacional tornou-se militarizada e, em grande parte, tem permanecido assim. A humanidade fechou-se dentro da jaula de aço da guerra. O conflito tornou-se militarizado. A guerra é o combate sustentado e coordenado entre grupos que leva a um grande número de vítimas. A guerra também significa, como refere o autor John Horgan, militarismo, cultura de guerra, exércitos, armas, indústrias, políticas, planos, propaganda, preconceitos e racionalizações que tornam o conflito coletivo letal não só possível, mas também provável.[16]

Na natureza mutável da guerra, as guerras não estão limitadas aos Estados. Pode-se falar em guerras híbridas, onde ocorrem guerras convencionais, atos terroristas, abusos dos direitos humanos e outras formas de violência indiscriminada em larga escala.[17] Os intervenientes não-estatais desempenham um papel cada vez mais importante na guerra, que muitas vezes assume a forma da chamada guerra assimétrica.[18]

Embora determinadas guerras sejam desencadeadas por acontecimentos locais, elas não "irrompem" espontaneamente. São o resultado inevitável de um sistema social para gestão de conflito internacional e civil: o

---

[16] *A Guerra é o Nosso Problema Mais Urgente - Vamos Resolvê-lo (em inglês)* (http://blogs.scientificamerican.com/cross-check/war-is-our-most-urgent-problem-let-8217-s-solve-it/)

[17] Leia mais em: Hoffman, F. G. (2007). *Conflito no século XXI: a ascensão das guerras híbridas*. Arlington, VA: Potomac Institute for Policy Studies.

[18] A guerra assimétrica ocorre entre grupos de combate onde o poder militar, as estratégias ou táticas diferem significativamente. O Iraque, a Síria e o Afeganistão são os exemplos mais conhecidos deste fenómeno.

Sistema de Guerra. A capacidade para a guerra começar de todo depende do Sistema de Guerra, que prepara antecipadamente o mundo para determinadas guerras.

"A ação militar em qualquer lugar aumenta a ameaça de ação militar em todo o lado."
- Jim Haber (Membro do Comité Diretivo da World BEYOND War Steering-– 2014-16)

O Sistema de Guerra assenta, em parte, num conjunto de crenças e valores interligados que existem há tanto tempo que a sua veracidade e utilidade permanecem, na sua maioria, inquestionáveis, embora sejam comprovadamente falsos.[19]

Desmistificar os Mitos de Guerra

A World BEYOND War mantém uma lista de mitos de guerra comuns e os fatos que os desmistificam. Veja os Apêndices para o nosso folheto sobre Desmistificar os Mitos de Guerra.

Entre os mitos do sistema de guerra comuns estão:

A guerra é inevitável; sempre a tivemos e sempre a teremos.

A guerra é "natureza humana".

A guerra é necessária.

A guerra é benéfica.

O mundo é um "lugar perigoso".

O mundo é um jogo de soma nula (O que tu tens eu não posso ter e vice-versa, alguém dominará sempre, melhor nós do que "eles")

"Devemos abandonar suposições não examinadas, por exemplo, que a guerra existirá sempre, que podemos continuar a travar a guerra e a sobreviver, e que estamos separados e não ligados."
- Robert Dodge (Membro do Concelho, Nuclear Age Peace Foundation)

O Sistema de Guerra também inclui instituições e tecnologias de armamento. Está profundamente enraizado na sociedade e as suas várias partes alimentam-se umas às outras, pelo que é muito robusto. Por exemplo, algumas nações ricas produzem a maior parte do armamento utilizado nas guerras mundiais e justificam a sua própria participação com base nos danos causados pelo armamento que venderam ou deram a nações ou grupos pobres.[20]

---

[19] *Guerras americanas. Ilusões e realidades* (2008) de Paul Buchheit esclarece 19 ideias erradas sobre as guerras dos Estados Unidos e o sistema de guerra dos Estados Unidos. *A Guerra é uma mentira*, de David Swanson (2016) refuta 14 argumentos utilizados para justificar guerras.

[20] Para dados exatos sobre produtores de armas por nação, consulte o capítulo "Produção de Armas e Serviços Militares" do Anuário do Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo 2019 em https://www.sipri.org/yearbook/2019

As guerras são mobilizações de forças altamente organizadas e pré-planeadas, preparadas com grande antecedência pelo Sistema de Guerra, que atravessam todas as instituições da sociedade. Por exemplo, nos Estados Unidos (um exemplo robusto de um participante do sistema de guerra), não só existem instituições que fazem guerra, tais como o ramo executivo do governo, onde o chefe de Estado é também o comandante-chefe, a própria organização militar (Exército, Marinha, Força Aérea, Corpo de Fuzileiros Navais, Guarda Costeira) e a CIA, NSA, Segurança Interna e as várias Escolas Superiores de Guerra, mas a guerra também é incorporada na economia, perpetuada culturalmente nas escolas e instituições religiosas, uma tradição mantida em famílias, glorificada em eventos desportivos, transformada em jogos e filmes e promovida pelos meios de comunicação social. Não se conhece uma alternativa quase em nenhum lugar.

O recrutamento militar é um simples e pequeno exemplo de apenas um dos pilares da cultura do militarismo. Os EUA desenvolvem esforços grandes para alistar jovens nas forças armadas, chamando-lhe "o Serviço". Os recrutadores fazem grandes esforços para fazer "o Serviço" parecer atraente, oferecendo dinheiro e incentivos educativos e retratando-o como emocionante e romântico. Nunca são retratados os aspetos negativos. Os cartazes de recrutamento não mostram soldados mutilados e mortos, ou aldeias devastadas e civis mortos.

Nos EUA, o ramo do Marketing do Exército e do Grupo de Investigação de Bens Nacionais mantém uma frota de camiões semirreboque cujas exposições altamente sofisticadas, atrativas e interativas glorificam a guerra, destinando-se ao recrutamento em "escolas secundárias difíceis de penetrar". A frota inclui o "Army Adventure Semi" e o "STEM Semi", entre outros.[21] Os estudantes podem jogar em simuladores e travar batalhas de tanques ou pilotar helicópteros de ataque Apache e vestir equipamento do exército para fotografias e entrar em campo para se alistar. Os camiões estão na estrada 230 dias por ano. A necessidade da guerra é tida como garantida e o seu lado destrutivo não é exibido. A fotojornalista Nina Berman documentou, de forma poderosa, a autopromoção do Pentágono dos EUA junto do público americano, para além dos habituais anúncios televisivos e da presença em todo o tipo de eventos desportivos.[22]

Tentar determinar o "orçamento de recrutamento" é quase impossível devido à complexidade do recrutamento atual. Seria preciso solicitar e compilar informação orçamental sobre programas específicos, como o Programa de Recrutamento Escolar, JAMRS,[23] Starbase[24], JROTC[25], ASVAB-CEP[26] e DoDSTEM[27], juntamente com uma centena de outros programas de recrutamento. Muitas destas despesas serão diferentes em cada ramo - e isso não inclui os programas de marketing e de censura de Hollywood.[28] É improvável que o Departamento de Defesa dos Estados Unidos saiba o que gasta em "recrutamento".

Embora as guerras sejam frequentemente lançadas ou continuadas sem o apoio da maioria do público, elas resultam em parte de uma certa mentalidade simplista. Os governos conseguiram convencer-se a si próprios, e a multidões de pessoas, de que existem apenas duas respostas à agressão: submeter-se ou lutar, ser governado por

---

[21] A Mobile Exhibit Company oferece "uma série de exposições, tais como os Veículos de Exposição Múltipla, Semis Interativos, Semis de Aventura e Trailers de Aventura tripulados por recrutadores do Exército, a fim de voltar a ligar o povo americano ao exército americano e aumentar a consciencialização do Exército entre estudantes do ensino secundário e universitário e respetivos centros de influência." Consulte o site em: http://www.usarec.army.mil/msbn/Pages/MEC.htm

[22] O ensaio fotográfico pode ser visto na história *Guns and Hotdogs - How the U.S. Military Promotes its Weapons Arsenal to the Public* em https://theintercept.com/2016/07/03/how-the-us-military-promotes-its-weapons-arsenal-to-the-public/

[23] Estudos conjuntos de Publicidade, Mercado & Investigação: http://jamrs.defense.gov/

[24] Um programa do DOD para jovens: http://dodstarbase.org/

[25] Corpo de Formação de Oficiais da Reserva Júnior: https://en.wikipedia.org/wiki/Junior_Reserve_Officers%27_Training_Corps

[26] Programa de exploração de carreira patrocinado pelo DOD: https://www.asvabprogram.com/

[27] DoDSTEM: http://www.dodstem.us/

[28] Leia mais em: https://www.wsws.org/en/articles/2005/03/holl-m14.html

"esses monstros" ou bombardeá-los até à Idade da Pedra. Infelizmente, no século XXI, tornou-se manifestamente claro que fazer guerra não funciona para criar paz, como o caso das duas Guerras do Golfo, a Guerra Afegã e a Guerra Síria/ISIS demonstram claramente. Entramos num estado de "guerra permanente". Kristin Christman, em *Paradigm for Peace*, sugere, por meio de uma analogia, uma abordagem alternativa de resolução de problemas para os conflitos internacionais:

> "Não daríamos um pontapé num carro para o fazer andar. Se algo estivesse errado com o carro, descobriríamos qual o sistema que não estava a funcionar e porquê: Como é que não está a funcionar? Consegue-se acionar um pouco? As rodas estão a girar na lama? A bateria precisa de ser recarregada? O gás e o ar estão a circular? Tal como pontapear o carro, uma abordagem ao conflito que depende de soluções militares não resolve as coisas: não faz a distinção entre as causas da violência e não aborda as motivações agressivas e defensivas".[29]

Só podemos acabar com a guerra se mudarmos a mentalidade, se fizermos as perguntas relevantes para chegar às causas do comportamento de um agressor e, acima de tudo, verificarmos se o próprio comportamento é uma das causas. Tal como os medicamentos, tratar apenas os sintomas de uma doença não a curará. Por outras palavras, devemos refletir antes de puxar da arma. Este projeto para a paz, faz isso mesmo.

O Sistema de Guerra não funciona. Não traz paz, ou mesmo uma segurança mínima. O que produz é insegurança mútua. Ainda assim, continuamos.

As guerras são endémicas; num Sistema de Guerra, todos têm de ter cuidado com todos os outros. O mundo é um lugar perigoso porque o Sistema de Guerra assim o torna. É a "guerra de todos contra todos" de Hobbes. As nações muitas vezes acreditam que são vítimas de conspirações e ameaças de outras nações, certas de que o poder militar dos outros visa a sua destruição, ao mesmo tempo que não vêm as suas próprias falhas, que as suas ações estão a criar o próprio comportamento que temem e contra o qual se armam, à medida que os inimigos se tornam imagens espelhadas uns dos outros. Os exemplos são abundantes: o conflito assimétrico israelo-árabe, o conflito Índia-Paquistão, a guerra americana contra o terrorismo que cria cada vez mais terroristas[30]. Cada lado faz manobras para o terreno elevado estratégico. Cada lado demoniza o outro enquanto alardeia a sua própria contribuição única para a civilização. A esta volatilidade junta-se a corrida aos minerais, especialmente o petróleo, à medida que as nações procuram um modelo económico de crescimento sem fim e dependente dos combustíveis fósseis.[31] Além disso, esta situação de insegurança perpétua dá às elites e aos líderes ambiciosos a oportunidade de se agarrarem ao poder político, alimentando medos populares, proporcionando uma tremenda oportunidade de lucro para os fabricantes de armas que depois apoiam os políticos que atiçam as chamas.[32]

Através destas formas, o Sistema de Guerra é autoalimentado, autorreforçado e autoperpetuado. Acreditando que o mundo é um lugar perigoso, as nações armam-se e agem de forma beligerante num conflito, provando, assim, às outras nações que o mundo é um lugar perigoso e que, por isso, devem estar armadas e agir do mesmo

---

[29] Site do Paradigm for Peace: https://sites.google.com/site/paradigmforpeace/

[30] Uma Estimativa da Estimativa de Inteligência Nacional de 2006 declarou que a guerra no Iraque aumentou a ameaça do terrorismo. A estimativa foi compilada por 16 agências de inteligência e foi a primeira avaliação do terrorismo global desde o início da guerra do Iraque. Consulte *As Agências de Espionagem Dizem que a Guerra no Iraque Piora a Ameaça Terrorista* (em inglês): https://www.nytimes.com/2006/09/24/world/middleeast/24terror.html

[31] Um estudo concluiu que os governos estrangeiros são 100 vezes mais propensos a intervir em guerras civis quando o país em guerra possui grandes reservas de petróleo. Veja uma análise e um resumo do estudo no Peace Science Digest em http://communication.warpreventioninitiative.org/?p=240

[32] Podem ser encontradas evidências sociológicas e antropológicas aprofundadas nestes livros: 1) Pilisuk, M., & Achord Rountree, J. (2008). *Quem beneficia com a violência e a guerra globais: Expondo um sistema destrutivo.* Westport, CT: Praeger Security International. 2) Nordstrom, C. (2004). *Sombras da guerra: Violência, poder e especulação internacional no século XXI*. Oakland, CA: University of California Press.

modo. O objetivo é ameaçar a violência armada numa situação de conflito na esperança de "dissuadir" o outro lado, mas isto falha regularmente, e então o objetivo passa a ser não evitar um conflito, mas vencê-lo. As alternativas a determinadas guerras quase nunca são procuradas de forma séria e a ideia de que pode haver uma alternativa à própria guerra quase nunca ocorre às pessoas. Não se encontra, normalmente, o que não se procura.

Se quisermos paz, já não basta acabar com uma determinada guerra ou um determinado sistema de armas. Todo o complexo cultural do Sistema de Guerra deve ser substituído por um sistema diferente de gestão de conflitos. Felizmente, como veremos, um tal sistema já se está desenvolver no mundo real.

O Sistema de Guerra é uma escolha. A porta da jaula de aço está, na verdade, aberta e podemos sair quando quisermos.

"A guerra, tal como as doenças mortais, tem de ser prevenida e remediada. A violência não é o remédio certo: não cura a doença, mata o doente."
- Gino Strada, Vencedor do Prémio Right Livelihood 2015

A necessidade de um Sistema alternativo - A guerra falha a trazer a paz

A Primeira Guerra Mundial foi justificada como a "guerra para acabar com todas as guerras", mas a guerra nunca traz paz. Poderá levar uma trégua temporária, até um desejo de vingança e uma nova corrida às armas causar a próxima guerra.

"A guerra é, no início, a esperança de que se estará melhor; depois, a expectativa de que o outro estará pior; depois, a satisfação de que o outro não está melhor; e, finalmente, a surpresa de que todos estão numa situação pior."
- Karl Kraus (Escritor)

Em termos convencionais, a taxa de fracasso da guerra é de 50% - ou seja, um dos lados perde sempre. Mas em termos realistas, mesmo os chamados vitoriosos sofrem perdas terríveis.

PERDAS DE GUERRA[33]	
Guerra	**Vítimas**
Segunda Guerra Mundial	Total - 50+ milhões Rússia ("vitorioso") - 20 milhões; Estados Unidos (" vitorioso") - 400 000+
Guerra da Coreia	Militares da Coreia do Sul - 113 000 Civis da Coreia do Sul - 547 000 Militares da Coreia do Norte - 317 000

[33] O número pode variar muito, dependendo da fonte. O site do Número de Mortes nas Principais Guerras e Atrocidades do século XXI (http://necrometrics.com/20c1m.htm) e o Projeto Custos da Guerra (https://watson.brown.edu/costsofwar) foram utilizados para fornecer muitos dos dados para esta tabela.

	Civis da Coreia do Norte - 1 000 000 China - 460 000 Militares dos EUA - 33 000+
Guerra do Vietname	Militares do Vietname do Sul - 224 000 Militares do Vietname do Norte e Vietcongues - 1 000 000 Civis do Vietname do Sul - 1 500 000 Civis do Vietname do Norte - 65 000; Militares dos EUA - 58 000+
Iraque (2003 - 2008)	"Excesso" de mortes iraquianas - 1 455 590+ [34] [35] Iraquianos feridos – 4 200 000+

As baixas e as vítimas de guerra são muito mais do que o número de fatalidades por combate direto. Embora haja controvérsia entre aqueles que tentam quantificar as baixas de guerra, advertimos contra a subestimação do número de baixas civis, pois isso distrai dos custos humanos duradouros da guerra. Lembramos que, apenas uma visão mais integrante das baixas de guerra, refletirá as consequências terríveis. Uma avaliação exaustiva das baixas de guerra deve incluir mortes de guerra diretas e indiretas. As vítimas de guerra indiretas podem ser associadas a:

- Destruição de infraestruturas
- Minas terrestres
- Uso de urânio empobrecido
- Refugiados e pessoas deslocadas internamente
- Subnutrição
- Doenças
- Ilegalidade
- Assassinatos interestaduais
- Vítimas de violação e outras formas de violência sexual
- Injustiça social
- Vidas que poderiam ter sido salvas através do redireccionamento dos gastos
- Devastação ambiental

A guerra também vitimiza de muitas outras formas para além da morte. Em junho de 2016, o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) declarou que "as guerras e perseguições expulsaram mais pessoas das suas casas do que em qualquer outro momento desde o início dos registos do ACNUR". Por dia, 44 400 pessoas são obrigadas a fugir das suas casas devido a conflitos e perseguições. Um total de 68,5 milhões de pessoas foram deslocadas à força em 2017.[36] Cerca de 4,5 milhões de iraquianos tornaram-se refugiados desde

[34] David Swanson observa que as mortes na guerra podem ser muito difíceis de quantificar e, frequentemente, são muito pouco relatadas, para fins propagandistas. "Excesso de mortes" é uma medida que se refere a mortes que excedem a taxa de mortalidade sob as sanções anteriores à guerra. Para uma visão completa da complexidade destas complicações, consulte "Ever More Shocked, Never Yet Awed", de David Swanson: http://davidswanson.org/iraq/. Consulte também "Playing Games with War Deaths", de Nicolas J. S. Davies: https://consortiumnews.com/2016/01/17/playing-games-with-war-deaths/

[35] Em 2008, a Just Foreign Policy desenvolveu uma fórmula mais detalhada e abrangente para calcular aproximadamente 1 455 590 mortes em excesso, de 2003 a 2008. Leia uma explicação desta fórmula aqui: http://www.justforeignpolicy.org/deathcount/explanation

[36] Veja as Tendências Globais. Deslocação forçada em 2018 (https://www.unhcr.org/globaltrends2018/)

2003, cerca de metade dos quais fora da nação do Iraque. Cerca de metade dos refugiados são crianças.[37] Devemos também considerar outras perdas indiretas, incluindo propriedade, meios de emprego, educação interrompida, famílias desfeitas, devastação ambiental, entre outras. O mito da guerra "limpa" e "cirúrgica", com números decrescentes de baixas em combate, só pode ser corretamente combatido se considerarmos as tais baixas e vítimas "indiretas" da guerra.

"O caos causado a civis é incomparável, intencional e incontestável."
- Kathy Kelly, Ativista da Paz

Além disso, no final do século XX e início do século XXI, as guerras parecem não terminar, mas prolongar-se sem resolução durante anos e mesmo décadas, sem que a paz seja alguma vez alcançada. As guerras não funcionam. Criam um estado de guerra perpétuo, ou o que alguns analistas agora designam por "guerra permanente". Nos últimos 120 anos, o mundo sofreu muitas guerras, como a seguinte lista parcial indica:

A Guerra Hispano-Americana, as Guerras dos Balcãs, a Primeira Guerra Mundial, a Guerra Civil Russa, a Guerra Civil Espanhola, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietname, as guerras na América Central, as Guerras da Devolução Jugoslava, a Primeira e Segunda Guerra do Congo, a Guerra Irão-Iraque, as Guerras do Golfo, a Guerras Soviética e dos EUA contra o Afeganistão, a guerra do Iraque, a Guerra da Síria e muitas outras, incluindo Japão contra China em 1937, a longa guerra civil na Colômbia (terminada em 2016), as guerras no Sudão, Etiópia e Eritreia, as guerras Israelo-Árabes (uma série de conflitos militares entre Israelitas e várias forças Árabes), Paquistão contra Índia, etc.

A guerra está a Tornar-se Cada Vez Mais Destrutiva

Os custos da guerra são enormes a nível humano, social, económico e ambiental. Dez milhões morreram na Primeira Guerra Mundial, 50 a 100 milhões na Segunda Guerra Mundial. A guerra iniciada em 2003 matou 5 por cento da população do Iraque.[38] As armas nucleares poderiam, se utilizadas, acabar com as sociedades humanas ou mesmo com a vida no planeta. Nas guerras modernas, não são só os soldados que morrem no campo de batalha. O conceito de "guerra total" também causa a devastação dos não-combatentes, de tal como que, hoje em dia, morrem muitos mais civis - mulheres, crianças, homens idosos - nas guerras do que soldados. Tornou-se uma prática comum dos exércitos modernos bombardear indiscriminadamente com explosivos as cidades onde as grandes concentrações de civis tentam sobreviver à carnificina.

"Enquanto a guerra for encarada como perversa, terá sempre o seu fascínio. Quando for encarada como vulgar, deixará de ser popular."
- Oscar Wilde (Escritor e Poeta)

Em 2018, globalmente a violência custou ao mundo 14,1 bilhões de dólares ou 1 853 dólares por pessoa. Esta medida, fornecida pelo Instituto de Economia e Paz (IEP) no seu Índice Global de Paz de 2019, prova que as perdas económicas anulam as despesas e investimentos aplicados na construção e manutenção da paz.[39]

---

[37] Consulte *REFUGIADOS: Quantas Pessoas é que os Estados Unidos Expulsaram de Suas Casas no Iraque?*(http://davidswanson.org/iraq/)
[38] Veja mais em: http://davidswanson.org/iraq
[39] Consulte o Relatório do Índice da Paz Global, 2019, em http://visionofhumanity.org/indexes/global-peace-index/

De acordo com Mel Duncan, cofundador da Força de Paz Não-Violenta, o custo de um pacificador civil desarmado, profissional e pago é de 50 mil dólares por ano, em comparação com custo anual de um milhão de dólares de um soldado no Afeganistão, para os contribuintes norte-americanos.[40]

A Preparação da Guerra e a Guerra são Contribuidores Enormes para a Crise Ambiental

Em toda a história da humanidade, não houve uma época de maior destruição ambiental do que a atual. Os cientistas estão a alertar para o perigo de comprometer o sistema de suporte de vida do qual a civilização depende, e a situação está a piorar.[41] Estamos no meio da maior crise existencial dos últimos 60 milhões de anos, e a desfazer a rede de vida através da destruição massiva de habitats e por meio do envenenamento provocado pelos 80 mil produtos químicos desenvolvidos pelo homem e contra os quais a natureza não tem qualquer experiência evolutiva. Estamos no meio de um aquecimento acelerado do planeta, devido ao crescimento exponencial das emissões de combustíveis fósseis nos últimos cento e cinquenta anos. As consequências já se fazem sentir em ondas de calor mortíferas que já mataram milhares, em tempestades mais frequentes e severas que trazem milhares de milhões de dólares em danos materiais, na subida do nível do mar que já está a enviar refugiados para terrenos mais altos e que eventualmente enviará milhões de pessoas em busca de asilo noutros países, exacerbando os conflitos nas fronteiras. Depois há o degelo dos glaciares que alimentam os grandes rios de irrigação da Índia e do Sudoeste Asiático, causando inundações extremas e, depois de secarem, graves perdas agrícolas que levam à escassez de alimentos, pois a população continua, ainda assim, a crescer. Os desertos estão a expandir-se e a deslocar-se para norte, afetando também a agricultura e a silvicultura, como têm feito os organismos patogénicos e os parasitas. E o CO2 resultante da queima de combustíveis fósseis e da desflorestação está a acidificar os oceanos e a colocar em perigo o fundo da cadeia alimentar, da qual milhões dependem para obter proteínas. Noutros pontos do oceano, existem vastas zonas mortas, privadas de oxigénio em resultado do escoamento de fertilizantes. E esta é apenas uma pequena lista.

As alterações climáticas, a degradação ambiental e a escassez de recursos são fatores que contribuem para a guerra e a violência, aumentando muitas vezes a probabilidade de conflito humano.[42] Há quem fale de uma convergência catastrófica entre a pobreza, a violência, a simplificação biótica e as alterações climáticas. Embora não devamos isolar esses fatores como fatores causais de guerra, precisam de ser entendidos como elementos adicionais - e provavelmente cada vez mais importantes - que fazem parte do contexto social, político e histórico de um sistema de guerra.

A atividade militar, quer seja preparar-se para a guerra ou realmente combatê-la, acelera estas tendências que ameaçam a vida.[43] Por exemplo:

- As aeronaves militares consomem cerca de um quarto do combustível de aviação mundial
- O Departamento de Defesa dos EUA utiliza mais combustível por dia do que a Suécia

---

[40] Os custos estimados de um soldado por ano no Afeganistão variam de US $ 850 000 a US $ 2,1 milhões, dependendo da fonte e do ano. Consulte, por exemplo, o relatório do Centro para as Avaliações Orçamentais e Estratégicas em http://csbaonline.org/wp-content/uploads/2013/10/Analysis-of-the-FY-2014-Defense-Budget.pdf ou o relatório do controlador do Pentágono em http://security.blogs.cnn.com/2012/02/28/one-soldier-one-year-850000-and-rising/. Independentemente do número exato, é evidente que é exorbitante.

[41] Recomendamos *The War and Environment Reader* (2017), editado por Gar Smith, para uma análise histórica completa dos danos que a violência militar inflige aos ecossistemas regionais - e globais. http://justworldbooks.com/books/war-environment-reader/

[42] *Guerras de recursos: O novo cenário de conflito global*, de Michael Klare (2001) é uma boa introdução a este tópico.

[43] A conferência #NoWar2017 da World BEYOND War explorou o tema "Guerra e o Meio Ambiente." Pode encontrar recursos, vídeos e outra documentação de apoio a muitas das reivindicações nesta secção através do site da conferência #NoWar2017: https://worldbeyondwar.org/nowar2017/. Podem ser encontrados recursos e referências adicionais de apoio aqui: https://worldbeyondwar.org/war-threatens-environment-resources/

- Um caça-bombardeiro F-16 consome quase duas vezes mais combustível numa hora do que um motorista com consumos elevados queima por ano
- Os militares norte-americanos utilizam anualmente combustível suficiente para gerir todo o sistema de trânsito massivo da nação durante 22 anos
- Uma estimativa militar em 2003 estabeleceu que dois terços do combustível do exército norte-americano é consumido pelos veículos que entregaram combustível nos campos de batalha
- Os militares contribuem para a contaminação do nosso ambiente
- O Departamento de Defesa dos EUA gera mais resíduos químicos do que as cinco maiores empresas químicas juntas
- A maioria dos locais do Superfund nos Estados Unidos estão em bases militares[44]
- Durante a campanha aérea sobre o Iraque em 1991, os EUA utilizaram aproximadamente 340 toneladas de mísseis contendo urânio empobrecido (DU) - havendo taxas significativamente mais elevadas de cancro, defeitos congénitos e mortalidade infantil em Fallujah, Iraque, no início de 2010

Os preparativos para a guerra degradam e destroem os ecossistemas dos quais a civilização depende. A maioria dos locais do Superfund[45] nos Estados Unidos estão em bases militares. As fábricas de armas nucleares, como a Fernald no Ohio e a Hanford no Estado de Washington, contaminaram o solo e os aquíferos com resíduos radioativos, que permanecerão tóxicos durante milhares de anos. O treino militar, especialmente o treino de artilharia e bombardeamento (milhares por ano), põe em perigo a vida selvagem, matando animais de forma indiscriminada, destruindo habitats e criando stress devido ao ruído e às explosões. Os testes da Marinha dos EUA ao seu sistema mundial de sonares subaquáticos envolvem explosões potentes, que perturbam baleias e outras criaturas marinhas, danificando a sua audição e os seus próprios sistemas de sonar biológicos. Os combates de guerra deixam milhares de quilómetros quadrados de terra inutilizáveis e perigosos devido às minas terrestres, armas de urânio empobrecido e crateras de bombas que se enchem de água e podem tornar-se infestadas de malária. As armas químicas destroem a floresta tropical e os mangais.

As forças armadas mundiais, e especialmente dos EUA, privam as nações dos recursos extremamente necessários para lidar com a mitigação das alterações climáticas, a reconstrução de infraestruturas danificadas e a recuperação ecológica. Centenas de milhares de milhões de dólares são utilizados na destruição de coisas de valor em vez de criarem coisas úteis. Finalmente, todas as guerras e ameaças de guerra distraem-nos da tarefa crucial de proteger o ambiente do qual a nossa geração, e as gerações futuras, dependem.

"O que está a acontecer com as alterações climáticas, e está a tornar-se cada vez mais visível, é que os seus efeitos naturais tornam o habitat humano menos seguro em vários lugares."
- Dan Smith, Diretor do Stockholm International Peace Research Institute

---

As alterações climáticas são importantes para a paz e segurança. Os fatores climáticos já estão a acrescentar dimensões aos conflitos sociais, tais como na Somália, no Darfur ou no Mali. O Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) deixa claro que estes riscos não são riscos hipotéticos futuros, mas riscos claros,

---

[44] Os Superfundos são locais designados pela EPA, onde há resíduos extremamente perigosos que ameaçam a saúde humana e o ambiente.
[45] Pode pesquisar os Superfundos através do 'site' da EPA: https://www.epa.gov/superfund/search-superfund-sites-where-you-live. Consulte uma breve lista de Superfundos militares: https://en.wikipedia.org/wiki/Category:Military_Superfund_sites

comprovados e atuais. As amplas categorias de risco, segundo o SIPRI, incluem as condições de subsistência, as infraestruturas fundamentais e a migração.

Se não acabarmos com a guerra e voltarmos a nossa atenção para a crise planetária, o mundo que conhecemos terminará noutra e mais violenta Idade das Trevas.

Os Benefícios de um Sistema Alternativo

Os benefícios são: o fim das mortes e mutilações em massa, não haver mais vidas vividas em medo, o fim do luto por entes queridos perdidos nas guerras, o fim ao desperdício de milhares de milhões de dólares na destruição e na preparação para a destruição, o fim da poluição e destruição ambiental que advém das guerras e da preparação para as mesmas, não haver mais refugiados devido à guerra e às crises humanitárias induzidas pela guerra, não haver mais desgaste da democracia e das liberdades civis à medida que a centralização e o secretismo governamental são racionalizados por uma cultura de guerra e o fim das mutilações e mortes por armas descartadas em guerras antigas.

O Institute for Economics and Peace, o National Priorities Project, Costs of War, a War Resisters League, o Stockholm International Peace Research Institute e outros estão a fazer um trabalho inestimável em relação ao peso absurdo dos custos da guerra para o povo.

"A esmagadora maioria das pessoas de todas as culturas prefere viver em paz. Ao nível mais profundo do nosso ser, as pessoas odeiam a guerra. Qualquer que seja a nossa cultura, partilhamos o desejo de uma boa vida, que a maioria de nós define como ter uma família, criar filhos e vê-los crescer até se tornarem adultos bem-sucedidos, e fazer o trabalho que consideramos relevante. E a guerra interfere de forma grotesca com esses desejos."

- Judith Hand (Autora)

PORQUE PENSAMOS QUE UM SISTEMA DE PAZ É POSSÍVEL

Pensar que a guerra é inevitável faz com que assim seja; é uma profecia que se cumpre a si própria. Pensar que o fim da guerra é possível abre a porta ao trabalho construtivo num sistema de paz real.

Já há mais Paz no Mundo do que Guerra

O século XX foi uma época de guerras monstruosas, mas a maioria das nações e durante a maior parte do tempo, não lutou contra outras nações. Os EUA lutaram contra a Alemanha durante seis anos, mas estiveram em paz com o país durante noventa e quatro anos; a guerra com o Japão durou quatro anos, os dois países estiveram em paz durante noventa e seis.[46] Os Estados Unidos não têm um conflito com o Canadá desde 1815, e nunca lutou contra a Suécia ou a Índia. A Guatemala nunca lutou contra a França. A verdade é que a maior parte do mundo vive sem guerra a maior parte do tempo. De facto, desde 1993, a incidência da guerra entre estados tem vindo a diminuir.[47] Ao mesmo tempo, reconhecemos a natureza mutável do conflito, conforme discutido anteriormente. Isto é mais notório na vulnerabilidade dos civis. De facto, a suposta proteção de civis tem sido cada vez mais utilizada como justificação para intervenções militares (por exemplo, o derrube do governo da Líbia em 2011).

Mudámos sistemas fundamentais no passado

Já houve muitas mudanças, em grande parte inesperadas, ao longo da história. A antiga instituição da escravatura foi em grande parte abolida em menos de cem anos, e apesar de existirem novas formas significativas de escravatura escondidas em vários cantos da terra, é ilegal e universalmente considerada condenável. No Ocidente, o estatuto da mulher melhorou drasticamente nos últimos cem anos. Nos anos 50 e 60, mais de uma centena de nações libertaram-se do domínio colonial que durou séculos. Em 1964, a segregação legal foi derrubada nos Estados Unidos. Em 1993, as nações europeias criaram a União Europeia depois de lutarem entre si durante mais de mil anos. Os desentendimentos, como a recente crise da dívida grega ou o voto do Brexit de 2016 - a saída da Grã-Bretanha da União Europeia -, são resolvidos através de meios sociais e políticos, não através de conflitos. Algumas mudanças foram totalmente imprevistas e surgiram tão repentinamente que surpreenderam até os peritos, incluindo o colapso das ditaduras comunistas da Europa de Leste em 1989, seguido do colapso da União Soviética em 1991. Em 1994, assistimos ao fim do apartheid na África do Sul. 2011 viu a revolta da "Primavera Árabe" pela democracia apanhar de surpresa a maioria dos especialistas.

Vivemos num Mundo em rápida mudança

O grau e o ritmo de mudança nos últimos cento e trinta anos são difíceis de compreender. Alguém nascido em 1884, potencialmente avô de pessoas agora vivas, nasceu antes do automóvel, luzes elétricas, rádio, avião, televisão, armas nucleares, internet, telemóveis, drones, etc. Apenas mil milhões de pessoas viviam no planeta nessa altura. Nasceram antes da invenção de guerra total. E vamos enfrentar mudanças ainda maiores no futuro próximo. Estamos a aproximar-nos de uma população de nove mil milhões até 2050, da necessidade de deixar de queimar combustíveis fósseis e de uma mudança climática de aceleração rápida, que irá elevar o nível do mar e inundar cidades costeiras e zonas baixas onde vivem milhões de pessoas, desencadeando migrações cujo tamanho não se vê desde a queda do Império Romano. Os padrões agrícolas irão mudar, as espécies serão perturbadas, os incêndios florestais serão mais comuns e generalizados e as tempestades mais intensas. Os padrões das doenças irão mudar. A escassez de água irá causar conflitos. Não podemos continuar a acrescentar a guerra a este padrão de desordem. Além disso, a fim de mitigar e de nos adaptarmos aos impactos negativos

---

[46] Os EUA têm 174 bases na Alemanha e 113 no Japão (2015). Estas bases são amplamente consideradas "remanescentes" da Segunda Guerra Mundial, mas são o que David Vine examina no seu livro *Base Nation*, mostrando a rede de base global dos Estados Unidos como uma estratégia militar questionável.

[47] Um trabalho abrangente sobre o declínio da guerra: Goldstein, J. S. (2011). *Vencendo a guerra na guerra: O declínio do conflito armado em todo o mundo.* New York, NY: Dutton/Penguin.

destas mudanças teremos de encontrar vastos recursos, e estes podem efetivamente vir da apropriação dos orçamentos militares do mundo, que hoje chegam aos dois mil milhões de dólares por ano.

Como resultado, os pressupostos convencionais sobre o futuro já não se manterão. Começaram a aparecer mudanças significativas na nossa estrutura social e económica, quer através das escolhas que fizemos, das circunstâncias que criámos ou através das forças que estão fora do nosso controlo. Este tempo de grande incerteza tem enormes implicações para a missão, estrutura e funcionamento dos sistemas militares. No entanto, o que é evidente é que as soluções militares provavelmente não funcionarão bem no futuro. A guerra, como a conhecemos, está fundamentalmente obsoleta.

Os perigos do patriarcado estão a ser desafiados

Sociólogos, estudiosos do feminismo e investigadores da paz[48]reconhecem o patriarcado como a mentalidade e sistema de organização social que privilegia certas formas masculinas de conduzir a política, estruturar leis e moldar as relações económicas, ecológicas e sociais que guiam as nossas vidas. O patriarcado está enraizado na construção social do género, "os papéis culturalmente definidos e socialmente sancionados nos assuntos humanos desempenhados por homens e mulheres e as características atribuídas a cada um deles que racionalizaram esses papéis".[49]

O patriarcado está associado a valores sociais culturalmente definidos como masculinos, incluindo a dependência da hierarquia, controlo, autoritarismo, autonomia, separação, exclusão e competição. Muitos estudiosos da política do feminismo[50] têm constatado que o domínio historicamente masculino tem moldado uma ordem[51] social, económica e política dominada por esses traços. A guerra, a militarização e o militarismo representam o auge dos valores, pensamentos e comportamentos patriarcais negativos.[52] A estudiosa da paz feminista Betty Reardon observou a forte ligação entre sexismo [53]e militarismo e argumentou que não se pode eliminar a violência contra as mulheres [54]sem abolir a guerra e eliminar o militarismo, e o pensamento e os valores que estes criam na sociedade. O preconceito masculino envolvido na tomada e prática de decisões limita diversas considerações de perspetiva e restringe o conjunto de estratégias de resolução de conflito que podem ser utilizadas.

---

[48] A bolsa de estudos de Gerda Lerner, Betty Reardon e Elise Boulding são particularmente formativas para a articulação e observação do patriarcado. Ver: 1) Lerner, G. (1986). *A criação do patriarcado*. New York, NY: Oxford University Press. 2) Reardon, B. (1995). *Sexismo e o sistema de guerra.* New York, NY: Syracuse University Press. 3) Boulding, E. (1976). *O lado inferior da história.* Boulder, CO: Westview Press.

[49] Jenkins, T & Reardon, B. (2007). Género e paz: Rumo a uma perspetiva holística e inclusiva de género. Em Galtung, J. e Webel, C. (Eds), *Manual de estudos de paz e conflito.* New York, NY: Routledge.

[50] Para citar alguns: Elise Boulding, Cynthia Enloe, Gerda Lerner, Betty Reardon, J. Anne Tickener e Marilyn Waring. Veja todas as notas de rodapé nesta secção.

[51]Veja especialmente o trabalho de Marilyn Waring: Waring, M. (1988). *Sem valer nada.* Wellington, New Zealand: Bridget Williams Books Limited.

[52] O trabalho das académicas feministas de relações internacionais e segurança Cynthia Enloe, J. Anne Tickner e Cynthia Cockburn ajudou a ilustrar a ligação entre género e segurança. Veja especialmente, 1) Enloe, C. (1989). *Bananas, praias e bases: Dar um sentido feminista às relações internacionais.* Berkeley: University of California Press; 2) Enloe, C. (2000). *Manobras: A política internacional de militarização da vida das mulheres*. Berkeley: University of California Press; 3) Cockburn, C. (1998). *O espaço entre nós: Negociando género e identidades nacionais em conflito.* London: Zed Books; and 4) Tickner, J.A. (1992). *Género nas relações internacionais*. New York, NY: Columbia University Press.

[53] O sexismo pode ser entendido como preconceito ou discriminação com base no sexo ou género.

[54] Reardon e colegas argumentam que a violência contra as mulheres é parte integrante da guerra e do conflito armado, e identificaram as muitas formas de violência militar contra as mulheres (MVAW, na sigla em inglês) e respetivas funções na guerra. Para obter uma lista abrangente de formas de MVAW e recomendações para as abordar, consulte "A Violência contra as Mulheres é Parte Integrante da Guerra e do Conflito Armado - A Necessidade Urgente da Implementação Universal da UNSCR 1325" em: https://www.i-i-p-e.org/projects/mvaw/

Os investigadores da paz feministas estão a desafiar o paradigma patriarcal ao introduzir perspetivas feministas na segurança. Estas perspetivas estão mais intimamente ligadas à segurança humana[55], onde a interdependência, os cuidados, os direitos humanos, as necessidades básicas e as relações são considerações fundamentais. A abordagem feminista também tem em conta a realidade vivida no dia-a-dia daqueles afetados pela violência, e foca-se nas realidades privadas mais subjetivas da existência humana. Reardon argumenta que uma mudança autêntica só pode emergir a partir da integração das perspetivas masculinas e femininas, dos modos de pensamento e dos processos de conceção de novos sistemas, e da educação necessária para os alcançar. Esta é a intenção por detrás de muitas das estratégias políticas apresentadas no sistema das Nações Unidas que exigem a inclusão de uma perspetiva de género na tomada de decisões sobre segurança e construção da paz (ver a componente do nosso sistema de segurança que aborda "O Papel das Mulheres na Paz e Segurança" para uma articulação completa destas estratégias).

O patriarcado está tão imbuído no nosso sistema de segurança que parece ser natural. A boa notícia é que o género é uma construção social - não é determinado biologicamente. Os papéis e expetativas de género são fluidos e dinâmicos, variando entre culturas e mudando ao longo do tempo. A análise crítica aos estereótipos de género levou à substituição dos preconceitos ultrapassados por um pensamento mais moderado. As categorias binárias de género do nosso passado estão a começar a esbater-se. Se considerarmos que estamos próximos de uma era de esclarecimento, devemos estar dispostos a alterar as nossas atitudes. Estão a emergir identidades de género mais fluidas, e isso é um passo positivo.

Estudos recentes mostram que uma maior equidade de género na política e nos negócios dentro de um Estado equivale a taxas mais baixas de violência direta. Consequentemente, uma maior diferença de género é um bom indicador da tendência de um Estado para se envolver em conflitos violentos.[56]

Muitas outras tendências positivas mostram que o patriarcado pode ser desafiado com sucesso. Os microcréditos estão a dar poder às mulheres em países com histórias de misoginia. A educação das raparigas está correlacionada com a redução das taxas de natalidade e o aumento dos padrões de vida. A mutilação genital feminina está a ser discutida e desafiada em áreas do globo onde o controlo masculino tem sido sempre o procedimento operacional padrão. As mulheres estão a desempenhar papéis mais importantes na conceção de processos de construção da paz. E, em Janeiro de 2018, alcançou-se pela primeira vez a paridade total de género nos níveis superiores de liderança das Nações Unidas. 23 dos 44 membros do Grupo de Gestão Sénior do Secretário-Geral agora são mulheres. Este ato segue o precedente estabelecido pelo Primeiro-ministro canadiano, Justin Trudeau, que optou por governar com um gabinete equilibrado em termos de género. Devíamos considerar tornar obrigatório, internacionalmente, em todos os governos, o tal equilíbrio, não só para todos os cargos eleitos, mas também para todos as posições de funcionários públicos. O progresso alcançado nos direitos das mulheres é substancial; atingir a plena igualdade com os homens resultará em sociedades mais saudáveis, felizes e robustas.

---

[55] O conceito de "segurança humana" foi articulado pela primeira vez por académicas feministas da paz, muito antes de ser incorporado no discurso da ONU.

[56] Veja: Crespo-Sancho, C. (2017). O papel do género na prevenção de conflitos violentos. Documento de referência para o emblemático estudo das Nações Unidas e do Banco Mundial, *Vias para a Paz: Abordagens Inclusivas à Prevenção do Conflito Violento*. Banco Mundial, Washington, DC. http://blogs.worldbank.org/dev4peace/can-gender-equality-prevent-violent-conflict

Compaixão e cooperação são parte da condição humana

O ponto principal é que a cooperação e a compaixão fazem parte da condição humana tanto quanto a violência.

O Sistema de Guerra baseia-se na falsa crença de que a competição e a violência são o resultado de adaptações evolutivas, um mal-entendido de uma popularização de Darwin no século XIX que retratava a natureza como "vermelha nos dentes e nas garras" e a sociedade humana como um jogo competitivo de soma nula, onde o "sucesso" ia para o mais agressivo e violento. Mas os avanços na investigação comportamental e na ciência evolutiva mostram que não estamos condenados à violência pelos nossos genes, que a partilha e a empatia também têm uma base evolutiva sólida. Desde a publicação da Declaração de Sevilha sobre a Violência em 1986, que refuta a noção de agressão inata e inevitável como o centro da natureza humana, tem havido uma revolução na investigação da ciência comportamental que confirma, de forma extraordinária, a declaração anterior.[57] Os seres humanos têm uma poderosa capacidade de empatia e cooperação, que a doutrinação militar tenta conter de forma mais ou menos perfeita, como mostram os muitos casos de síndrome de stress pós-traumático e suicídios entre os soldados que regressam.

Embora seja verdade que os humanos têm uma capacidade de agressão, bem como de cooperação, a guerra moderna não surge da agressão individual - é uma forma altamente organizada e estruturada de comportamento aprendido, que requer que os governos a planeiem com antecedência e que mobilizem toda a sociedade a fim de a levar a cabo. O ponto principal é que a cooperação e a compaixão fazem parte da condição humana, tal como a violência. Temos a capacidade para ambas, e a capacidade de escolher qualquer uma, mas embora seja importante fazer esta escolha com base numa escolha psicológica individual, esta deve levar a uma mudança nas estruturas sociais.

"A guerra não retrocede para sempre no tempo. Teve um início. Não estamos programados para a guerra. Aprendemo-la."
- Brian Ferguson (Professor de Antropologia)

A importância de estruturas de Guerra e Paz

Não basta que os povos do mundo queiram paz. A maioria das pessoas quer paz, mas mesmo assim apoia uma guerra quando o seu Estado-nação ou grupo étnico o exige. Até mesmo a aprovação de leis contra a guerra, tais como a criação da Liga das Nações em 1920 ou o famoso Pacto Kellogg-Briand de 1928 (assinados pelas principais nações do mundo, nunca tendo sido formalmente rejeitados) que proibiam a guerra, foram sempre entendidos pelos seus criadores como componentes de mudanças sistémicas necessariamente mais amplas e precisas para pôr fim à guerra.[58] Ambos os movimentos louváveis foram criados dentro de um Sistema de Guerra robusto, e por si só não conseguem evitar mais guerras. A criação da Liga e a proibição da guerra eram necessárias mas não

[57] A Declaração de Sevilha sobre a Violência foi elaborada por um grupo de importantes cientistas comportamentais para refutar "a ideia de que a violência humana organizada é determinada biologicamente." A declaração completa pode ser lida aqui: http://www.unesco.org/cpp/uk/declarations/seville.pdf

[58] Em *Os Internacionalistas: Como um plano radical para proibir a guerra refez o mundo* (2017), de Oona Hathaway e Scott Shapiro, e *Quando o mundo proibiu a guerra* (2011) de David Swanson, os autores mostram como as pessoas em todo o mundo trabalharam para abolir a guerra, banindo a guerra com um tratado que ainda está nos livros.

suficientes. O que é suficiente é criar uma estrutura robusta de sistemas sociais, jurídicos e políticos que alcancem e mantenham um fim à guerra. O Sistema de Guerra é constituído por tais estruturas interligadas que tornam a guerra normativa. Por isso, um sistema de segurança global alternativo para o substituir deve ser concebido da mesma forma. Felizmente, um tal sistema tem vindo a desenvolver-se há mais de um século.

"Quase ninguém quer guerra. Quase todos a apoiam. Porquê?"
- Kent Shifferd (Autor, Historiador)

Já se está a desenvolver um sistema alternativo

Como mencionado anteriormente, evidências da arqueologia e antropologia indicam agora que a guerra foi uma invenção social, há cerca de 10.000 anos, com a ascensão do Estado centralizado, da escravatura e do patriarcado. Aprendemos a fazer a guerra. Contudo anteriormente, durante mais de cem mil anos, os humanos viveram sem violência de grande escala. O Sistema de Guerra tem dominado algumas sociedades humanas desde cerca de 4 000 a.C. A partir de 1816, com a criação das primeiras organizações de cidadãos a trabalhar para pôr fim à guerra, ocorreram uma série de desenvolvimentos revolucionários. Não estamos a começar do nada. Embora o século XX tenha sido o mais sangrento de que há registo, a maioria das pessoas ficará surpreendida por saber que foi também uma época de enorme progresso no desenvolvimento das estruturas, valores e técnicas que, com um desenvolvimento acrescido impulsionado pelo poder não-violento das pessoas, se transformará num Sistema de Segurança Global Alternativo. Estes são desenvolvimentos revolucionários sem precedentes nos milhares de anos em que o Sistema de Guerra tem sido o único meio de gestão de conflito. Hoje, existe um sistema concorrente - talvez embrionário, mas em desenvolvimento. A paz é real.

Em meados do século XIX, o desejo de paz internacional estava a desenvolver-se rapidamente. E como resultado, em 1899 pela primeira vez na história, foi criada uma instituição para lidar com conflitos a nível global. Popularmente conhecido como o Tribunal Mundial, o Tribunal Internacional de Justiça existe para julgar conflitos entre nações. Outras instituições seguiram-se rapidamente, incluindo o primeiro esforço num parlamento mundial para lidar com os conflitos entre as nações, a Liga das Nações. Em 1945, foi fundada a ONU e, em 1948, foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nos anos 60, foram assinados dois tratados sobre armas nucleares - o Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares em 1963 e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, que foi disponibilizado para assinatura em 1968 e entrou em vigor em 1970. Mais recentemente, o Tratado para a Proibição Global de Testes em 1996[59], o tratado sobre as minas terrestres (Convenção sobre Minas Terrestres Antipessoal) em 1997 e em 2014, o Tratado sobre o Comércio de Armas foram adotados.[60] O tratado sobre minas terrestres foi negociado através da diplomacia cidadã de sucesso sem precedentes no chamado “Processo de Ottawa”, onde as ONGs, junto com os governos, negociaram e redigiram o tratado para que outros o assinassem e ratificassem. O Comité do Nobel reconheceu os esforços da Campanha Internacional para a Proibição das Minas Terrestres (ICBL) como um “exemplo convincente de uma política eficaz para a paz” e concedeu o Prémio Nobel da Paz à ICBL e à sua coordenadora Jody Williams.[61] O Tribunal Penal Internacional foi estabelecido em 1998 e entrou em vigor em 2002. As leis contra a utilização de crianças-soldados foram acordadas nas últimas décadas.

---

[59] O Tratado de Proibição Abrangente nunca entrou em vigor, uma vez que vários dos Estados com armas nucleares que eram necessários não assinaram, ou assinaram e ainda não ratificaram o tratado.
(https://www.un.org/disarmament/wmd/nuclear/ctbt/)

[60] Veja mais sobre o Tratado de Comércio de Armas na secção: "Proibir o Comércio de Armas"

[61] Veja mais sobre a ICBL e a diplomacia do cidadão em *Banir as minas terrestres: Desarmamento, diplomacia do cidadão e segurança humana* (2008) de Jody Williams, Stephen Goose e Mary Wareham.

Não-violência: O Fundamento da Paz

À medida que estes fundamentos se desenvolviam, Mahatma Gandhi e depois Martin Luther King Jr. e outros desenvolveram um meio poderoso de resistência à violência, o método da não-violência, agora testado e aprovado em muitos conflitos em diferentes culturas em todo o mundo. A luta não-violenta muda a relação de poder entre oprimido e opressor. A luta não violenta inverte as relações aparentemente desiguais, como por exemplo no caso dos "simples" trabalhadores do estaleiro e do Exército Vermelho na Polónia na década de 1980 (o Movimento de Solidariedade liderado por Lech Walesa acabou com o regime repressivo - Walesa tornou-se presidente de uma Polónia livre e democrática) e em muitos outros casos. Mesmo diante do que é considerado um dos regimes mais ditatoriais e perversos da história - o regime Nazi Alemão - a não-violência demonstrou sucessos a diferentes níveis. Por exemplo, em 1943, esposas Alemãs Cristãs lançaram um protesto não violento até que quase 1.800 maridos Judeus presos foram libertados. Esta campanha é doravante comumente conhecida como o protesto Rosenstrasse. Numa escala maior, os Dinamarqueses lançaram uma campanha de resistência não violenta de 5 anos para recusar-se a ajudar a máquina de guerra nazi que salvou os Judeus Dinamarqueses de serem enviados para os campos de concentração.[62]

A teoria do consentimento do poder do académico da não-violência Gene Sharp esclarece que todo o poder do governo depende do consentimento dos governados e que o consentimento sempre pode ser retirado.[63] Este é o verdadeiro poder da não-violência. Como veremos, ele muda a psicologia social da situação de conflito e, assim, anula a vontade do opressor de continuar a injustiça e a exploração. Torna os governos opressores indefesos e torna o povo ingovernável. Existem muitos exemplos modernos do uso bem-sucedido da não-violência. Gene Sharp escreve: “Existe uma vasta história de pessoas que, recusando-se a convencer-se de que os aparentes 'poderes constituídos' eram omnipotentes, desafiaram e resistiram a governantes poderosos, conquistadores Estrangeiros, tiranos domésticos, sistemas opressores, usurpadores internos e questões económicas. Ao contrário das perceções usuais, esses meios de luta pelo protesto, a não cooperação e a intervenção disruptiva desempenharam papéis históricos importantes em todas as partes do mundo.”[64]

Erica Chenoweth e Maria Stephan demonstraram estatisticamente que, de 1900 a 2006, a resistência não violenta foi duplamente tão bem sucedida como a resistência armada e resultou em democracias mais estáveis com menos hipótese de reverter à violência civil e internacional. Resumindo, a não-violência funciona melhor do que a guerra.[65] Chenoweth foi nomeada uma das 100 Maiores Pensadoras Mundiais pela Política Externa em 2013 “por provar que Gandhi estava certo.” Sabemos agora também que os países têm mais probabilidade de experimentar o início de campanhas não violentas quando existe uma maior mobilização global - a não-violência é contagiosa![66]

A não-violência é uma alternativa prática. A resistência não violenta, associada a instituições de paz fortalecidas, permite-nos agora escapar da gaiola de ferro da guerra em que fomos aprisionados há seis mil anos.

Outros desenvolvimentos culturais contribuíram também para a construção de um sistema de paz, incluindo o poderoso movimento pelos direitos das mulheres (incluindo a educação das meninas) e o surgimento de dezenas de milhares de grupos de cidadãos dedicados à paz internacional, ao desarmamento, ao fortalecimento da paz internacional e às instituições de manutenção da paz. Essas ONGs impulsionam essa evolução em direção à paz.

---

[62] Este caso está bem documentado no Banco de Dados Global Nonviolent Action (http://nvdatabase.swarthmore.edu/content/danish-citizens-resist-nazis-1940-1945) e na série de documentários A Force More Powerful (www. aforcemorepowerful.org/).

[63] Sharp, G. (1973). *A política da ação não-violenta.* Boston, MA: Porter Sargent

[64] Sharp, G. (1980). *Tornar a abolição da guerra uma meta realista.* Cambridge, MA: The Albert Einstein Institution. Disponível em: https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2013/09/MakingtheAbolitionofWaraRealisticGoal-English.pdf

[65] Chenoweth, E, & Stephan, M. (2011). *Por que é que a resistência civil resulta: A lógica estratégica do conflito não-violento*. New York, NY: Columbia University Press

[66] "Não-Violência Contagiosa": http://communication.warpreventioninitiative.org/contagious-nonviolence/

Aqui podemos apenas mencionar algumas, tais como a Fellowship of Reconciliation, Women's International League for Peace and Freedom, o American Friends Service Committee, a United Nations Association, Veterans For Peace, a International Campaign for Abolish Nuclear Weapons, The Hague Appeal for Peace, Peace and Justice Studies Association e muitas, muitas outras que podem ser facilmente encontradas através de uma pesquisa na Internet. A World BEYOND War lista na sua página, centenas de organizações e milhares de indivíduos de todo o mundo que assinaram o nosso compromisso de acabar com todas as guerras.

Organizações governamentais e não-governamentais estabeleceram forças de manutenção da paz, tais como os Capacetes Azuis da ONU e vários modelos não violentos baseados nos cidadãos, tais como Nonviolent Peaceforce and Peace Brigades International. Da mesma forma, instituições baseadas na fé desenvolveram comissões de paz e justiça. Ao mesmo tempo, observou-se um rápido crescimento da pesquisa sobre a paz e a expansão do campo da educação sobre a paz a todos os níveis. Outros fatores que ajudaram a desenvolver o sistema de paz incluem a disseminação de religiões orientadas pela paz, o desenvolvimento da internet, a impossibilidade de impérios globais (muito caro), o fim da soberania de facto, a aceitação crescente da objeção de consciência à guerra, as novas técnicas de resolução de conflitos, o jornalismo de paz, o crescimento do movimento de conferência global (reuniões tendo a paz como ponto principal, a justiça, o meio ambiente e o desenvolvimento)[67], o movimento ambiental (incluindo os esforços para acabar com a dependência do petróleo e das guerras relacionadas com o petróleo) e o desenvolvimento de um senso de lealdade planetária.[68] [69] Essas são apenas algumas das tendências significativas que indicam que um Sistema de Segurança Global Alternativo auto-organizado está em vias de desenvolvimento.

---

[67] Nos últimos vinte e cinco anos, houve encontros de referência a nível global, com o objetivo de criar um mundo pacífico e justo. Este surgimento do movimento de conferências globais, iniciado pela Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, no Brasil, em 1992, lançou as bases para o movimento de conferências globais modernas. Focado no meio ambiente e no desenvolvimento, produziu uma mudança dramática em direção à eliminação de toxinas na produção, o desenvolvimento de energia alternativa e transporte público, reflorestação e uma nova compreensão da escassez de água. Os exemplos são: Cúpula da Terra Rio 1992 sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável; A Rio + 20 reuniu milhares de participantes de governos, setor privado, ONGs e outros grupos para moldar a forma como os humanos podem reduzir a pobreza, promover a equidade social e garantir a proteção ambiental num planeta cada vez mais populoso; Fórum Trienal Mundial da Água como o maior evento internacional no campo da água para aumentar a consciencialização sobre as questões e soluções hídricas (iniciado em 1997); A Conferência do Apelo pela Paz de Haia de 1999 como a maior conferência internacional de paz por grupos da sociedade civil.

[68] Estas tendências são apresentadas em profundidade no guia de estudo "A Evolução de um Sistema de Paz Global" e no curto documentário fornecido pela Iniciativa de Prevenção de Guerra em http://warpreventioninitiative.org/?page_id=2674

[69] Um inquérito de 2016 descobriu que quase metade dos inquiridos em 14 países de rastreio se consideravam mais como cidadãos globais do que cidadãos do seu país. Consulte *Cidadania Global: Um Sentimento Crescente Entre os Cidadãos de Economias Emergentes: Sondagem Global* em http://globescan.com/news-and-analysis/press-releases/press-releases-2016/103-press-releases-2016/383-global-citizenship-a-growing-sentiment-among-citizens-of--emerging-economies-global-poll.html

ESBOÇO DE UM SISTEMA DE SEGURANÇA GLOBAL ALTERNATIVO

Nenhuma estratégia acabará com a guerra. As estratégias devem ser dispostas em camadas e tecidas juntas para serem eficazes. Foram escritos muitos livros sobre elas, alguns dos quais estão listados na secção Recursos dos Apêndices. Como poderemos ver, a escolha de um Mundo PÓS Guerra exigirá que desmantelemos o Sistema de Guerra existente e criemos as instituições de um Sistema de Segurança Global Alternativo e/ou que as desenvolvamos onde já existem em forma embrionária. Note que um Mundo PÓS Guerra não propõe um governo mundial soberano, mas sim uma teia de estruturas de governo voluntariamente estabelecidas e uma mudança nas normas culturais afastadas da violência e da dominação.

Como Funcionam os Sistemas

Um sistema consiste em todo tipo de conjunto de "estruturas ou padrões interconectados e que se reforçam mutuamente que, juntos, governam o funcionamento e a direção de uma determinada entidade"[70] visando um propósito específico. Por outras palavras, os sistemas são redes de relacionamentos em que cada parte influencia as outras partes através de comentários. O ponto A não apenas influencia o ponto B, mas B realimenta A, e assim por diante, até que os pontos na rede sejam totalmente interdependentes. Por exemplo, no Sistema de Guerra, a instituição militar influenciará a educação para estabelecer programas do Corpo de Formação de Oficiais de Reserva Júnior (JROTC) nas escolas secundárias; os cursos de história das escolas secundárias apresentarão a guerra como patriótica, inevitável e normativa; enquanto as igrejas rezam pelas tropas e os paroquianos trabalham na indústria de armas; que o Congresso financiou para criar empregos e aumentar a probabilidade de reeleição. Oficiais militares aposentados chefiarão as empresas de fabricação de armas e obterão contratos da sua antiga instituição, o Pentágono, e/ou constituirão muitos dos chamados especialistas em comunicação sobre questões de guerra e paz. O último cenário é o que é conhecido como a "porta giratória militar." Um sistema é constituído de crenças, valores, tecnologias interligadas e, acima de tudo, de instituições que se reforçam mutuamente. Embora os sistemas tendam a ser estáveis por longos períodos de tempo, em caso de pressão negativa suficiente, o sistema pode atingir um ponto de inflexão e mudar rapidamente.

Vivemos num continuum de guerra-paz, alternando entre guerra estável, guerra instável, paz instável e paz estável[71]. A guerra estável é o que vimos na Europa durante séculos e agora vemos no Oriente Médio desde 1947. A paz estável é o que vimos na Escandinávia há centenas de anos (além da participação Escandinava nas guerras EUA/NATO). A hostilidade dos EUA com o Canadá, que viu cinco guerras nos séculos 17 e 18, terminou repentinamente em 1815. A guerra estável mudou rapidamente para a paz estável. Essas mudanças de fase são mudanças do mundo real, mas são limitadas a regiões específicas. O que World BEYOND War procura é aplicar a mudança da fase em todo o mundo, para movê-la de uma guerra estável para uma paz estável - dentro e entre as nações.

"Um sistema de paz global é uma condição do sistema social da humanidade que mantém a paz de forma confiável. Uma variedade de combinações de instituições, políticas, hábitos, valores, capacidades e circunstâncias podem produzir este resultado... Um sistema assim tem que desenvolver-se a partir das condições existentes."

- Robert A. Irwin (Professor de sociologia)

---

[70] Hollins, H., Powers, A., & Sommer, M. (1989). *A conquista da guerra: Estratégias alternativas para a segurança global.* Boulder, CO: Westview Press.

[71] Boulding, K. (1978). *Paz estável.* Austin, TX: University of Texas Press.

Componentes do Sistema de Segurança Global Alternativo

Conforme mencionado anteriormente, o Sistema de Segurança Global Alternativo aqui delineado é prosseguido através de três grandes estratégias: 1) desmilitarizar a segurança, 2) gerir os conflitos sem violência e 3) criar uma cultura de paz. Essas estratégias também são utilizadas como componentes organizadores do nosso sistema.

Desmilitarizar a Segurança

Esta componente identifica as estratégias e as abordagens necessárias para desmilitarizar o sistema atual.

Gerir os conflitos sem violência

Exploramos, aqui, possíveis reformas para as instituições existentes e as abordagens para manter a segurança - e, onde as opções atuais são consideradas ineficazes ou insuficientes, propomos possibilidades alternativas. Estas são as ferramentas essenciais para seguir uma abordagem não-violenta da segurança.

Criar uma Cultura de Paz

O nosso sistema depende também da identificação e do estabelecimento de normas sociais e culturais, de valores e princípios de paz para guiar as nossas ações e a nossa visão de uma ordem mundial que mais preferimos. Esses princípios funcionam também como um teste decisivo para avaliar a validade das abordagens e propostas atuais e alternativas.

O desenvolvimento desses componentes não deve ser necessariamente prosseguido sequencialmente - ou separadamente - uma vez que os desenvolvimentos numa área terão, quase certamente, influências recíprocas noutras áreas. As estratégias deverão ser ajustadas à medida que observamos essas influências e esses impactos. É necessário notar que um grande número das abordagens poderiam facilmente estar situadas em mais de uma categoria – a sua localização atual reflete o que pensamos ser as inter-relações mais lógicas e práticas.

ESBOÇO E VISÃO GERAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA GLOBAL ALTERNATIVO			
Componente	**Desmilitarizar a segurança**	**Gerir os conflitos Sem Violência**	**Criar uma Cultura de Paz**
Principal(is) Função(ões)	1. **Desmilitarizar a segurança.** 2. **Estabelecer estruturas alternativas de segurança e um pensamento alternativo que devem moldar o novo sistema**	1. **Estabelecer e reformar as instituições para a gestão de conflitos civis e internacionais**	1. **Estabelecer estruturas normativas, valores e princípios para orientar a visão e avaliar as abordagens alternativas da segurança** 2. **Estabelecer princípios de funcionamento para uma cultura de paz**
Subcomponentes, Abordagens e Etapas da Ação	• **Identificar / Estabelecer Normas Não-Violentas e Alternativas à Intervenção Militar** ○ Mudar para uma Postura de Defesa Não-Provocativa ○ Retirada gradual de bases militares estrangeiras ○ Desmantelar alianças militares ○ Pôr Fim às Invasões e Ocupações • **Desarmamento** ○ Armas Convencionais (redução / eliminação)	• **Mudar para uma postura de segurança proativa** • **Fortalecer as Instituições Internacionais e as Alianças Regionais** • **Reformar a ONU** ○ Reformar a Carta ○ Reformar a Assembleia Geral ○ Reformar o Conselho de Segurança ○ Fornecer financiamento adequado ○ Aumentar as capacidades de previsão de conflitos e de gestão antecipada	• **Estabelecer uma cultura de paz** ○ Contar A Nova História ○ Reconhecer A Mudança • **Estimular a cidadania Planetária / Mundial** • **Divulgar e financiar a educação para a paz e a pesquisa sobre a paz** • **Cultivar o Jornalismo de paz** • **Utilizar a religião como uma ferramenta para a construção da paz** • **Aumentar o papel da juventude na paz e segurança** *

	○ Proibir o Comércio de Armamento ○ Acabar com a utilização de Drone ○ Eliminar gradualmente as Armas de Destruição Massiva (WMD, ou seja as armas nucleares, químicas, biológicas) ○ Proibir as armas no Espaço ● **Criar uma Economia de Paz** ○ Reajustar as despesas militares (conversão económica) ○ Estabelecer uma Economia de Prevenção da Guerra ○ Criar uma economia global estável, justa e sustentável ○ Democratizar as Instituições económicas Internacionais ○ Criar um Plano Global de Ajuda Ambientalmente Sustentável ● **Reconfigurar a resposta ao terrorismo** ● **Aumentar o Papel das Mulheres na Paz e Segurança** ○ Incluir as mulheres na tomada de decisões em matéria de segurança e de construção da paz ○ Desenvolver e implementar a política externa feminista*[72]	○ Estabelecer Equipas de Mediação proativas ○ Reajustar com os Movimentos Indígenas ○ Reformular as operações de manutenção da paz ● **Direito internacional** ○ Fortalecer o Tribunal Internacional de Justiça ○ Fortalecer o Tribunal Penal Internacional ○ Incentivar a conformidade com os tratados existentes ○ Criar novos tratados ○ Estabelecer comissões verdade e reconciliação ● **Apoiar a Intervenção Não Violenta: utilizar a Força Civil de Manutenção da Paz** ● **Criar uma força de defesa civil não violenta** ● **Explorar abordagens Alternativas para a gestão humana mundial** ○ Estabelecer Princípios de Gestão Humana Mundial/Explorar Modelos Alternativos ○ A Federação da Terra e a Constituição da Terra ○ Assembleia de Emergência Mundial ● **Identificar / Aumentar o Papel da Sociedade Civil Mundial e as ONG Internacionais** ● **Desenvolver as infraestruturas para a paz****	

[72] * é usado aqui para significar uma nova adição a esta edição

DESMILITARIZAR A SEGURANÇA

Resumo executivo

A nossa abordagem para desmilitarizar a segurança exige uma reflexão sobre a nossa segurança e alívio relativamente a nossa dependência às abordagens militarizadas. Defendemos várias estratégias essenciais para abandonar a dependência da intervenção militar como meio de segurança. Um número importante dessas estratégias são transitórias: mudança para uma postura de defesa não provocativa, eliminação das bases militares Estrangeiras, desmantelamento das alianças militares e fim das invasões e ocupações. Os esforços em matéria de desarmamento constituem a espinha dorsal dessa componente do sistema – por conseguinte, delineamos vários fundamentos e estratégias para apoiar o Desarmamento Geral e Completo (GCD). Tratamos, aqui, das armas convencionais, químicas e biológicas, das armas de destruição massiva, das armas no espaço, dos drones e do comércio de armas. Na medida em que o sistema atual está profundamente enraizado no complexo militar-industrial-corporativo-académico, abordamos, também, o desafio da transição para uma economia de paz. Identificamos, aqui, estratégias de conversão económica; criar uma economia estável, justa e ambientalmente sustentável; e democratizar as instituições monetárias internacionais. O nosso sistema também apoia a adoção de respostas não violentas e desmilitarizadas mais eficazes para o terrorismo. Finalmente, concluímos esta seção destacando o quanto é importante a estratégia de aumentar o papel das mulheres nos esforços de tomada de decisão, planeamento e construção da paz, ou seja, a integração da política externa feminista como uma nova adição complementar a este componente (ver "Política Feminista Externa ") na parte adenda do livro.

Recomendações estratégicas de políticas e de ação

Recomendações Transitórias:

Incentivar todos os países a mudar para uma postura de defesa não provocativa que exija a eliminação imediata das bases militares Estrangeiras; desmantelamento das alianças militares; e acabar com todas as invasões e ocupações.

Incentivar o cumprimento total, por parte de todos os países, dos tratados de desarmamento existentes.

Incentivar a participação individual, em grupo e institucional em campanhas de desinvestimento.

Incentivar todos os países a adotar as Políticas Externas Feministas.

Recomendações transformativas:

Fazer etapas de transição em direção ao Desarmamento Geral e Completo, uma exigência fundamental de todos os futuros tratados e acordos de desarmamento.

Desenvolver estratégias abrangentes de conversão económica para ajudar na mudança de uma economia militar para uma economia sustentável e pró-paz.

Assegurar a consideração total das questões de segurança ecológica e ambiental em todas as tomadas de decisão de segurança (exige avaliações ambientais de curto e longo prazo).

"Os conflitos típicos do mundo contemporâneo não podem ser resolvidos com as armas. Não exigem uma recalibragem das ferramentas e estratégias militares, mas um compromisso de

longo alcance com a desmilitarização."
- Tom Hastings (Autor e professor de Resolução de conflitos)

"A força militar é necessária para a nossa segurança." Quantas vezes já ouvimos esse argumento de pessoas boas e bem-intencionadas? Chegou o tempo de ultrapassar esse argumento e desafiar a noção de que as intervenções militares devem ser utilizadas em prol da paz e da segurança. Num determinado momento, num determinado local, um determinado grupo de pessoas pode ser salvo com uma intervenção militar. Como podemos argumentar contra isso? Não podemos. No entanto, uma intervenção militar piorará sempre a situação geral e as perspetivas de transformação construtiva do conflito diminuirão. Além disso, embora certas vidas possam ser salvas em algum lugar, outras vidas serão tiradas. E temos de enfrentar a realidade. Uma intervenção militar tirará sempre vidas inocentes.

Uma intervenção militar é a introdução de forças militares externas num conflito existente. Isso ocorre através de meios, incluindo a introdução de armamentos e armas, ataques aéreos e tropas de combate para intervir num conflito armado. É a utilização de força letal em grande escala. A intervenção militar humanitária, seja qual for o nome, é a guerra, e as guerras são destrutivas por natureza. Há violência, morte e sofrimento. Por outras palavras, quando falamos de uma intervenção militar humanitária, falamos de um oximoro completo: declarar a intenção de defender a vida, tirando vidas ativamente.

"Não existe nenhuma solução militar", "isso não pode ser resolvido militarmente", "a solução tem de ser política" - todos nós já o ouvimos muitas vezes. No entanto, essas mesmas frases são comumente usadas para justificar as guerras e as intervenções militares. Chegou a hora de seguir um novo caminho. Um caminho que não é informado por algum tipo de pacifismo ingénuo percebido, mas por uma análise rigorosa das alternativas não violentas sem uma opção militar conhecida como sendo parte do quadro. A opção militar deve ser retirada do contexto, caso contrário, todas as outras abordagens enfrentam uma contra-força e são diretamente prejudicadas.

O que pensar, então, dos casos em que os inocentes enfrentam atrocidades? Temos de agir de certa forma, certo? Com certeza. Deixemos de pensar que as únicas opções que temos são uma intervenção militar ou inação. Examinemos esta lista não exaustiva de alternativas viáveis e não violentas em comparação com a intervenção militar:[73]

Alternativas não violentas para intervenção militar

- Embargos sobre as armas
- Acabar com toda a ajuda militar
- Apoio da sociedade civil, atores não violentos
- Penalizações
- Trabalhar com os órgãos supranacionais (por exemplo, ONU, ICC)
- Cessar-fogos
- Ajuda aos refugiados (relocar/melhorar os acampamentos de proximidade/repatriar)
- Promessa de não usar a violência
- Retirada dos militares
- Trabalhadores de conflito não violentos
- Iniciativas (transitórias) de justiça
- Diplomacia relevante
- Modelo de resolução de conflitos

---

[73] Estes pontos foram retirados da reunião anual do Grupo de Fundadores da Paz e Segurança 2015, onde Patrick Hiller debateu num painel: "A intervenção militar nunca deve ser usada em prol da paz e da segurança."

- Boa governação inclusiva
- Confrontar as crenças que apoiam a violência
- Aumentar a participação das mulheres na vida social e política
- Informação exata sobre os factos
- Separar os agressores da base de apoio - abordar a zona cinzenta
- Banir a rentabilidade da guerra
- Compromisso de construção da paz; reestruturar as escolhas de ou/ou e de nós/eles
- Policiamento eficaz
- Resistência civil não-violenta
- Recolha de informações e relatórios
- Defesa pública
- Conciliação, mediação e resolução judicial
- Mecanismos dos direitos humanos
- Assistência e proteção humanitária
- Incentivos económicos, políticos e estratégicos
- Monitorização, observação e verificação
- Desinvestimento
- Direito internacional

Muitos dos conceitos são familiares. Se não forem aplicados, não é porque não estejam disponíveis, mas por causa das restrições impostas artificialmente, da falta de financiamento, da falta de interesse ou do interesse próprio. Embora não sejam soluções mágicas, sabemos que resultam. Devemos compará-las em termos de eficácia versus intervenção militar. E existem provas importantes para ilustrar que são mais eficazes como respostas de curto, médio e longo prazo.

Mudar para uma Postura de Defesa Não-Provocativa

Um primeiro passo para desmilitarizar a segurança poderia ser a defesa não provocativa, que consiste em redefinir e reconfigurar a formação, a logística, a doutrina e o armamento para que os militares de uma nação sejam vistos pelos seus vizinhos como inadequados para o ataque, mas claramente capazes de montar uma defesa confiável das suas fronteiras. É uma forma de defesa que exclui ataques armados contra outros Estados.

"O sistema de armas pode ser utilizado eficazmente no estrangeiro ou só pode ser utilizado internamente? Se pode ser utilizado no estrangeiro, então é ofensivo, especialmente se esse "estrangeiro" incluir países com os quais se está em conflito. Se só pode ser utilizado internamente, então o sistema é defensivo, estando operacional apenas quando ocorrer um ataque."

- Johan Galtung, (Investigador Pioneiro da Paz) [74]

A defesa não-provocativa implica uma postura militar verdadeiramente defensiva. Inclui a redução ou eliminação radical de armas de longo alcance, tais como mísseis balísticos intercontinentais, aviões de ataque de longo alcance, frotas de porta-aviões e navios pesados, drones militarizados, frotas de submarinos nucleares, bases no

[74] Esta declaração de Johan Galtung é contextualizada pelo próprio, quando sugere que as armas defensivas ainda são altamente violentas, mas que há razão para ser otimista quanto à via do transarmamento da defesa militar convencional se torne uma defesa não-militar não-violenta. Veja o artigo completo em: https://www.transcend.org/galtung/papers/Transarmament-From%20Offensive%20to%20Defensive%20Defense.pdf

estrangeiro e, possivelmente, exércitos. Num Sistema de Segurança Global Alternativo consolidado, uma postura não-provocativa militarizada seria gradualmente eliminada à medida que se tornasse desnecessária.

Outra postura defensiva necessária é um sistema de defesa contra ataques futuristas, incluindo ciberataques à rede energética, centrais elétricas, comunicação, transações financeiras e defesa contra tecnologias de dupla utilização, tais como nanotecnologia e robótica. Neste caso, reforçar as capacidades cibernéticas da Interpol seria uma defesa de primeira linha e outro elemento de um Sistema de Segurança Global Alternativo.[75]

Além disso, a defesa não-provocativa não excluiria uma nação que tenha aviões e navios de longo alcance configurados exclusivamente para ajuda humanitária. A mudança para a defesa não-provocativa enfraquece o Sistema de Guerra, ao mesmo tempo que torna possível a criação de uma força de ajuda humanitária em caso de catástrofe que fortalece o sistema de paz.

Retirada gradual de bases militares estrangeiras

Em 2009, o contrato de arrendamento dos EUA numa base aérea no Equador expirou e o presidente do Equador fez uma proposta aos EUA: "Renovaremos o contrato sob uma condição: que nos deixem colocar uma base em Miami". Os EUA recusaram a proposta.

O povo britânico consideraria inconcebível que o seu governo permitisse à Arábia Saudita estabelecer uma grande base militar nas Ilhas Britânicas. Da mesma forma, os Estados Unidos não permitiriam uma base aérea iraniana no Wyoming. Estes estabelecimentos estrangeiros seriam vistos como uma ameaça a sua segurança, proteção e soberania. As bases militares estrangeiras são valiosas para o controlo das populações e dos recursos. São locais a partir dos quais a potência ocupante pode atacar dentro do país "anfitrião" ou contra nações nas suas fronteiras ou, possivelmente, impedir ataques. Também são muito caros para o país ocupante. Os Estados Unidos são o principal exemplo, tendo centenas de bases em 135 países por todo o mundo. As bases estrangeiras criam ressentimento contra o que é visto localmente como domínio imperial. A eliminação de bases militares estrangeiras é um pilar de um Sistema de Segurança Global Alternativo e está de mãos dadas com a defesa não-provocativa.

Campanhas de Ação Em Curso: retirar gradualmente as Bases Estrangeiras

A World BEYOND War está a desempenhar um papel de liderança na criação de uma nova coligação que vai trabalhar nos Estados Unidos e em parceria com pessoas de todo o mundo no encerramento de bases militares americanas fora dos Estados Unidos.

A coligação está aqui: www.noforeignbases.org Informação da World BEYOND War está aqui: https://worldbeyondwar.org/bases Os mapas que mostram onde as bases podem ser encontradas estão aqui:

A operação de retirada da defesa autêntica das fronteiras de uma nação é uma parte fundamental da desmilitarização da segurança, enfraquecendo, assim, a capacidade do Sistema de Guerra de criar insegurança global. Como alternativa, algumas das bases poderiam ser convertidas para uso civil num "Plano Global de Ajuda" como centros de assistência aos países (ver abaixo). Outras poderiam ser convertidas em conjuntos de painéis solares e outros sistemas de energia sustentável.

Desmantelar alianças militares

Alianças militares como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) são vestígios da Guerra Fria. Com o colapso dos Estados satélites soviéticos na Europa do Leste, a aliança do Pacto de Varsóvia desapareceu, mas a NATO expandiu-se até às fronteiras da Ex-União Soviética, violando uma promessa feita ao antigo primeiro-

[75] A Interpol é a Organização Internacional de Polícia Criminal, criada em 1923, como ONG que facilita a cooperação da polícia internacional.

ministro Gorbachev e resultou numa tensão extrema entre a Rússia e o Ocidente - o início de uma nova Guerra Fria - sinalizada talvez por um golpe de Estado apoiado pelos EUA na Ucrânia; a anexação russa ou reunificação com a Crimeia - dependendo da narrativa que prevaleça - e a guerra civil na Ucrânia. Esta nova guerra fria podia tornar-se facilmente numa guerra nuclear que podia matar centenas de milhões de pessoas. A NATO é um reforço positivo do Sistema de Guerra que reduz a segurança em vez de a criar. A NATO também assumiu exercícios militares além das fronteiras da Europa. Tornou-se uma força de iniciativas militarizadas na Europa Oriental, Norte de África e Médio Oriente.

Terminar com as Invasões e Ocupações

A ocupação de um povo por outro é uma grande ameaça à segurança e à paz, resultando em violência direta, estrutural e cultural que muitas vezes leva os ocupados a lançar vários níveis de ataques, desde ataques "terroristas" a guerras de guerrilha. Exemplos notáveis são: a ocupação da Cisjordânia por Israel, os ataques em Gaza e a ocupação do Tibete pela China. Embora a forte presença militar dos EUA na Alemanha, e no Japão, cerca de 70 anos após a Segunda Guerra Mundial, não tenha produzido uma reação violenta, criou ressentimento tal como as tropas americanas criam em muitas das 175 nações onde estão agora sediadas.

Mesmo quando o poder invasor e ocupante tem uma capacidade militar avassaladora, este perigo normalmente não se percebe devido a vários fatores. Em primeiro lugar, são muito caros. Em segundo lugar, frequentemente têm como adversário aqueles que possuem maior interesse no conflito porque lutam para proteger a sua pátria. Em terceiro lugar, mesmo as "vitórias", como no Iraque, são elusivas e deixam os países devastados e politicamente fraturados. Em quarto lugar, uma vez dentro, é difícil sair, como exemplifica a invasão dos EUA ao Afeganistão; uma invasão que "terminou" oficialmente em dezembro de 2014 após treze anos, embora quase 10.000 tropas dos EUA permaneçam no país. Finalmente, e acima de tudo, as invasões e ocupações armadas contra a resistência matam mais civis do que combatentes da resistência e criam milhões de refugiados.

As invasões são proibidas pela Carta das Nações Unidas, a menos que sejam em retaliação a uma invasão anterior, o que argumentamos ser uma medida inadequada e imoral. A presença de tropas de um país no outro, com ou sem convite, desestabiliza a segurança global e torna os conflitos mais propensos a serem militarizados e podem ser proibidos num Sistema de Segurança Global Alternativo.

Os parceiros de Estudo e Ação, Ann Wright e Kozue Akibayashi: Ativistas do Desarmamento e Desmilitarização

Desarmamento

O desarmamento é um passo óbvio em direção a um mundo para além da guerra. A guerra é em grande medida um problema das nações ricas inundarem as nações pobres com armas, a maioria delas para lucro, outras gratuitamente. As regiões do mundo que pensamos serem propensas à guerra, incluindo África e a maior parte da Ásia Ocidental, não fabricam a maioria das suas próprias armas. Importam-nas de nações longínquas e ricas. As vendas internacionais de armas ligeiras, em particular, dispararam nos últimos anos, triplicando desde 2001.[76]

Os Estados Unidos são os maiores vendedores de armas do mundo. A maioria do resto das vendas internacionais de armas provém dos outros quatro membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas mais a Alemanha. Se estes seis países deixassem de comercializar armas, o desarmamento global estaria num caminho muito longo para o sucesso.

A violência dos países pobres é muitas vezes utilizada para justificar a guerra (e a venda de armas) nos países ricos. Muitas guerras têm armas fabricadas pelos EUA em ambos os lados. Algumas têm aliados americanos treinados e armados em ambos os lados, como tem sido o caso na Síria nos últimos tempos, onde tropas armadas

[76] Para dados relevantes, consulte a ferramenta online "Militarismo Mapeado" da World BEYOND War: https://worldbeyondwar.org/militarism-mapped/

do Departamento de Defesa têm lutado contra as tropas armadas da CIA. A resposta típica não é o desarmamento, mas mais armamento, mais ofertas e vendas de armas a procuradores e mais aquisições de armas às nações ricas.

Os Estados Unidos não são apenas o maior vendedor de armas, mas também o maior comprador de armas. Se os Estados Unidos reduzissem o seu arsenal, removendo vários sistemas de armas que carecem de um propósito defensivo, por exemplo, uma corrida ao armamento invertida poderia ser desencadeada.

Esforços para acabar com a guerra são afetados pela existência e crescimento contínuos do comércio de armas, mas reduzir e pôr fim ao comércio de armas é um caminho possível para acabar com a guerra. Estrategicamente, esta abordagem tem algumas vantagens possíveis. Por exemplo, a oposição à venda de armas dos EUA à Arábia Saudita ou presentes ao Egito ou Israel não exige um confronto com o patriotismo dos EUA da mesma forma que a oposição às guerras dos EUA exige. Em vez disso, podemos confrontar o comércio de armas como a ameaça global para a saúde e o ambiente que representa.

O desarmamento exigirá reduções nas chamadas armas convencionais, bem como em armas nucleares e outros tipos de armas. Teremos de acabar com os lucros no comércio de armas. Teremos de travar a busca agressiva do domínio global que leva outras nações a adquirir armas nucleares como dissuasores. Mas também teremos de assumir o desarmamento passo a passo, eliminando sistemas específicos, tais como drones armados, armas nucleares, químicas e biológicas e armas no espaço.

Armas Convencionais

O mundo está repleto de armamento, tudo desde armas automáticas a tanques de combate e artilharia pesada. O fluxo de armas contribui tanto para a intensificação da violência nas guerras, como para os perigos do crime e do terrorismo. Ajuda os governos que cometeram graves abusos dos direitos humanos, cria instabilidade internacional e perpetua a crença de que a paz pode ser alcançada através de armas.

O Gabinete das Nações Unidas para os Assuntos de Desarmamento (UNODA) é orientado pela visão de promover normas globais de desarmamento e supervisiona esforços para lidar com armas de destruição em massa, armas convencionais e o comércio de armas.[77] O gabinete promove o desarmamento e a não-proliferação nuclear; o reforço dos regimes de desarmamento em relação a outras armas de destruição em massa, incluindo armas químicas e biológicas; e os esforços de desarmamento na área das armas convencionais, especialmente minas terrestres e armas ligeiras, que são as armas de eleição nos conflitos contemporâneos.

Proibir o Comércio de Armas

Os fabricantes de armas têm contratos governamentais lucrativos, e são até subsidiados por eles, e também vendem no mercado aberto. Os EUA e outros venderam milhares de milhões em armas para o volátil e violento Médio Oriente. Por vezes, as armas são vendidas a ambos os lados num conflito, como no caso do Iraque e do Irão e da guerra entre eles que matou entre 600.000 e 1.250.000, com base em estimativas académicas[78]. Por vezes, as armas acabam por ser utilizadas contra o vendedor ou os seus aliados, como no caso das armas que os EUA forneceram aos Mujahedeen, que acabaram nas mãos da Al Qaeda, e das armas que os EUA venderam ou deram ao Iraque, que acabaram nas mãos do ISIS durante a sua invasão do Iraque em 2014.

---

[77] Veja o site do UNODO em http://www.un.org/disarmament/

[78] As estimativas de baixas de guerra são quase sempre contestadas. Veja: *"Irão e Iraque recordam a guerra que custou mais de um milhão de vidas".* https://www.theguardian.com/world/2010/sep/23/iran-iraq-war-anniversary. Veja também: Hiro, D. (1991). *The longest war: The Iran–Iraq military conflict.* New York: Routledge.

O comércio internacional de armas mortíferas é gigantesco, mais de 70 mil milhões de dólares por ano. Os principais exportadores de armas para o mundo são as potências que lutaram na Segunda Guerra Mundial; em ordem: EUA, Rússia, Alemanha, França e Reino Unido.

A ONU adotou o Tratado de Comércio de Armas (TCA) em 2 de abril de 2013. Não abole o comércio internacional de armas. O tratado é um "instrumento que estabelece normas internacionais comuns para a importação, exportação e transferência de armas convencionais". Entrou em vigor em dezembro de 2014. No essencial, diz que os exportadores se monitorizarão a si próprios para evitar vender armas a "terroristas ou a Estados desonestos". Os EUA, que não ratificaram o tratado, asseguraram mesmo assim o veto sobre o texto, ao exigir que o consenso regesse as deliberações. Os EUA exigiram que o tratado deixasse enormes lacunas para que não "interfira indevidamente com a nossa capacidade de importar, exportar ou transferir armas em apoio dos nossos interesses de segurança nacional e de política externa" [e] "o comércio internacional de armas é uma atividade comercial legítima" [e] "o comércio de armas de outra forma legal não deve ser indevidamente prejudicado". Além disso, "Não há nenhuma exigência de notificação ou marcação e localização de munições ou explosivos [e] não haverá mandato para que um organismo internacional faça cumprir um TCA".[79]

Um Sistema de Segurança Alternativo requer um grande nível de desarmamento para que todas as nações se sintam protegidas de ataques. A ONU define desarmamento geral e completo como "a eliminação de todas as ADM", juntamente com a "redução equilibrada das forças armadas e do armamento convencional, com base no princípio da segurança intacta das partes, com vista a promover ou reforçar a estabilidade a um nível militar inferior, tendo em conta a necessidade de todos os Estados protegerem a sua segurança".[80] Esta definição de desarmamento parece ter buracos suficientemente grandes para fazer passar um tanque. É necessário um tratado muito mais agressivo com níveis de redução datados, bem como um mecanismo de execução.

O Tratado parece não fazer mais do que exigir aos Estados-partes criar uma agência para supervisionar as exportações e importações de armas e determinar se pensam que as armas serão utilizadas indevidamente para atividades como o genocídio ou a pirataria e informar anualmente sobre o seu comércio. Não parece dar conta do recado, uma vez que deixa o controlo do comércio para aqueles que querem exportar e importar. É necessária uma proibição muito mais vigorosa e exequível da exportação de armas. O comércio de armas precisa de ser adicionado à lista de "crimes contra a humanidade" do Tribunal Penal Internacional e aplicado no caso de fabricantes e comerciantes individuais de armas e pelo Conselho de Segurança no seu mandato para enfrentar violações da "paz e segurança internacionais", no caso de Estados soberanos como agentes de venda.[81]

Pôr Fim ao Uso de Drones Militarizados

Os drones são aeronaves sem piloto (bem como submarinos e outros robôs) manobradas remotamente a uma distância de milhares de milhas. Até agora, o principal utilizador de drones militares tem sido os Estados Unidos. Os drones "Predator" e "Reaper" transportam ogivas altamente explosivas propulsionadas por foguetes que podem ser direcionadas para pessoas. São manobrados por "pilotos" sentados em terminais informáticos no Nevada e noutros locais. Estes drones são regularmente utilizados para os chamados assassinatos seletivos contra pessoas no Paquistão, Iémen, Afeganistão, Somália, Iraque e Síria. A justificação para estes ataques, que mataram centenas de civis, é a doutrina altamente questionável da "defesa preventiva". O Presidente dos EUA determinou que pode, com a ajuda de um painel especial ordenar a morte de qualquer pessoa considerada uma ameaça terrorista para os EUA, mesmo cidadãos americanos para os quais a Constituição exige o devido processo legal,

---

[79]Consulte "Key U.S. Redlines in the Negotiations: https://2009-2017.state.gov/t/isn/armstradetreaty/index.htm

[80] Assembleia Geral da ONU, Documento Final da Primeira Sessão Especial sobre Desarmamento (1978), para. 22. http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/S-10/2

[81] O artigo 7 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional identifica os crimes contra a humanidade.

convenientemente ignorado neste caso.[82] Na verdade, a Constituição dos EUA exige o respeito dos direitos de todos, não apenas dos cidadãos americanos, como nos é comummente ensinado. E entre os alvos estão pessoas nunca identificadas, mas consideradas "suspeitas" pelo seu comportamento, um paralelo à caraterização racial pela polícia doméstica.

Localizar os Drones de Guerra dos EUA

O Bureau of Investigative Journalism tem vindo a acompanhar os ataques de drone dos EUA por todo o mundo. É pouco surpreendente que os seus números sejam significativamente superiores aos das contas oficiais dos EUA.

Estatísticas atuais (julho de 2018)
14.040 - ATAQUES MÍNIMOS CONFIRMADOS

Os problemas com ataques de drones são legais, morais e práticos. Para começar, são uma clara violação das leis de todas as nações contra o assassinato. Adicionalmente, violam a lei dos EUA, emitida como ordens executivas do Presidente Gerald Ford e do Presidente Ronald Reagan, proibindo assassinatos pelo governo dos EUA. Usados contra cidadãos dos EUA, ou qualquer outra pessoa, estes homicídios violam os direitos do devido processo nos termos da Constituição dos EUA. E embora a lei internacional atual ao abrigo do artigo 51 da Carta da ONU legalize a autodefesa em caso de ataque armado, os drones parecem, no entanto, violar a lei internacional, bem como as Convenções de Genebra. Embora os drones possam ser considerados como sendo legalmente utilizados numa zona de combate numa guerra declarada, os EUA não declararam guerra em todos os países onde matam com drones, nem nenhuma das suas guerras atuais é legal ao abrigo da Carta das Nações Unidas ou do Pacto Kellogg-Briand, nem é claro o que torna determinadas guerras "declaradas" uma vez que o Congresso dos EUA não declara guerra desde 1941.

Em primeiro lugar, a doutrina da defesa preventiva, que afirma que uma nação pode usar a força legitimamente quando antecipa que pode ser atacada, é questionada por muitos especialistas em lei internacional. O problema de tal interpretação da lei internacional é a sua ambiguidade - como é que uma nação sabe ao certo que o que outro Estado ou interveniente não-estatal diz e faz levaria realmente a um ataque armado? Na verdade, qualquer possível agressor poderia, inclusive, esconder-se por detrás desta doutrina para justificar a sua agressão. No mínimo, poderia ser (e é, atualmente) usado indiscriminadamente, sem supervisão do Congresso ou das Nações Unidas.

Em segundo lugar, os ataques com drones são claramente imorais, mesmo sob as condições da "doutrina de guerra justa", que estipula que os não combatentes não devem ser atacados na guerra. Muitos dos ataques com drones não têm como alvo indivíduos conhecidos, que o governo designa como terroristas, mas simplesmente aglomerações onde tais pessoas são suspeitas de estar presentes.[83] Muitos civis foram mortos nestes ataques, e

[82] Consulte: www.theguardian.com/world/2013/may/24/obama-drone-vetting-kill-courts

[83] Muitos dos alvos não são oficialmente identificados como tendo estado envolvidos em atividades terroristas, mas são considerados "suspeitos" pelo seu comportamento. Estes "ataques de assinatura" americanos têm por base dois critérios de "comportamento suspeito": ser portador de uma arma e ser um homem em idade militar. Nada sobre o cumprimento destes critérios se qualifica como "suspeito." A conveniente rotulagem de alguém como "terrorista" (ou substitutos como "combatente", "militante" ou "extremista") é constantemente usada como justificativa para matar. Além disso, ao categorizar homens "suspeitos" como "terroristas", a sua morte deixa de ser considerada uma morte "civil", o que vem mascaras as estatísticas das baixas.

há evidência de que, em algumas ocasiões, quando os socorristas se reuniram no local após o primeiro ataque, um segundo ataque foi ordenado para os matar. Muitos dos mortos foram crianças.[84]

Em terceiro lugar, os ataques de drones são contraproducentes. Enquanto alegam matar inimigos dos EUA (uma alegação, por vezes, duvidosa), criam um ressentimento intenso pelos EUA, e são facilmente utilizados no recrutamento de novos terroristas.

"Para cada pessoa inocente que se mata, criam-se dez novos inimigos."
- General Stanley McChrystal (ex-Comandante, Forças dos EUA e da NATO no Afeganistão)

Além disso, ao argumentar que os seus ataques com drones são legais mesmo quando a guerra não foi declarada, os EUA fornecem uma justificativa para que outras nações ou grupos reivindiquem a legalidade, quando podem muito bem querer usar drones para atacar os EUA. Os ataques com drones tornam uma nação que os utiliza menos, em vez de mais, segura.

"Quando você larga uma bomba de um drone... vai causar mais danos do que o bem."
- Tenente-General dos EUA Michael Flynn (aposentado)

Mais de setenta nações possuem drones agora, e mais de 50 países estão a desenvolvê-los.[85] O rápido desenvolvimento da tecnologia e a capacidade de produção, sugerem que quase todas as nações serão capazes de ter drones armados dentro de uma década. Alguns defensores do Sistema de Guerra afirmaram que a defesa contra ataques com drones será construir drones que ataquem drones, demonstrando a forma como o pensamento do Sistema de Guerra conduz, tipicamente, a corridas de armas e a uma maior instabilidade, ao mesmo tempo que aumenta a destruição quando uma determinada guerra irrompe. Proibir os drones militarizados por todas e quaisquer nações ou grupos, seria um grande passo em frente na desmilitarização da segurança.

"Os drones não se chamam Predadores e Ceifeiros por nada. São máquinas de matar. Sem juiz ou júri, obliteram vidas num instante, vidas daqueles considerados por alguém, algures, como terroristas, junto aqueles que são acidentalmente - ou incidentalmente - apanhados na sua mira."
- Medea Benjamin (Ativista, Autora, Cofundadora da CODEPINK)

---

[84] O abrangente relatório "*Living Under Drones. Death, Injury and Trauma to Civilians from U.S. Drone Practices in Pakistan*"(2012) da Clínica de Direitos Humanos e Resolução de Conflitos de Stanford e Clínica de Justiça Global na Escola de Direito da NYU demonstra que as narrativas dos EUA de "assassinatos seletivos" são falsas. O relatório mostra que os civis são feridos e mortos, que os ataques com drones causam danos consideráveis à vida diária dos civis, que as evidências de que os ataques tornaram os EUA mais seguros são ambíguas, na melhor das hipóteses, e que as práticas de ataques com drones minaram o direito internacional. O relatório completo pode ser lido aqui: http://www.livingunderdrones.org/wp-content/uploads/2013/10/Stanford-NYU-Living-Under-Drones.pdf

[85] Veja o relatório *Armed and Dangerous. UAVs e U.S. Security* da Rand Corporation em: http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR400/RR449/RAND_RR449.pdf

Eliminar Armas de Destruição em Massa

As armas de destruição em massa são um poderoso feedback positivo ao sistema de guerra, reforçando a sua disseminação e assegurando que as guerras que ocorrem tenham o potencial modificador de destruição do planeta. As armas nucleares, químicas e biológicas caraterizam-se pela sua capacidade de matar e mutilar enormes números de pessoas, arrasando cidades e até regiões inteiras com uma destruição indescritível.

Armas Nucleares

As armas nucleares são uma ameaça para a humanidade e para a vida no planeta. Os últimos anos têm sido cheios de preocupação e esperança. Por um lado, em 2017, testemunhamos como 122 Estados-membros não nucleares das Nações Unidas adotaram um novo tratado juridicamente vinculativo sobre a Proibição de Armas Nucleares.[86] A partir de maio de 2020, o tratado foi assinado por 82 países e ratificado por 36, 50 países são obrigados a ratificar o tratado para que entre em vigor.[87] Por outro lado, estamos a assistir ao aumento das tensões entre nações com armamento nuclear, sobretudo o agravamento de ataques e contra-ataques entre os EUA e a Coreia do Norte, o recuo dos EUA no acordo nuclear com o Irão, e a deterioração das relações entre os EUA e a Rússia. Os EUA e a Rússia têm cerca de 14.000 das 15.000 bombas nucleares do planeta, com mais de 2.000 em cada país apontadas para as principais cidades de cada um, prontas a disparar em minutos. Precisamos de defesa e pressão a todos os níveis contra novos agravamentos a curto prazo, bem como de um envolvimento a longo prazo no controle das armas no espaço, pondo fim à expansão da NATO até às fronteiras da Rússia, removendo mísseis americanos da Roménia e da Polónia, e restabelecendo o Tratado de Mísseis Antibalísticos de 1972, que os EUA tinham com a URSS e que George Bush abandonou em 2001. Só então, poderemos criar as condições de negociação que apoiariam a abolição das armas nucleares de uma vez por todas.

O novo tratado de proibição preenche uma lacuna significativa na lei internacional, proibindo as nações de desenvolver, testar, produzir, fabricar, transferir, possuir, armazenar, utilizar ou ameaçar utilizar armas nucleares, ou permitir que as armas nucleares sejam colocadas no seu território. Também os proíbe de ajudar, encorajar ou induzir qualquer um a envolver-se em qualquer uma destas atividades.[88] Nenhum Estado com armas nucleares ou "Estado guarda-chuva" nuclear da aliança nuclear dos EUA aderiu ao tratado.[89]

Espera-se que o tratado de proibição estigmatize a bomba e exerça pressão não só sobre os Estados com armas nucleares, mas sobre os governos protegidos sob o guarda-chuva nuclear dos EUA, que dependem das armas nucleares para "dissuasão".[90] Adicionalmente, os EUA colocam cerca de 400 bombas nucleares nos Estados da NATO, Bélgica, Holanda, Itália, Alemanha e Turquia, que também serão pressionados a abandonar os seus "acordos de partilha nuclear" e a assinar o tratado de proibição.[91] [92] A campanha "Don't Bank on the Bomb Campaign" está a tirar partido do novo tratado de proibição para promover campanhas de desinvestimento por todo o mundo de investimentos em fabricantes de armas nucleares.[93]

---

[86] Tratado adotado em 7 de julho de 2017. Conferência das Nações Unidas para a Negociação de um Instrumento Legalmente Vinculativo para a Proibição de Armas Nucleares, que leve à sua Eliminação Total. Consulte: https://www.un.org/disarmament/ptnw/index.html

[87] www.icanw.org/status-of-the-treaty-on-the-prohibition-of-nuclear-weapons/

[88] Veja "O Tratado" em http://www.icanw.org/the-treaty/

[89] Incluindo países da NATO, bem como Austrália, Coreia do Sul e Japão

[90] http://www.paxchristi.net/sites/default/files/nuclearweaponstimeforabolitionfinal.pdf

[91] Consulte: http://en.wikipedia.org/wiki/Nuclear_sharing; e https://www.armscontrol.org/act/2012_06/NATO_Sticks_With_Nuclear_Policy;

[92] Uma iniciativa civil da PAX nos Países Baixos pede a proibição de armas nucleares nos Países Baixos. Leia a proposta em: http://www.paxforpeace.nl/media/files/pax-proposal-citizens-initiatiative-2016-eng.pdf.

[93] https://www.dontbankonthebomb.com/

O Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares há muito já era esperado, dado que já existiam tratados proibindo armas biológicas e químicas. O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) de 1970 prevê que cinco Estados com armas nucleares reconhecidos - os EUA, Rússia, Reino Unido, França e China - devem fazer esforços de boa-fé para a eliminação das armas nucleares, enquanto todos os outros signatários do TNP se comprometem a não adquirir armas nucleares. Apenas três países se recusaram a aderir ao TNP - Índia, Paquistão e Israel - e adquiriram arsenais nucleares. A Coreia do Norte, apoiando-se no acordo do TNP para tecnologia nuclear "pacífica", abandonou o tratado utilizando a sua tecnologia "pacífica" para desenvolver materiais cindíveis para a energia nuclear, a fim de fabricar bombas nucleares.[94] De facto, toda a central nuclear é uma potencial fábrica de bombas.

Uma guerra travada mesmo com um número "limitado" de armas nucleares mataria milhões, induziria o inverno nuclear e resultaria na escassez de alimentos a nível mundial que resultaria na fome de milhões. Todo o sistema de estratégia nuclear se assenta num falso fundamento, porque os modelos computacionais sugerem que apenas uma percentagem muito pequena de ogivas detonadas poderia causar o encerramento mundial da agricultura até uma década - na verdade, uma sentença de morte para a espécie humana. E a tendência no presente é para uma cada vez maior probabilidade de alguma falha sistémica de equipamento ou comunicação conduzir à utilização de armas nucleares.

Uma libertação maior poderia extinguir toda a vida no planeta. Estas armas ameaçam a segurança de todos em todo o lado.[95] Embora vários tratados de controlo de armas nucleares entre os EUA e a antiga União Soviética tenham reduzido o número absurdo de armas nucleares (56.000 num determinado momento), existem ainda 15.000 no mundo, dos quais apenas 1.000 não se encontram nos EUA ou na Rússia.[96] Pior ainda, os tratados permitiram a "modernização", um eufemismo para a criação de uma nova geração de armas e sistemas de entrega, o que todos os Estados nucleares estão a fazer. O monstro nuclear não desapareceu; nem sequer está à espreita nas profundezas da caverna - está ao ar livre e a custar milhares de milhões de dólares que poderiam ser muito melhor utilizados em qualquer outro lugar. Desde a assinatura do Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares em 1998, os EUA intensificaram os seus testes laboratoriais de alta tecnologia de armas nucleares, junto a testes subcríticos, 300 metros abaixo do solo do deserto, no local de testes do Nevada, em terras do oeste de Shoshone. Os EUA realizaram 28 testes deste tipo até à data, explodindo plutónio com químicos, sem causar uma reação em cadeia, daí "subcrítica".[97] De facto, os Estados Unidos, sob o Presidente Obama, projetaram despesas de um bilhão de dólares nos próximos trinta anos para novas fábricas de bombas e sistemas de entrega - votadas e aprovadas pelo Congresso durante a administração Trump, enquanto aumentavam a fasquia para incluir armas nucleares "menores" e mais utilizáveis. Estas "bombas menores" têm o poder de fogo das armas que destruíram Hiroxima e Nagasaki, matando dezenas de milhares de pessoas com uma só bomba.[98] [99]

O pensamento do sistema de guerra convencional argumenta que as armas nucleares impedem a guerra - a chamada doutrina da "Destruição Mútua Assegurada" ("DMA"). Embora seja verdade que não são utilizadas desde 1945, não é lógico concluir que a DMA tenha sido a razão. Como Daniel Ellsberg salientou, todos os presidentes dos EUA desde Truman usaram armas nucleares como uma ameaça a outras nações, para as levar a deixar que os EUA levem a sua avante. Além disso, tal doutrina assenta numa fé vacilante na racionalidade dos

---

[94] http://en.wikipedia.org/wiki/Treaty_on_the_Non-Proliferation_of_Nuclear_Weapons

[95] Veja o relatório da Organização do Prémio Nobel da Paz de Médicos Internacionais para a Prevenção da Guerra Nuclear "Nuclear Famine: two billion people at risk"

[96] ibid

[97] ibid

[98] https://thinkprogress.org/trump-budget-low-yield-nuclear-weapons/

[99] Programas de Modernização Nuclear dos EUA: https://www.armscontrol.org/factsheets/USNuclearModernization

líderes políticos numa situação de crise, para todos os tempos vindouros. A DMA não garante a segurança, nem contra a libertação acidental destas armas monstruosas, nem contra um ataque de uma nação que erradamente pensou que estava sob ataque ou um primeiro ataque preventivo. Na verdade, certos tipos de sistemas de lançamento de ogivas nucleares foram concebidos e construídos para este último fim - o Míssil de Cruzeiro (que passa despercebido ao radar) e o Míssil Pershing, um míssil avançado de ataque rápido. Durante a Guerra Fria, ocorreram mesmo discussões sérias sobre a conveniência de um "Grande e decapitante primeiro ataque" em que os EUA iniciariam um ataque nuclear contra a União Soviética a fim de desativar a sua capacidade de lançar armas nucleares, ao obliterar o comando e controlo, começando pelo Kremlin. Alguns analistas escreveram sobre "ganhar" uma guerra nuclear na qual apenas algumas dezenas de milhões seriam mortos, quase todos civis.[100] As armas nucleares são evidentemente imorais e insanas.

Mesmo que não sejam utilizadas deliberadamente, tem havido inúmeros incidentes em que armas nucleares transportadas em aviões se despenharam no solo, felizmente apenas lançando algum plutónio no solo, mas não explodindo.[101] Em 2007, seis mísseis norte-americanos transportando ogivas nucleares foram transportados por engano de Dacota do Norte para Luisiana e as bombas nucleares desaparecidas não foram encontradas durante 36 horas.[102] Tem havido relatos de embriaguez e de mau desempenho de militares destacados em armazéns subterrâneos, responsáveis pelo lançamento de mísseis nucleares norte-americanos posicionados em alerta imediato, e apontados para cidades russas.[103] Os EUA e a Rússia têm cada um milhares de mísseis nucleares preparados e prontos para serem disparados um contra o outro. Um satélite meteorológico norueguês desviou-se do percurso sobre a Rússia e foi quase tomado como um ataque até ao último minuto quando o caos total foi evitado.[104]

As Zonas Livres de Armas Nucleares trazem algumas promessas para a desnuclearização. Estas zonas são definidas pelas Nações Unidas como um acordo que um grupo de Estados estabeleceu livremente, por tratado ou convenções, que proíbe o uso de armas nucleares numa determinada área; tem mecanismos de verificação e controlo para impor as suas obrigações; e é reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas. As zonas foram desenvolvidas pela primeira vez na região Antártico, no espaço e na América Latina e Caraíbas.[105] Atualmente são seis zonas terrestres, que cobrem 56% da Terra ao abrigo desses tratados, ou seja, 60% dos 195 Estados da Terra. Há agora esforços para desenvolver uma Zona Livre de Armas Nucleares na Península Coreana e a Assembleia Geral das Nações Unidas exortou ao estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares no Médio Oriente.[106] No Médio Oriente, tal tratado abrangeria armas nucleares, químicas e biológicas e seria chamado de Zona Livre de Armas de Destruição em Massa.[107]

"A história não nos faz, nós é que a fazemos - ou acabamos com ela".
- Thomas Merton (escritor católico)

---

[100] http://www.nytimes.com/2014/09/22/us/us-ramping-up-major-renewal-in-nuclear-arms.html?_r=0
[101] http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub585.pdf
[102] http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_military_nuclear_accidents
[103] http://en.wikipedia.org/wiki/2007_United_States_Air_Force_nuclear_weapons_incident
[104] http://cdn.defenseone.com/defenseone/interstitial.html?v=2.1.1&rf=http%3A%2F%2Fwww.defenseone.com%2Fideas%2F2014%2F11%2Flast-thing-us-needs-are-mobile-nuclear-missiles%2F98828%2F
[105] www.un.org/disarmament/wmd/nuclear/nwfz/ & www.armscontrol.org/factsheets/nwfz
[106] Nas Conferências de Revisão do Tratado de Proliferação Nuclear de 1995 e 2010
[107] www.armscontrol.org/factsheets/mewmdfz

Armas Químicas e Biológicas

As armas biológicas consistem em toxinas naturais letais como o ébola, tifo, varíola e outras que foram alteradas em laboratório para serem extremamente virulentas, para que não houvesse antídoto. A sua utilização pode dar início a uma epidemia global descontrolada. Por conseguinte, é fundamental aderir aos tratados existentes, que já fazem parte de um Sistema de Segurança Global Alternativo. A Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenamento de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e Tóxicas e sobre a sua Destruição, foi aberta para assinatura em 1972 e entrou em vigor em 1975, sob a égide das Nações Unidas. Proíbe os 170 signatários de possuir, desenvolver ou armazenar estas armas. No entanto, carece de um mecanismo de verificação, e precisa de ser reforçado por um protocolo rigoroso de inspeção por desafio (isto é, qualquer Estado pode desafiar outro que tenha concordado previamente com uma inspeção).

A Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre a sua Destruição proíbe o desenvolvimento, produção, aquisição, armazenamento, retenção, transferência ou utilização de armas químicas. Os Estados signatários concordaram em destruir os arsenais de armas químicas que possam deter, e quaisquer instalações que as tenham produzido, bem como quaisquer armas químicas que tenham abandonado no território de outros Estados no passado, e em criar um regime de verificação por desafio para certos produtos químicos tóxicos e seus precursores, a fim de assegurar que tais produtos químicos sejam apenas utilizados para fins não proibidos. A convenção entrou em vigor a 29 de abril de 1997. Embora os arsenais mundiais de armas químicas tenham sido drasticamente reduzidos, a destruição completa ainda é um objetivo distante.[108] O tratado foi implementado com sucesso em 2014, quando a Síria entregou os seus arsenais de armas químicas. A decisão de prosseguir com esse resultado foi tomada pelo Presidente dos EUA, Barack Obama, pouco depois de ter invertido a sua decisão de lançar uma enorme campanha de bombardeamentos sobre a Síria, a medida de desarmamento não-violento servindo como uma espécie de substituto público para uma medida de guerra, impedida em grande parte pela pressão pública.

Proibir Armas no Espaço

Vários países desenvolveram planos e até hardware para a guerra no espaço, incluindo armas terra-espaço e espaço-espaço para atacar satélites e armas espaço-terra (incluindo armas laser) para atacar instalações terrestres a partir do espaço. Em 2005, George W. Bush incentivou o desenvolvimento de um programa da Força Aérea chamado "varas de Deus": um sistema hipotético de varas de tungsténio espaciais, que poderiam atingir uma cidade com o poder explosivo de um míssil balístico intercontinental. Em 2018, Donald Trump redobrou e propôs a criação de um novo ramo do exército dos Estados Unidos, dedicado a garantir a supremacia dos EUA no espaço. Em 1997, acreditando que tinha a liderança neste tipo de I&D sobre armas, o antigo secretário adjunto da Força Aérea dos Estados Unidos para o Espaço, Keith R. Hall, disse "em relação ao domínio do espaço, nós temo-lo, gostamos dele e vamos mantê-lo".[109]

Os perigos de colocar armas no espaço são óbvios, especialmente no caso de armas nucleares ou armas de tecnologia avançada. 130 Nações têm agora programas espaciais e existem 3.000 satélites operacionais no espaço. Os perigos incluem enfraquecer as convenções de armamento existentes, e iniciar uma nova corrida às armas. Se tal guerra no espaço ocorresse, as consequências seriam assustadoras para os habitantes da Terra, além de arriscar os perigos do Síndrome de Kessler, um cenário em que a densidade de objetos em órbita baixa da Terra é suficientemente alta para que o ataque a alguns iniciasse uma cascata de colisões, gerando detritos espaciais suficientes para tornar a exploração espacial, ou mesmo a utilização de satélites, inviável durante décadas, possivelmente gerações.

---

[108] Para obter informações e dados abrangentes, consulte o site da Organização para a Proibição de Armas Químicas, que recebeu o Prémio Nobel da Paz de 2013 pelos seus amplos esforços para eliminar as armas químicas.

[109] Comentário feito num discurso em 1997 no âmbito do National Space Club. Consulte: http://www.hartford-hwp.com/archives/27c/537.html

O Tratado do Espaço Sideral de 1967 foi reafirmado em 1999 por 138 nações, com apenas a abstenção dos EUA e de Israel. Proíbe as ADM no espaço e a construção de bases militares na Lua, mas deixa uma lacuna para armas convencionais, de laser e de feixe de partículas de alta energia. O Comité de Desarmamento das Nações Unidas tem lutado durante anos para conseguir consenso num tratado que proíba estas armas, mas tem sido continuamente impedido pelos Estados Unidos. Foi proposto um Código de Conduta fraco, não-vinculativo e voluntário, mas "os EUA insistem numa disposição nesta terceira versão do Código de Conduta que, embora façam uma promessa voluntária de 'abster-se de qualquer ação que cause, direta ou indiretamente, danos ou destruição de objetos espaciais', qualifica essa diretiva com a linguagem 'a menos que tal ação seja justificada'". A "justificação" é baseada no direito de legítima defesa que está consagrado na Carta das Nações Unidas. Tal qualificação deixa até um acordo voluntário sem qualquer significado. Um tratado mais robusto que proíba todas as armas no espaço é uma componente necessária de um Sistema de Segurança Global Alternativo.[110]

Estabelecer uma Economia de Paz

Reajustar as Despesas Militares

A desmilitarização da segurança, tal como descrita acima, eliminará a necessidade de muitos programas de armamento e bases militares, proporcionando uma oportunidade para que o governo e as corporações dependentes das forças armadas alterem estes recursos para a criação de riqueza genuína. Pode também reduzir a carga fiscal sobre a sociedade e criar mais empregos. Nos Estados Unidos, por cada mil milhões de dólares gastos no setor militar, mais do dobro do número de postos de trabalho com um espetro mais amplo de remunerações seria criado, se o mesmo montante fosse gasto no setor civil.[111] As contrapartidas de alterar as prioridades das despesas federais com os dólares dos impostos norte-americanos para outros programas são enormes.[112]

Os gastos com uma "defesa" nacional militarizada são astronómicos. Só os Estados Unidos gastam mais do que os seguintes 7 países juntos nas suas forças armadas.[113]

Os Estados Unidos gastam anualmente 1.3 biliões de dólares no orçamento do Pentágono, em armas nucleares (no orçamento do Departamento de Energia), nos serviços dos veteranos, na CIA e na Segurança Interna.[114] O mundo inteiro gasta mais de 2 biliões de dólares. Números desta magnitude são difíceis de compreender. Note-se que 1 milhão de segundos equivale a 12 dias, mil milhões de segundos equivale a 32 anos e 1 bilião de segundos equivale a 32.000 anos. Ainda assim, o nível mais alto de despesa militar do mundo não foi capaz de prevenir os ataques do 11 de Setembro, deter a proliferação nuclear, acabar com o terrorismo ou suprimir a resistência às ocupações no Médio Oriente. Por mais dinheiro que se gaste na guerra, essa não funciona.

---

[110] Pode ser consultado um esboço de tratado para conseguir isto na Rede Global para a Proibição de Armas e Energia Nuclear no Espaço, em http://www.space4peace.org

[111] Os investigadores concluíram que os investimentos em energia limpa, saúde e educação criam um número muito maior de empregos em todas as escalas salariais do que gastar a mesma quantia de fundos com os militares. Para ler o estudo completo, consulte: *Os Efeitos das Prioridades de Gastos Militares e Domésticos no Emprego nos EUA: Atualização de 2011* em http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/published_study/PERI_military_spending_2011.pdf

[112] Experimente a calculadora de Trade-Offs do National Priorities Project para ver o que os dólares de impostos norte-americanos poderiam ter pago em vez do orçamento do Departamento de Defesa de 2015: https://www.nationalpriorities.org/interactive-data/trade-offs/

[113] Veja o Banco de Dados de Despesas Militares do Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo.

[114] Descarregue o gráfico de gastos federais da War Resisters League em https://www.warresisters.org/sites/default/files/2015%20pie%20chart%20-%20high%20res.pdf

As despesas militares são também um sério enfraquecimento da força económica de uma nação, como salientou o economista pioneiro Adam Smith. Smith argumentou que as despesas militares são economicamente ineficientes. Décadas atrás, economistas costumavam usar "gasto militar" quase como sinónimo de "orçamento militar." Atualmente, as indústrias militares do EUA recebem mais investimento de capital do estado do que todas as outra indústrias privadas juntas. Transferindo esse capital de investimento para o setor do mercado livre diretamente por meio de doações para conversão, redução de impostos ou pagamento da dívida nacional (com os seus enormes pagamentos de juros anuais) criaria um grande incentivo para o desenvolvimento da economia. Um Sistema de Segurança combinando os elementos descritos acima (e a serem descritos nas secções a seguir) custaria uma fração do presente orçamento militar dos EUA e garantiria um processo de transformação económica. Para além disso, criaria mais empregos. O investimento de um mil milhões de dólares nas Forças Armadas cria 11.200 empregos, enquanto o mesmo investimento em tecnologias socioambientais criaria 16.800, em saúde 17.200 e em educação 26.700.[115]

A transformação económica requer mudanças na tecnologia; na economia e no processo político para o deslocamento dos mercados militares para os civis. É o processo de transferir os recursos humanos e materiais usados para fazer um produto para a fabricação de outro, por exemplo, mudar de construção de mísseis para construção de vagões leves. Esse tipo de transformação é possível: a indústria privada fá-lo com frequência. Converter a indústria militar em produtos de valor para sociedade aumentaria a força económica de uma nação, em vez de diminuí-la. Os recursos atualmente empregados na fabricação de armas e na manutenção de bases militares poderiam ser redirecionados para várias áreas de investimento internos e ajuda externa. A infraestrutura está sempre a precisar de reparações e melhorias, incluindo infraestruturas de transporte, como estradas, pontes, e rede ferroviárias, redes de energia, escolas, sistemas de água e esgoto e instalações de energia renovável. Imagine só como os bilhões gastos em militarismo poderiam ser realocados para ajudar cidades como Flint, Michigan e Hoosick Falls, Nova York, onde os cidadãos, muitos deles minorias pobres, são envenenados com água contaminada com chumbo. Outra área de investimento é a inovação que leva à reindustrialização de economias que estão sobrecarregadas com indústrias de serviços de baixa remuneração e muito dependentes de pagamentos de dívidas e importações estrangeiras de bens, uma prática que também aumenta a sobrecarga de carbono na atmosfera. Bases aéreas, por exemplo, poderiam ser convertidas em alojamentos acessíveis,

Conheça a Parceira de Estudo e Luta Lindsay Koshgarian: Diretora de Pesquisa, Projeto Prioridades Nacionais

incubadores de empreendedorismo, fábricas de painéis solares ou matrizes de painéis solares.

Os principais obstáculos à conversão económica, além da corrupção do governo pelo dinheiro, são o medo da perda de empregos e a necessidade de requalificar a mão-de-obra e a administração. Os empregos terão de ser garantidos pelo Estado enquanto ocorre a requalificação profissional, ou outras formas de compensações devem

[115] Consulte: Os Efeitos das Prioridades de Gastos Militares e Domésticos no Emprego nos EUA: Atualização de 2011 em http://www. peri.umass.edu/fileadmin/pdf/published_study/PERI_military_spending_2011.pdf

ser pagas aos que atualmente trabalham na indústria militar, a fim de evitar um grande desemprego durante a transição de um estado de guerra para um estado de paz.

Para ter sucesso, a conversão tem de ser parte de um programa político amplo de redução de armas. Exigirá meta-planificação e apoio financeiro a nível nacional, bem como planeamento local intensivo, uma vez que as comunidades com bases militares preveem a transformação e as empresas determinam o que o seu novo nicho pode ser no mercado livre. Isso exigirá dinheiro de impostos, mas, no fim, economizará mais do que o investimento em revitalização, à medida que os estados acabam com a drenagem económica dos gastos militares e os substituem por economias lucrativas de tempos de paz, criando bens de consumo úteis.

Tem sido feitas tentativas de legislar a conversão, como a Lei de Desarmamento Nuclear e Transformação Económica de 1999, que liga o desarmamento no nuclear à conversão. Uma conferência de imprensa anunciando o projeto de lei constatou:

> "O projeto de lei exigiria que os Estados Unidos desativassem e desmantelassem as suas armas nucleares e se abstenham de substituí-las por armas de destruição em massa, uma vez que países estrangeiros que possuem armas nucleares decretem e executem requisitos semelhantes. O projeto de lei também estabelece que os recursos usados para sustentar o nosso programa de armas nucleares sejam usados para atender às necessidades humanas e de infraestrutura, como alojamento, saúde, educação, agricultura e meio ambiente. Então, eu faria uma transferência direta de fundos.
>
> Legislação deste tipo exige muito apoio público para ser aprovada. O sucesso pode crescer numa escala menor. O estado do Connecticut criou uma comissão para trabalhar na transição. Outros estados e localidades podem seguir o exemplo de Connecticut. Algum impulso para tal surgiu de uma visão equivocada de que os gastos militares estavam a ser reduzidos em Washington. Precisamos de prolongar esse equívoco, torná-lo realidade (Obviamente a melhor escolha) ou persuadir os governos locais e estaduais a tomar iniciativa de qualquer maneira."[116]

A Economia da Prevenção da Guerra

Os custos da guerra são obviamente muito caros. A Dra. Scilla Elworthy desenvolveu um atraente "Plano de Negócios para Construir um Mundo Sem Guerra."[117] Dois mil milhões de dólares em 10 anos pela paz não é um objetivo abstrato e ambicioso para a humanidade, mas um bom plano de negócios. Esses custos são menores que os 1,8 triliões de dólares dos gastos militares globais estimados a cada ano[118] ou os 14,1 triliões de dólares do impacto económico global da violência.[119] O núcleo do plano envolve por volta de 25 fundamentos nos níveis local, nacional e global, apoiados por exemplos e planos de implantação específicos. Medir os custos das alternativas à guerra nesse tipo de perspetiva detalhada é inédito.

Estratégias básicas para construir a paz * Uma Plano de Negócios para a paz
Dra. Scilla Elworthy[120]

---

[116] Transcrição de 30 de Julho de 1999, Conferência de Imprensa - HR-2545: "Lei do Desarmamento Nuclear e da Conversão Económica de 1999"

[117] Veja o seu recente livro: *O Plano de Negócios para a Paz: Construindo um Mundo Sem Guerra*. https://www.scillaelworthy.com/the-business-plan-for-peace/

[118] Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo - Despesas Militares: https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-transfers-and-military-spending/military-expenditure

[119] Instituto de Economia e Paz: Índice Global da Paz 2019: http://visionofhumanity.org/indexes/globalpeace-index/

[120] Estas estratégias formam a base do plano de negócios da Elworthy para a paz. No seu livro, esta enumera e orçamenta estas estratégias ao longo de 10 anos.

Prevenção de Conflitos Locais	Prevenção de Conflitos Nacionais/Regionais	Prevenção de Conflitos Internacionais
Sistemas que efetivamente previnem conflitos a nível local: ● Construção da paz liderada localmente ● Plataformas regionais para abordagem conjunta ● Quebrar o ciclo de violência por meio de treino, consultoria e construção de conexões ● Lidando com influência de longo prazo e os efeitos do trauma	**Sistemas para prevenir conflitos a nível nacional/regional:** ● Infraestrutura nacional para a paz ● Capacitar mulheres qualificadas para desempenhar funções de decisão de políticas em paz e segurança ● Mulheres combatendo o extremismo ● Comissões de Verdade e Reconciliação para quebrar os ciclos de violência ● Verbas nacionais para prevenção de guerra ● Cortar o apoio do governo ao comércio de armas ● Mudar a produção de armas para produção de energia renovável ● Diálogo de múltiplas partes interessadas ● Construção da paz	**Sistemas para prevenir conflitos a nível internacional:** ● Serviço de Emergência das Nações Unidas para a Paz ● Mediação regional ● Campanha para paragem global ao comércio de armas ● Alivio das respostas violentas ao terrorismo ● Privar o terrorismo de publicidade ● Índice global de paz - dez melhores para investir ● Emprego para jovens no Médio Oriente ● A divisão Sunita-Xiita ● Sistema de alerta precoce que funcionam ● Intervenção precoce ● Envolver líderes empresariais na indústria da paz ● Usar como exemplo o projeto de desenvolvimento social de Butão "Gross National Happiness" (Felicidade Interna Bruta)
Custo totais de sistemas para prevenir conflitos a nível local (plano de 10 anos) US $ 159.300.000	**Custo total de sistemas para prevenir conflitos a nível nacional/regional** (plano de 10 anos) US $ 664.450.000	**Custo total dos sistemas de prevenção de conflitos em níveis internacionais** (plano de 10 anos) US $ 1.178.125.000

Criar uma economia global estável, justa e sustentável

A guerra e a injustiça económica e ambiental estão ligadas de muitas formas, a menor das quais é o elevado desemprego juvenil em regiões voláteis, tais como o Médio Oriente, onde cria um ambiente propício ao crescimento de extremistas. E a economia global baseada no petróleo é uma causa óbvia de conflitos militarizados e ambições imperiais de projetor poder e proteger o acesso dos EUA a recursos estrangeiros. O desequilíbrio entre as economias abastadas do Norte e a pobreza do Sul global pode ser corrigido com um Plano de Ajuda Global que tenha em conta a necessidade de conservar ecossistemas sobre os quais as economias repousam, e de democratizar as instituições económicas internacionais, incluindo a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento.

Em Desinvestimento

Modelos para várias tipos de campanhas de desinvestimento foram e estão a ser desenvolvidos em torno de combustível fósseis, armas nucleares e a ocupação israelita da Palestina. Pode haver novas oportunidades para promover o desinvestimento nuclear à medida que o novo tratado que proíbe a posse de armas nucleares vier a existir. Um passo importante para a abolição de todas as guerras será o desinvestimento de todas as armas de guerra. O "World BEYOND War" iniciou campanhas para livrar os dólares públicos (governamentais) dos maiores especuladores da guerra.

"Não a maneira educada de dizer que os negócios estão a destruir o mundo."
- Paul Hawken (Ambientalista, Autor)

O economista político Lloyd Dumas afirma que "uma economia militarizada distorce e, em última análise, enfraquece a sociedade." Ele descreve os princípios básicos de uma economia de manutenção da paz.[121] Estes são:

- Estabelecer relacionamentos equilibrados - todos ganham benefícios pelo menos iguais às suas contribuições e há pouco incentivo para desfazer o relacionamento. Exemplo: A União Europeia - eles debatem, há conflitos, mas não há ameaça de guerra dentro da UE.
- Enfatizar o desenvolvimento - A maioria das guerras desde a Segunda Guerra Mundial foram travadas em países em desenvolvimento. A pobreza e perda de oportunidades produzem violência. O desenvolvimento é uma estratégia de combate ao terrorismo eficaz, pois enfraquece a rede de apoio a grupos terroristas, que muitas vezes recrutam homens jovens sem educação nas áreas urbanas.[122]
- Minimiza o stress ecológico - A competição por recursos não renováveis ("recursos geradores de stress") - principalmente petróleo e água - gera conflitos perigosos entre nações e organizações dentro das nações.

É comprovado que guerra tem mais hipóteses de acontecer onde há petróleo.[123] Usar recursos naturais de forma mais eficiente, desenvolvendo e usando procedimentos e tecnologias não poluentes e mudar para um crescimento económico qualitativo em vez de quantitativo pode reduzir o stress ecológico.

Democratizar as Instituições Económicas Internacionais (OMC, FMI, BIRD)

A economia global é administrada, financiada e regulada por três instituições - Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD; "Banco Mundial"[124]). O problema com estes órgãos e que eles são tipicamente antidemocráticos e favorecem

---

[121] Dumas, L. J. (2011). *The peacekeeping economy: Using economic relationships to build a more peaceful, prosperous, and secure world.* New Haven, CT: Yale University Press.

[122] Apoiado pelo seguinte estudo: Mousseau, Michael. "Urban Poverty and Support for Islamist Terror Survey Results of Muslims in Fourteen Countries." Journal of Peace Research 48, no. 1 (1 de janeiro de 2011): 35–47. Esta afirmação não deve ser confundida com uma interpretação excessivamente simplista das múltiplas causas que estão na origem do terrorismo.

[123] Apoiado pelo seguinte estudo: Bove, V., Gleditsch, K. S., & Sekeris, P. G. (2015). Interdependência Económica "Petróleo acima da Água" e Intervenção de Terceiros. Journal of Conflict Resolution. As principais conclusões são: Os governos estrangeiros têm 100 vezes mais probabilidade de intervir em guerras civis quando o país em guerra possui grandes reservas de petróleo. As economias dependentes do petróleo têm favorecido a estabilidade e apoiado os ditadores em vez de enfatizar a democracia. http://communication.warpreventioninitiative.org/?p=240

[124] Foi apontado por alguns dos nossos leitores, entre eles ex-funcionários do Banco Mundial, que os seus programas de empréstimos para ajuste estrutural do passado não retratam uma imagem precisa a respeito do Banco Mundial atual. A história e os efeitos prejudiciais dos programas de ajuste estrutural, que apertaram o cinto em volta da finas cinturas dos países pobres, não devem ser descartados. No entanto, ao avaliar as operações atuais do Banco Mundial, parece lógico dar-

nações ricas contra as nações mais pobres, restringem injustamente as proteções ambientais e não são transparentes, desestimulam a sustentabilidade e incentivam a extração de recursos e dependência.[125] O conselho de administração não eleito e irresponsável da OMC pode anular as leis trabalhistas e ambientais das nações, deixando a população vulnerável à exploração e degradação ambiental com diversas implicações para a saúde.

"A forma atual de globalização dominada por empresas está a aumentar a pilhagem das riquezas da terra, piorando a exploração dos trabalhadores, expandido a repressão policial e militar e deixando pobreza no seu rastro."
- Sharon Delgado (Autor, Diretora do Ministério da Justiça da Terra)

Globalização em si não é o problema - é o comércio livre. O complexo de elites governamentais e empresas transnacionais que controlam essas instituições é movida por uma ideologia de fundamentalismo de mercado, ou "Comércio Livre", um eufemismo para comércio unilateral em que a riqueza flui dos pobres para os ricos. Os sistemas jurídicos e financeiros que essas instituições criam e aplicam permitem a exportação da indústria para paraísos da poluição em países que oprimem os seus trabalhadores que tentam organizar-se para conseguirem salários decentes, saúde, segurança e proteção ambiental. Os produtos industrializados são transportados de volta aos países desenvolvidos como bens de consumo. Os custos são manifestados para os pobres e o meio ambiente global. Como as nações menos desenvolvidas se endividaram profundamente nesse sistema, elas são obrigadas a aceitar os "Planos de austeridade" do FMI, que destroem as suas redes de segurança social, criando uma casta de trabalhadores empobrecidos e impotentes para as fábricas pertencentes ao norte. O sistema também afeta a agricultura. Os campos que deveriam ser o cultivo de alimentos para as pessoas estão, em vez disso, cultivando flores para o comércio de flores na Europa e nos Estados Unidos ou foram tomados pela elite, deixando os agricultores sem sustento, e eles plantam milho e criam gado para ser exportado para o norte do globo. Os pobres vão para as megacidades onde, por sorte, encontram trabalho nas fábricas opressivas que criam bens de exportação. A injustiça desse sistema cria ressentimento e muitas vezes leva a revoluções violentas, que por sua vez resulta em repressão policial e militar por parte do Estado. A polícia e os militares são frequentemente treinados em repressão de multidões pelos militares dos Estados Unidos no “Instituto do Hemisfério Ocidental para Cooperação em Segurança” (anteriormente “Escola das Américas”). Nesta instituição, o treino inclui manejar armas de combate avançadas, operações psicológicas, inteligência militar e táticas de comando.[126] Tudo isto é desestabilizador e criar mais insegurança no mundo.

A solução necessita de mudanças de política e um despertar moral no norte do globo. A primeira ação óbvia é encerrar o treino policial e militar para regimes ditatoriais. Segunda, os conselhos de administração destas

---

lhe crédito pelos claros sucessos de desenvolvimento, que são muito significativos, ao mesmo tempo que encarregam o Banco e o responsabilizam pelos casos de deficiências nos seus processos de empréstimo ou pelos projetos mal concebidos e executados. Os esforços recentes do Banco Mundial estimularam uma maior participação da sociedade civil, incluindo a participação de ONGs em mais da metade dos projetos do Banco. A ênfase no desenvolvimento sustentável e na erradicação da pobreza extrema mudou as estratégias para economias em crescimento de uma forma inclusiva, e com uso intensivo de mão-de-obra; investir no capital humano das pessoas; e segurar pessoas pobres e vulneráveis contra choques. Leia mais sobre as iniciativas de combate à pobreza do Banco Mundial aqui: http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview#1

[125] Para alguns, os pressupostos de base da teoria económica precisam de ser questionados. Por exemplo, a organização Positive Money (http://positivemoney.org/) visa construir um movimento por um sistema monetário justo, democrático e sustentável, tirando o poder de criar dinheiro dos bancos e devolvendo-o a um processo democrático e responsável, criando dinheiro livre de dívidas e colocando novo dinheiro na economia real, em vez de nos mercados financeiros e bolhas imobiliárias.

[126] Para obter mais informações, consulte School of the Americas Watch em: www.soaw.org

instituições financeiras devem ser democratizadas. De momento elas são dominadas pelas nações industrializadas do Norte. Terceiro, as clamadas políticas de "Comércio Livre" precisam de ser substituídas por políticas de comércio justo. Tudo isto requer uma mudança moral, de consumismo barato para um senso de solidariedade global e uma compreensão de que danos no ecossistema em qualquer lugar têm implicações no planeta, obviamente em termos de mudança climáticas que acabam resultando em crises climáticas, levando à militarização das fronteiras. Se as pessoas conseguissem assegurar uma vida decente nos seus próprios países, provavelmente não tentariam imigrar ilegalmente.

Criar um Plano Global de Ajuda Ambientalmente Sustentável

O desenvolvimento reforça a diplomacia e a defesa, reduzindo as ameaças de longo prazo à segurança nacional, ajudando a construir sociedades estáveis, prósperas e pacíficas.
- Plano de Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos de 2006

Uma solução relacionada para democratizar as instituições económicas internacionais é instituir um Plano de Ajuda Global para alcançar a estabilização da justiça económica e ambiental em todo o mundo.[127] As metas seriam semelhantes as Metas de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas para erradicar a pobreza e a fome, desenvolver a segurança alimentar local, proporcionar educação e saúde e atingir estas metas criando um desenvolvimento económico estável, eficiente e sustentável que não piore as alterações climáticas. Também terá de fornecer fundos para ajudar o realojamento de refugiados climáticos. O Plano seria administrado por uma nova organização não-governamental internacional para evitar que se tornasse uma ferramenta de política externa das nações ricas. Seria financiado por uma aplicação de 2 a 5% do PIB das nações industrializadas avançadas por 20 anos. Para os EUA, esse valor seria de aproximadamente algumas centenas de bilhões de dólares, muito menos do que os US $ 1,3 bilhões gastos atualmente no sistema falido de segurança nacional. O plano seria administrado na superfície por um Grupo Internacional de Paz e Justiça compostos de voluntários. Isso exigiria contabilidade e transparência rigorosa dos governos beneficiados para garantir que o suporte realmente chegue as pessoas.

Reconfigurar a resposta ao terrorismo

Após os ataques de 11 de setembro ao World Trade Center, os EUA atacaram bases terroristas no Afeganistão, iniciando uma guerra longa e mal sucedida. A abordagem militar não só falhou em acabar com o terrorismo, como resultou nas perdas das liberdades constitucionais, nas práticas de abusos dos direitos humanos e violações das leis internacionais, e forneceu cobertura para que ditadores e governos democráticos abusassem ainda mais dos seus poderes, justificando abusos em nome da "luta contra o terrorismo."

A ameaça terrorista para pessoas no mundo ocidental tem sido inflacionada e tem havido uma reação exagerada por parte do media, do público e no contexto político.[128] Muitos beneficiam da exploração da ameaça do terrorismo no que agora pode ser chamado de Complexo Industrial de Segurança Interna. Como escreve Glenn Greenwald:

---

[127] Um pouco semelhante, o chamado Plano Marshall foi uma iniciativa económica Americana pós-Segunda Guerra Mundial para ajudar a reconstruir as economias europeias. Leia mais em: https://en.wikipedia.org/wiki/Marshall_Plan

[128] O que se segue são apenas algumas das análises que lidam com as ameaças terroristas exageradas: Disciplining Terror, de Lisa Stampnitzky. Como os especialistas inventaram o "Terrorismo"; Qual ameaça terrorista?, de Stephen Walt;The Terrorism Delusion, de John Mueller e Mark Stewart. Resposta Exagerada da América ao 11 de setembro

"... As entidades privadas e públicas que formam a política governamental e direcionam o discurso político lucram muito de várias maneiras para permitir considerações racionais sobre a ameaça do Terror."
- Glenn Greenwald [129]

As investigações mostram que ações militares são muitas vezes uma ferramenta ineficientes e prejudicial para combater o terrorismo, pois alimentam queixas de comunidades já marginalizadas, alimentando narrativas empregadas por grupos terroristas e fornecendo esses grupos com novos recrutas.[130] Além disso, tanto o destacamento de tropas, quanto as exportações de armas para outro país, aumentaram as hipóteses de ataques de organizações terroristas desses pais. [131]

"A maior força militar do mundo não fez nada para impedir o ataque de 11 de setembro. Praticamente todos os terroristas capturados, cada trama terrorista foi o resultado da inteligência de primeira classe e do trabalho policial, não a ameaça ou uso da força militar. A força militar também foi inútil na prevenção da propagação de armas de destruição em massa."
- Lloyd J. Dumas (Professor de Economia Política)

Para melhor entender e resolver a violência terrorista, é necessário analisar o terrorismo como uma ferramenta (como outras formas de violências políticas) para alimentar interesses num contexto de conflitos mais amplos e para ver segurança/insegurança das perspetivas dos mais marginalizados da sociedade.[132] Em geral, uma estratégia mais eficiente seria tratar ataques terroristas como crimes contra a humanidade, em vez de atos de guerra, e usar todos os recursos da comunidade política internacional para trazer os criminosos à justiça antes do tribunal penal internacional. É notável que uma força militar incrivelmente poderosa não pode impedir o pior ataque aos Estados Unidos desde de Pearl Harbor.

Um campo profissional de estudos da paz e de conflitos estudiosos e profissionais está continuamente a dar respostas ao terrorismo, que são superiores aos chamados especialistas da indústria do terrorismo. Considere esta lista de táticas não violentas, desenvolvida pelo estudioso da paz Tom Hastings:[133]

Respostas Imediatas não Violentas ao Terrorismo

- Sanções "inteligentes" que se focam e afetam apenas as elites
- Mediação, negociação
- Adjudicação
- Aplicação da lei internacional

[129] Consulte The sham "terrorism" expert industry, Glenn Greenwald, emhttp://www.salon.com/2012/08/15/the_sham_terrorism_expert_industry/
[130] Efeitos Contraproducentes das Estratégias Militares de Contraterrorismo: http://communication.warpreventioninitiative.org/counterproductive-effects-military-counterterrorism-strategies
[131] "Apoio Militar e uma Vulnerabilidade Maior a Ataques Terroristas" - http://communication.warpreventioninitiative.org/military-support-and-an-increased-vulnerability-to-terrorist-attacks/
[132] "Efeitos Contraproducentes das Estratégias Militares de Contraterrorismo" em http://communication.warpreventioninitiative.org/counterproductive-effects-military-counterterrorism-strategies/
[133] Todas as respostas são examinadas minuciosamente em: Hastings, T., H. (2004). Respostas não-violentas ao terrorismo.

- Resistência pacífica a qualquer violência
- Intervenção
- Execração global de toda violência

Respostas não violentas de longo prazo ao terrorismo

- Parar e reverter todo o comércio e fabricação de armas
- Redução dos gastos das nações ricas
- Suporte em massa a países e populações pobres
- Repatriação ou imigração de refugiados
- Alívio a divida para os países mais pobres
- Educação sobre as raízes do terrorismo
- Educação e treino sobre o poder não violento
- Promover o turismo cultural e ecologicamente sensível e intercâmbios culturais
- Construção de uma economia sustentável e justa, uso e distribuição de energia, agricultura

---

Se não utilizamos estas alternativas, não é porque não estejam disponíveis, mas sim devido a restrições impostas artificialmente, falta de interesse ou interesses próprios. Embora não sejam soluções mágicas, elas de facto funcionam. Devemos compará-las em termos de eficácia versus intervenção militar. E não há dúvida de que são mais eficientes como resposta de curto, médio e longo prazo.

Se examinarmos o caso do Estado Islâmico (DAESH), existem várias alternativas construtivas e não-violentas que poderiam ser exploradas, as quais não devem ser confundidas com inação. Estas incluiriam: um embargo de armamento, apoio à sociedade civil Síria, apoio à resistência civil não-violenta[134], procurar diplomacia genuína com todos os intervenientes, sanções económicas ao DAESH e aos seus apoiantes, fecho da fronteira para bloquear a venda de petróleo a partir de territórios controlados pelo DAESH e parar a circulação de combatentes, e ajuda humanitária. Ações fortes de efeito a longo prazo seriam a retirada das tropas americanas assim como acabar com as importações de petróleo da região de forma a extinguir o terrorismo na sua origem.[135]

O Papel das Mulheres na Paz e na Segurança

O papel das mulheres na manutenção da paz e da segurança não tem recebido a devida atenção. Tomemos como exemplo os tratados, particularmente os acordos de paz, que são habitualmente negociados e assinados num contexto dominado por homens, por intervenientes armados estatais e não-estatais. Esse contexto perde completamente de vista a realidade no terreno. A ferramenta "Better Peace Tool", da International Civil Society Action Network, foi criada como um guia para negociações e processos de paz inclusivos.[136] As mulheres, de acordo com o relatório, partilham uma visão de sociedade baseada na justiça social e na igualdade; são uma fonte importante de experiência prática da vida numa zona de guerra; e entendem melhor a realidade no terreno.

---

[134] Consulte o trabalho de Maria Stephan, *Derrotar o ISIS Através da Resistência Civil? Atacar Sem Violência nas Fontes de Energia Poderia Apoiar Soluções Eficazes* em http://www.usip.org/olivebranch/2016/07/11/defeating-isis-through-civil-resistance ou em http://communication.warpreventioninitiative.org/defeating-isis-with-nonviolent-resistance/

[135] Podem consultar discussões abrangentes que delineiam alternativas viáveis e não-violentas à ameaça ISIS em http://worldbeyondwar.org/new-war-forever-war-world-beyond-war/ e http://warpreventioninitiative.org/images/PDF/ISIS_matrix_report.pdf

[136] http://www.betterpeacetool.org

Assim, os processos de paz não se devem restringir de forma demasiado estreita à segurança ou à política, mas sim ser processos sociais inclusivos. A isto se chama democratização do processo de paz.

"Sem mulheres, sem paz" - esta manchete caraterizou o papel central das mulheres e da igualdade de género no acordo de paz entre o governo da Colômbia e as FARC, marcando, em agosto de 2016, o fim de uma guerra civil de mais de 50 anos. O conteúdo e os procedimentos do acordo de paz refletem as contribuições das mulheres. Uma subcomissão de género assegurou cuidadosamente que as perspetivas LGBT e das mulheres fossem consideradas.[137]

Evidência sólida e experiência de campo demonstraram que:

"Uma perspetiva de género pode ajudar a identificar pontos-cegos estratégicos em operações para a paz e estabilidade".
- Sahana Dharmapuri (Diretora do programa Our Secure Future - Fundação One Earth Future)

Existem numerosos exemplos de mulheres criativas e determinadas, ativistas pela paz tanto no domínio laico quanto no da fé. A Irmã Joan Chittister foi uma voz de liderança para as mulheres, para a paz e a para a justiça durante décadas. A iraniana vencedora do Prémio Nobel da Paz, Shirin Ebadi, é uma militante feroz contra o uso de armas nucleares. A nível mundial, as mulheres indígenas são cada vez mais reconhecidas como poderosos agentes de mudança social. Um exemplo menos conhecido mas, ainda assim, maravilhoso, é o "Young Women's Peace Charter", destinado a fomentar a dedicação e a compreensão dos desafios e obstáculos enfrentados por mulheres jovens em países afetados por conflitos, bem como noutras sociedades no âmbito da "Young Women's Peace Academy".[138] Esta Carta tem o objetivo de difundir o feminismo pelo mundo, eliminar estruturas patriarcais e assegurar a segurança de feministas, mulheres promotoras da paz e defensoras dos direitos humanos. Os objetivos são acompanhados por um conjunto robusto de recomendações, que podem agir como um modelo para mulheres em diversos contextos.

Outros exemplos abundam. As mulheres desempenharam um papel singular nas negociações de paz na Guatemala nos anos 90. Foi uma aliança de mulheres que coordenou atividades de pacificação na Somália. Na Irlanda do Norte, as mulheres lideraram um movimento político para reforçar o poder e a influência feminina no processo e acordo de paz nessa região. E são ainda as mulheres que estão a ajudar a forjar esforços intercomunitários no atual conflito Israelo-palestiniano.[139] Geralmente, as vozes femininas ajudam a promover objetivos alternativos aos apresentados por líderes no poder.[140]

Dar voz a representantes de toda a comunidade em processos de pacificação e conciliação após um conflito armado é essencial para alcançar a paz a longo prazo. Na maioria dos casos, contudo, metade da população é sistematicamente excluída desse processo. Quando as mulheres são excluídas dos processos de paz, as

---

[137] Sem mulheres, sem paz. As mulheres colombianas garantiram que a igualdade de género estava no centro de um acordo de paz inovador com as FARC (http://qz.com/768092/colombian-women-made-sure-gender-equality-was-at-the-center-of-a-groundbreaking-peace-deal-with-the-farc/).
[138] http://kvinnatillkvinna.se/en/files/qbank/6f221fcb5c504fe96789df252123770b.pdf
[139] Ramsbotham, O., Miall, H., & Woodhouse, T. (2016). *Resolução de conflitos contemporâneos: A prevenção, gestão e transformação de conflitos mortais. 4.ªed.* Cambridge: Polity.
[140] Consulte: Mulheres, religião e paz. Em Zelizer, C. (2013). *Construção da paz integrada: Abordagens inovadoras para transformar conflitos*. Boulder, CO: Westview Press.

experiências, conhecimentos e necessidades de metade da população estão perdidos antes mesmo de os esforços de reconstrução do país terem começado.[141]

Reconhecendo a lacuna existente entre o papel das mulheres e os processos de consolidação da paz, fizeram-se alguns progressos. Particularmente ao nível programático, a Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas oferece uma "estrutura de trabalho para generalizar a questão de género em todos os processos de paz, incluindo a manutenção e consolidação da paz, e a reestruturação pós-conflitos."[142] Ao mesmo tempo, fica claro que políticas e compromissos retóricos são apenas o primeiro passo para mudar um paradigma

Conheça a Parceira de Estudo e Ação Mavic Cabrera Balleza: Fundadora da Rede Global de Mulheres Construtoras da Paz

predominantemente masculino.

Para criar um Mundo ALÉM da Guerra, há que adotar uma abordagem sensível ao género no nosso pensamento e nas nossas ações. São necessárias as seguintes fases para planear a prevenção da guerra:[143]

1. Dar visibilidade às mulheres como agentes de mudança na prevenção da guerra e na consolidação da paz
2. Remover o viés masculino na recolha de dados e investigação sobre prevenção da guerra e consolidação da paz
3. Repensar os fatores que motivam a guerra e a paz de modo a ter em conta o género
4. Incorporar e generalizar a questão de género na criação e execução de políticas

[141] Mais mulheres em processos de paz em http://kvinnatillkvinna.se/en/what-we-do/more-women-in-peace-processes/

[142] Zelizer (2013), pág. 110

[143] Estes pontos são modificados a partir dos "quatro etapas do engendramento da resolução de conflitos" de Ramsbotham, O., Miall, H., & Woodhouse, T. (2016). *Resolução de conflitos contemporâneos: A prevenção, gestão e transformação de conflitos mortais. 4.ª ed.* Cambridge: Polity.

GERIR CONFLITOS SEM VIOLÊNCIA

Resumo executivo

Este componente do nosso sistema global de segurança inclui as ferramentas e instituições necessárias para garantir a segurança e gestão não-violenta de conflitos. A nossa estratégia procura um equilíbrio entre a reforma das instituições existentes e o estabelecimento de novas instituições. Reconhecemos as fragilidades inerentes ao sistema das Nações Unidas, especialmente a sua ênfase na segurança coletiva e no desafio de transcender os interesses nacionais. Embora estes obstáculos sejam enormes e, em essência, decisivos, a ONU é atualmente a nossa principal forma de governação global. Simultaneamente muitas funções da ONU, especialmente fora dos órgãos decisórios a respeito da segurança, criam esperança. Portanto, a nossa estratégia considera cuidadosamente algumas reformas para reforçar as funções de segurança da ONU. O Direito Internacional fornece outra função-chave no nosso sistema. Embora limitado na sua exequibilidade no âmbito de um sistema anárquico de estados-nação, o Direito Internacional é uma ferramenta não-violenta essencial para gerir disputas e conflitos. De modo a reforçar o Direito Internacional, propomos algumas reformas para melhorar o Tribunal Penal Internacional (TPI) e o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ); exploramos possibilidades para a execução de tratados existentes e criação de novos tratados; e recomendamos o estabelecimento de comissões de verdade e reconciliação assim como outras abordagens alternativas de justiça e pacificação. Reconhecemos também, inequivocamente, a funcionalidade limitada de um sistema composto por estados-nação, e identificamos estratégias para uma maior participação da sociedade civil no funcionamento do nosso sistema de segurança. Várias forças de pacificação civis desempenham já papéis vitais na gestão do conflito em zonas violentas em todo o mundo. Levamos também em consideração o potencial da visão de Gene Sharp de estabelecer Forças de Defesa Civis (FDC). As FDCs são uma ousada alternativa não-violenta que pode fazer com que invadir um país se torne muito pouco apelativo. Apoiam também uma mudança cultural no pensamento acerca da segurança e exigiriam a formação de todos os cidadãos em métodos de resistência estratégicos não violentos. Por fim, propomos algumas alternativas às abordagens atuais à governação global e convidamos os cidadãos do futuro a considerar as funções e princípios essenciais que deveriam orientar uma ordem mundial pacífica. Uma vez que temos a esperança de que algumas das alternativas venham a ser parte da fundação em desenvolvimento para uma ordem mundial pacífica, incluímos também uma nova secção que aborda a institucionalização da consolidação da paz (ver "Infraestruturas para a Paz") na Adenda ao livro.

Recomendações estratégicas de políticas e de ação

Exigir mais estudos acerca das reformas da ONU que suportam uma mudança de paradigma da segurança comum para a segurança coletiva.

Prosseguir mudanças democráticas à composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao veto de membro permanente.

Desenvolver melhores ferramentas de antevisão e gestão de conflitos.

Estabelecer equipas de manutenção e consolidação da paz de resposta rápida.

Aumentar o financiamento da ONU proporcionalmente ao financiamento militar atual.

Reforçar a exequibilidade e melhorar a observância ao Direito Internacional.

Incrementar o papel da sociedade civil global nas tomadas de decisão e ações relativas à

As abordagens reativas e as instituições estabelecidas para gerir conflitos internacionais e civis têm-se mostrado insuficientes e, com frequência, inadequadas. Propomos, portanto, uma série de melhorias.

Mudar para Uma Atitude Proativa

Desmontar as instituições do Sistema Bélico e as crenças e atitudes subjacentes não será suficiente. Tem de ser construído um Sistema de Segurança Global Alternativo. Grande parte deste sistema já se encontra em vigor, tendo evoluído ao longo dos últimos cem anos, embora esteja ainda na sua forma embrionária e necessite de grande reforço. Uma parte dele existe apenas na forma de ideias que têm ainda de ser institucionalizadas.

As partes existentes do sistema não devem ser vistas como os produtos finais estáticos de um mundo pacífico, mas sim como elementos de processos dinâmicos e imperfeitos da evolução humana, que levam a um mundo cada vez menos violento e com mais igualdade para todos. Só uma postura proactiva ajudará a reforçar o Sistema de Segurança Global Alternativo.

Reforço das Instituições Internacionais e Alianças Regionais

Instituições internacionais para gerir conflitos sem violência têm vindo a evoluir há muito tempo. Um corpo de leis internacionais bastante funcionais tem sido desenvolvido ao longo de séculos e necessita de ainda mais evolução para se tornar um componente válido de um sistema de paz. Em 1899 foi estabelecido o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) para julgar disputas entre estados-nação. Seguiu-se a Liga das Nações em 1920. Sendo uma associação de 58 Estados soberanos, a Liga foi baseada no princípio de segurança coletiva, ou seja, se um estado cometesse uma agressão, os restantes estados poderiam aplicar sanções económicas ou, como abordagem de último recurso, fornecer forças militares para o derrotar. De facto, a Liga resolveu algumas pequenas disputas e iniciou esforços globais de consolidação da paz. O problema foi a falha essencial dos estados membros em fazerem o que disseram que fariam e, assim, não se evitaram as agressões do Japão, Itália e Alemanha, conduzindo à Segunda Guerra Mundial, a guerra mais destrutiva da história. É também de realçar que os Estado Unidos se recusaram a entrar na guerra. Após a vitória dos Aliados, a ONU foi estabelecida como uma nova tentativa de manutenção da segurança coletiva. Sendo também uma associação de estados soberanos, a ONU deveria solucionar disputas e, quando tal não fosse possível, o Conselho de Segurança poderia decidir aplicar sanções ou providenciar uma força contra militar para lidar com o estado agressor.

Até hoje, as sanções não escapam à controvérsia. Se mal concebidas - de forma propositada ou não - prejudicam pessoas inocentes e, assim, perdem legitimidade e apoio.[144] Tais sanções devem ser criticadas e questionadas, para que sejam abandonadas. Simultaneamente, é importante reconhecer que as sanções podem ser métodos coercivos não violentos para lidar com disputas e prevenir guerras. A ciência da paz esclarece-nos que as sanções poderão conduzir os países a negociações diplomáticas as quais, por sua vez, contribuem para a cooperação futura. Sancionar governos transmite força e solidariedade através da censura partilhada.[145] As sanções devem ser inteligentes: devem focar-se e afetar apenas as elites.

A ONU expandiu também amplamente as iniciativas de consolidação da paz iniciadas pela Liga. Porém, a ONU foi tolhida por restrições estruturais intrínsecas e a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a URSS tornou difícil uma cooperação relevante. As duas superpotências estabeleceram sistemas de alianças militares tradicionais dirigidas um ao outro, à NATO e ao pacto de Varsóvia.

Outros sistemas de alianças regionais foram também estabelecidos. A União Europeia manteve uma Europa pacífica apesar das diferenças, a União Africana tem mantido a paz entre o Egito e a Etiópia, e a Associação das Nações do Sudeste Asiático e a União de Nações Sul-Americanas são um potencial em desenvolvimento para os seus membros e membros aspirantes no rumo à paz.

Mesmo que as instituições internacionais para a gestão de conflitos entre estados sejam uma componente vital do sistema de paz, os problemas quer com a Liga, quer com a ONU emergiram em parte de uma falha em

---

[144] O que aconteceu às Sanções Inteligentes? https://davidcortright.net/2012/11/05/ what-happened-to-smart-sanctions/

[145] Sanções como ferramenta para a paz - http://communication.warpreventioninitiative.org/ sanctions-as-a-tool-for-peace /

desmantelar o Sistema Bélico. Foram constituídas no âmago deste sistema e, por si mesmas, foram incapazes de controlar a guerra ou as corridas às armas. Alguns analistas pensam que o cerne da questão é que estes tipos de instituições são, afinal, associações de estados soberanos, cada um dos quais tem os seus próprios planos e prioridades nacionais, não se opondo a usar a guerra para proteger os seus interesses. Porém, há muitas formas pelas quais a ONU, assim como outras instituições internacionais, podem ser reformadas construtivamente para se tornarem mais eficientes em manter a paz, incluindo reformas ao Conselho de Segurança, a Assembleia geral, forças e ações de consolidação da paz, financiamento, a sua relação com organizações não-governamentais e a adição de novas funções.

Reformar as Nações Unidas

A ONU foi criada como resposta à Segunda Guerra Mundial para prevenir a guerra através de negociações, sanções e segurança coletiva. O Preâmbulo à Carta estipula a missão geral:

> Preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos inauditos à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas, e estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional, e promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade...

Reformar a ONU pode e deve ter lugar a diferentes níveis.

Reformar a Carta para fazer Face a Agressões de forma mais Eficiente

A Carta das Nações Unidas não proíbe a guerra, proíbe a agressão. Embora a Carta permita, de facto, ao Conselho de Segurança agir em resposta a agressões, não estipula uma justificação abrangente para o intervencionismo. A verdade é que nada na Carta obriga a ONU a tomar medidas, e requer, de facto, que as próprias partes em conflito tentem primeiro resolver a disputa através de mediação e, em seguida, através de ação por parte de qualquer sistema regional de segurança a que pertençam. Só então entra a questão no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o qual permanece com frequência impotente pela disposição de veto (ver a secção abaixo acerca da reforma do Conselho de Segurança).

A Carta da ONU não proíbe os Estado de agirem em autodefesa. No Artigo 51.º lê-se:

> Nada na presente Carta impedirá o direito inato de autodefesa individual ou coletiva se um ataque armado ocorrer contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tome medidas necessárias à manutenção da paz e segurança internacionais. A medidas tomadas por Membros no exercício deste direito à autodefesa deverão ser de imediato reportadas ao Conselho de Segurança, não devendo afetar de nenhuma forma a autoridade e responsabilidade do Conselho de Segurança, conforme à presente Carta, de levar tais medidas a cabo a qualquer altura segundo julgue necessário de modo a manter ou restaurar a paz e segurança internacionais.

Embora fosse desejável proibir todas as formas de guerra, incluindo em autodefesa, é difícil conceber como tal poderia ser alcançado até um sistema de paz pleno se encontrar estabelecido. No entanto, muitos progressos podem ser feitos alterando a Carta de forma a exigir que o Conselho de Segurança enfrente todos os casos de conflito violento imediatamente após o seu início, fornecendo um plano de ação claro para: travar as hostilidades através de um cessar-fogo, exigir mediação da ONU (com o auxílio de parceiros regionais se desejado) e, se necessário, remeter a disputa para o Tribunal Internacional de Justiça. Isto requererá várias reformas adicionais, conforme listado abaixo, incluindo lidar com a questão do veto, mudar para métodos não-violentos como ferramenta primária fazendo uso de trabalhadores da paz civis desarmados e não-violentos, e providenciar poder policial adequado (e adequadamente imputável) para fazer cumprir as suas decisões quando necessário.

Acrescente-se que a maioria das guerras nos anos mais recentes foram ilegais segundo a Carta das Nações Unidas. Na prática, porém, tem havido pouca consciencialização e nenhumas consequências desse facto.

Reformar a Assembleia Geral

A Assembleia Geral (AG) é o mais democrático dos órgãos da ONU, uma vez que inclui todos os Estados-Membros. Encontra-se afeta principalmente a programas de consolidação da paz cruciais. O ex-secretário-geral Kofi Annan sugeriu que a AG simplificasse os seus programas, abandonasse a dependência de consensos, já que estes resultam em resoluções fracas, e adotasse a maioria qualificada na tomada de decisão. A AG tem de prestar mais atenção à implementação e observância das suas decisões. Necessita também de um sistema de comités mais eficiente e de envolver a sociedade civil, ou seja, as ONGs, de forma mais direta no seu trabalho. Outro problema com a AG é que cada Estado-Membro tem voto igual, o que significa que uma nação minúscula, com 200 000 cidadãos, tem tanto peso eleitoral como países grandes como a China ou a Índia.

Uma ideia de reforma que tem ganho popularidade é adicionar à AG uma Assembleia Parlamentar de membros elegidos pelos cidadãos de cada país na qual o número de posições atribuídas a cada país refletiriam de forma mais precisa e, portanto, mais democrática, a população. Quaisquer decisões da AG teriam que passar em ambos os plenários. Estes "MPs globais" poderiam também representar o bem comum da humanidade em geral, em vez de serem obrigados a seguir as imposições dos seus governos, como os atuais embaixadores de estado.

Reformar o Conselho de Segurança

O Artigo 42º da Carta atribui ao Conselho de Segurança a responsabilidade de manter e restaurar a paz. É o único órgão da ONU com poder vinculativo nos Estados-Membros. O Conselho não dispõe de forças armadas para levar a cabo as suas decisões; em vez disso, tem poder vinculativo para convocar as forças armadas dos Estados-Membros. No entanto, a composição e os métodos do Conselho de Segurança são antiquados e apenas marginalmente eficientes em consolidar ou restaurar a paz.

Composição

O Conselho é composto por 15 membros, sendo que 5 deles são permanentes. Estes são os poderes vitoriosos na Segunda Guerra Mundial (Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China). Eles também são os membros que possuem poder de veto. No momento da assinatura da Carta em 1945, exigiram tais condições, ou não teriam permitido que a ONU viesse a existir. Estes cinco permanentes também reivindicam e possuem assentos de liderança nos órgãos governamentais dos maiores comités das Nações Unidas, a conferir-lhes uma influência desproporcional e antidemocrática. Eles também são, junto à Alemanha, os maiores vendedores de armas do mundo.

O mundo mudou drasticamente nas décadas seguintes. As Nações Unidas foram de 50 membros para 193, e os equilíbrios populacionais modificaram-se muito também. Ademais, a maneira na qual os assentos do Conselho de Segurança são divididos em quatro regiões também não é representativo, tendo a Europa e o Reino Unido quatro assentos, enquanto a América Latina possui apenas um. A África também não tem representatividade. É raro quando uma nação muçulmana é representada no Conselho. Já passou da altura de corrigir esta situação se as Nações Unidas querem impor respeito nestas regiões.

Uma proposta é aumentar o número de regiões eleitorais para nove, nas quais cada uma teria um membro permanente e dois membros rotativos, somando-se um Conselho de 27 assentos, portanto a refletir mais perfeitamente as realidades nacionais, culturais e populacionais.

Além disso, a natureza das ameaças à paz e à segurança mudou drasticamente. No momento da formação do atual acordo, este pode ter feito sentido, dada a necessidade de consenso entre os grandes poderes e a visão de que a agressão armada era a principal ameaça à paz e à segurança. Embora a agressão armada e o militarismo permaneçam uma ameaça extrema – e o membro permanente, Estados Unidos, o pior reincidente – o grande

poderio militar é apenas uma das muitas ameaças, tais quais o aquecimento global, movimentos populacionais de massa, ameaças patológicas globais, o comércio de armas, criminalidade e terrorismo.

Revisem ou eliminem o veto

O veto do Conselho de segurança é exercido sobre quatro tipos de decisões: o uso de força militar para manter ou restaurar a paz, nomeações para a posição de secretário-geral, nomeações para participação na ONU, e modificações na Carta e assuntos processuais, que podem impedir questões de serem até mesmo discutidas. Também, nos outros órgãos, os Cinco Permanentes tendem a exercer um veto de facto. No Conselho, o veto já foi usado 293 vezes, até maio de 2020, principalmente pelos Estados Unidos e a antiga União Soviética, para bloquear ações, muitas vezes a tornar a ONU impotente.

O veto paralisa o Conselho de Segurança. É profundamente injusto que ele permita aos detentores impedir qualquer ação contra suas próprias violações da proibição à agressão da Carta. Ele também é usado como favor ao proteger as transgressões dos seus Estados clientes de ações do Conselho de Segurança. Uma proposta consiste simplesmente em descartar o veto. Outra é permitir que membros permanentes lancem vetos, mas fazer com que seja necessário o veto de três membros para impedir a passagem de um problema substancial. Problemas processuais não devem estar sujeitos ao veto.

Outras reformas necessárias ao Conselho de Segurança

Três procedimentos precisam ser adicionados. Atualmente, nada obriga o Conselho de Segurança a agir. No mínimo, o Conselho deveria ser obrigado a levantar todos os problemas que ameaçam a paz e a segurança, e decidir se deve agir sobre eles ou não ("o dever de decidir"). O segundo é "a exigência por transparência". O Conselho deveria ser obrigado a revelar suas razões por decidir, ou não, a assumir o problema de um conflito. Além disso, o Conselho reúne-se em sigilo cerca de 98% das vezes. Pelo menos, suas deliberações substanciais precisam ser transparentes. Terceiro, o "dever de consultar" obrigaria o Conselho a tomar medidas razoáveis para consultar as nações que seriam impactadas pelas suas decisões.

Fornecer financiamento adequado

O "orçamento regular" da ONU financia a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Económico e Social, a Corte Internacional de Justiça e missões especiais, tal qual a Missão de Assistência ao Afeganistão da ONU. O orçamento de Manutenção da Paz é separado. Estados-membros são cobrados de ambos, com a proporção a depender do PIB de cada um. As Nações Unidas também recebem donativos voluntários, que são quase iguais à receita advinda dos fundos cobrados.

Dada sua missão, a ONU é muito mal financiada. O orçamento regular do biénio de 2018 e 2019 estipula-se em 5,4 mil milhões de dólares (uma redução de 5% em relação ao orçamento de 2016-17), e o orçamento de Manutenção da Paz para o ano fiscal 2017-2018 é de 6,8 mil milhões, a totalizar menos de meio por cento dos gastos militares globais (e menos de um por cento dos gastos bélicos anuais dos Estados Unidos). Diversas propostas foram promovidas para financiar adequadamente a ONU, incluso uma taxa de uma fração de um por cento das transações financeiras internacionais, que poderia somar até 300 mil milhões de dólares a serem aplicados principalmente em programas ambientais e de desenvolvimento da ONU, tais como reduzir a mortalidade infantil, lutar contra doenças epidemiológicas como o ébola e combater os efeitos negativos das mudanças climáticas.

Prever e gerir conflitos antecipadamente

Com o uso dos capacetes azuis, a ONU já desgasta-se ao financiar 16 missões de Manutenção da Paz em redor do mundo, a apagar ou atenuar incêndios que poderiam espalhar-se regionalmente ou até mesmo globalmente. Enquanto está, ao menos em alguns casos, a fazer um bom trabalho sob circunstâncias muito difíceis, a ONU precisa tornar-se muito mais proativa ao prever e prevenir conflitos onde seja possível, e intervir de forma rápida e não violenta em conflitos que inflamaram, de forma a apagar os incêndios rapidamente.

Antevisão

Manter uma agência especializada para monitorizar potenciais conflitos mundiais e recomendar ação imediata ao Conselho de Segurança ou ao secretário-geral, a começar por:

Equipas de mediação proativas

Manter um plantel permanente de especialistas em mediação qualificados em diversidade linguística e cultural, bem como as técnicas mais recentes de mediação não antagonistas, para serem despachados rapidamente a Estados onde agressão internacional ou guerra civil pareçam iminentes. Isso começou com a tão falada Equipa de Especialistas em Mediação à Disposição, que age como conselheira de plantão para emissários da paz em redor do mundo sobre problemas como estratégias de mediação, divisão de poder, formulação de constituições, direitos humanos e recursos naturais.[146] Uma consideração adicional poderia ser o desenvolvimento de centros de mediação da ONU locais, nacionais e regionais para auxiliar na resolução prematura de conflitos e nas previsões.

Alinhar-se antecipadamente a movimentos indígenas pacíficos

Até agora, a ONU mostrou entender pouco sobre o poder que movimentos pacíficos dentro dos países podem exercer para prevenir que conflitos tornem-se violentas guerras civis. Pelo menos, a ONU precisa ser capaz de ajudar a estes movimentos, de forma a pressionar governos a evitarem represálias violentas contra eles, enquanto estão a trazer equipas de mediação da ONU para suporte. A ONU precisa se engajar com esses movimentos. Quando o engajamento com movimentos é considerado difícil devido a questões sobre infrações de soberania nacional, a ONU pode fazer o seguinte.

Reformular as operações de manutenção da paz

As operações de Manutenção da Paz da ONU possuem problemas sérios, os quais incluem as regras contraditórias de envolvimento, a falta de interação com as comunidades afetadas, a falta de representatividade feminina, a violência baseada no género, e a incapacidade ao lidar com a natureza variável da guerra. Um Painel Independente de Operações de Paz de Alto-Nível da ONU, liderado pelo ganhador do Nobel da Paz, José Ramos-Horta, recomendou quatro mudanças essenciais às operações de paz da ONU:

1. Supremacia da política: soluções políticas precisam nortear todas as operações de paz da ONU.
2. Operações adequadas: missões devem ser adaptadas ao contexto e incluir o espetro completo de respostas.
3. Parcerias mais fortes: deve-se desenvolver arquiteturas resilientes de paz e segurança globais e locais.
4. Foco no campo e pessoas no centro: uma motivação renovada para servir e proteger as pessoas.[147]

De acordo com Mel Duncan, cofundadora da Nonviolent Peaceforce, o painel também reconheceu que civis podem e de fato possuem um papel importante na proteção direta de civis.

Mesmo após os melhoramentos sugeridos, as operações de manutenção da paz dos capacetes azuis devem ser usados como último recurso, depois da mediação e outras medidas proativas, dentro de uma estrutura da ONU mais reformada democraticamente. Apesar dessas considerações, a grande militarização, parcialmente incentivada pela tão falada manutenção de paz robusta, pode na verdade colocar civis em risco, junto com os pacificadores, outros oficiais da ONU e atores humanitários independentes; e em alguns casos, reduzir o espaço/acesso humanitário.[148]

---

[146] Consulte http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/current.shtml para ver as atuais missões de manutenção da paz

[147] O Global Peace Operations Review é um portal da Internet que fornece análises e dados sobre operações de manutenção da paz e missões políticas. Veja o site em: http://peaceoperationsreview.org

[148] "As Consequências Não Intencionais das Operações de Paz "Robustas" da ONU": http://communication.warpreventioninitiative.org/unintended-consequences-robust-un-peace-operations/

Para que fique claro, as operações de manutenção da paz da ONU ou forças de proteção aos civis não são consideradas intervenções militares em nome da paz e segurança. A missão fundamental de manutenção internacional da paz, de fiscalização ou de proteção civil autorizada pelas Nações Unidas ou outro órgão internacional é diferente de intervenção militar. Uma intervenção militar é a introdução de forças militares externas num conflito já existente através do uso de armas, ataques aéreos e tropas de combate, a fim de influenciar um resultado militar e derrotar um inimigo. É a utilização de força letal em grande escala. A manutenção da paz da ONU, por outro lado, é guiada pelos três princípios seguintes: (1) consentimento das partes; (2) imparcialidade; e (3) o não uso da força, exceto em autodefesa e defesa do mandato. Apesar destes princípios, a proteção de civis está a ser usada falsamente para camuflar intervenções militares com motivos menos nobres. O custo humano nunca justifica qualquer forma de intervenção militar, mesmo se melhorias de longo prazo são declaradas.[149]

Com isso em mente, operações de manutenção de paz armadas precisam ser entendidas como um passo de transição em direção a basear-se inteiramente em alternativas pacíficas mais viáveis e mais efetivas, particularmente a Manutenção da Paz Civil Desarmada (UCP).

Força de reação rápida para apoiar aos capacetes azuis

Todas as missões de manutenção da paz devem ser aprovadas pelo Conselho de Segurança. As forças de manutenção da paz da ONU, os capacetes azuis, são recrutados principalmente de nações em desenvolvimento. Diversos problemas tornam-lhes muito menos efetivos do que poderiam ser. Primeiro, é necessário vários meses para organizar uma força de manutenção da paz, e neste tempo a crise pode agravar drasticamente. Uma força de reação rápida permanente, que pudesse intervir em questão de dias, resolveria este problema. Outros problemas com os capacetes azuis originam-se do uso de forças nacionais e incluem uma disparidade de participação, armamentos, táticas, comando e controlo, e regras de combate.

Coordenar com agências civis de intervenção não violentas

Equipas civis de manutenção da paz não violentas já existem há mais de vinte anos, a incluir a maior, a Nonviolent Peaceforce (NP), sediada em Bruxelas. A NP atualmente possui estatuto de observador na ONU e participa nas discussões de manutenção da paz. Essas organizações, a incluir não somente a NP, mas também a Peace Brigades International, a Christian Peacemaker Teams e outros, às vezes podem chegar onde a ONU não consegue, podendo ser assim efetivas em situações específicas. A ONU precisa encorajar essas atividades e ajudar a financiá-las. A ONU deve cooperar com outras ONGIs tais quais a International Alert, a Search for Common Ground, a Muslim Voice for Peace, a Jewish Voice for Peace, a Fellowship of Reconciliation e muitas outras, ao permitir que seus esforços intervenham cedo em áreas de conflito. Além de financiar esses esforços através da UNICEF ou ACNUR, muito mais pode ser feito no sentido de incluir a Manutenção da Paz Civil Desarmada (UCP) nos mandatos, a reconhecer e promover as metodologias. (Ver a secção abaixo sobre "Intervenção não violenta: utilizando forças civis de manutenção da paz" para uma visão mais detalhada acerca dos benefícios de se trabalhar com grupos civis).

---

[149] Tanto nas democracias como nas não democracias, as intervenções militares estrangeiras reduzem a qualidade de vida física a 20% do que era antes da intervenção. Consulte: "Custos Humanos da Intervenção Militar" http://communication.warpreventioninitiative.org/human-costs-military-intervention/

Direito internacional

"O mundo precisa desesperadamente de um sistema de governação que funcione e o mais próximo que temos disto é o direito internacional".
– Peter Weiss (jurista internacional, ativista da paz)

O direito internacional não possui área definida ou órgão regulatório. Ele é composto de muitas leis, regras e costumes que regem as relações entre diferentes nações, seus governos, negócios e organizações.

Ele inclui uma coleção de costumes fragmentados; contratos; tratados; acordos; cartas como a Carta das Nações Unidas; protocolos; tribunais; memorandos; precedentes legais da Corte Internacional de Justiça e mais. Uma vez que não há governação nem uma entidade fiscalizadora, é um empreendimento maioritariamente voluntário. Isso inclui tanto a lei comum como a jurisprudência. Três princípios centrais regem o direito internacional. São eles a cortesia (quando duas nações partilham ideias políticas comuns, uma irá submeter-se às decisões judiciais da outra); a doutrina do ato de Estado (baseada na soberania – os órgãos jurídicos de um Estado não questionarão as políticas de outro Estado ou interferirão na sua política externa); e a doutrina da imunidade soberana (que impede que os cidadãos de um Estado sejam julgados pela corte de outro Estado).

Conheçam o parceiro de estudo e ação, Peter Weiss: a promover o direito internacional

A maior questão no direito internacional é que, por este ser baseado no princípio anárquico de soberania nacional, não consegue lidar com eficácia com assuntos globais, como demonstra a incapacidade de agir articuladamente para reduzir as mudanças climáticas. Embora se tenha tornado óbvio em termos de paz e perigos ambientais que somos um povo obrigado a viver juntos num planeta pequeno e frágil, não há nenhuma entidade legal capaz de promulgar direito legítimo, e então precisamos confiar em negociações ad-hoc para lidar com problemas que são sistemáticos. Uma vez que é improvável que uma entidade assim surja num futuro próximo, precisamos fortalecer o regime de tratados.

Fortalecer o Tribunal Internacional de Justiça

A CIJ ou "Corte Mundial" é o principal órgão jurídico das Nações Unidas. Ela julga casos submetidos pelos Estados e fornece aconselhamento jurídico em assuntos legais encaminhados a ela pela ONU e agências especializadas. Quinze juízes são eleitos para mandatos de nove anos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança. Ao assinar a Carta, Estados responsabilizam-se por cumprir as decisões da Corte. Em uma candidatura, ambos Estados precisam concordar previamente que a Corte possui jurisdição, condição para aceitar a candidatura. As

decisões são válidas apenas se ambas as partes concordarem previamente em obedecer-lhes. Se, depois disso, numa rara ocasião em que um Estado não cumpre a decisão, o caso pode ser encaminhado para que o Conselho de Segurança decida quais ações são necessárias a fim de trazer o Estado para a conformidade (e potencialmente deparando-se com um veto do Conselho de Segurança).

As fontes legais que a CIJ usa para suas deliberações são tratados e convenções, decisões judiciais, costumes internacionais, e os ensinamentos de especialistas em direito internacional. A Corte pode fazer determinações apenas baseadas num tratado existente ou em direito consuetudinário, pois não há órgão de direito legislativo (uma vez que não há legislação mundial). Isso resulta em decisões tortuosas. Quando a Assembleia Geral pediu por um conselho se a ameaça ou o uso de armas nucleares é permitido sob quaisquer circunstâncias no direito internacional, a Corte não foi capaz de encontrar nenhum tratado-lei que permitia ou proibia a ameaça ou uso. No fim, tudo que esta pôde fazer foi sugerir que o direito consuetudinário obrigasse aos Estados a continuar a negociar um banimento. Sem um órgão de direito legítimo aprovado por uma legislatura mundial, a Corte é limitada aos tratados existentes e ao direito consuetudinário (que, por definição, está sempre atrasado), assim tornando-a apenas brandamente efetiva em alguns casos e nada além de inútil em outros.

Mais uma vez, o veto do Conselho de Segurança torna-se um limite na eficácia da Corte. No caso de Nicarágua vs. Estados Unidos – os EUA haviam minado os portos da Nicarágua num ato claro de guerra –, a Corte decidiu contra os EUA, o que levou-os a retirarem-se da jurisdição compulsória (1986). Quando o assunto foi encaminhado ao Conselho de Segurança, os EUA exerceram o seu veto para evitarem a pena. Com efeito, os cinco membros permanentes possuem controlo sob os resultados da Corte caso afetem a eles ou aos seus aliados. A Corte precisa de ser independente do veto do Conselho de Segurança. Quando uma decisão precisa de ser colocada em prática pelo Conselho de Segurança contra um membro, este membro deve reservar-se de acordo com o princípio antigo do direito romano ou justiça natural: "Ninguém será o juiz do seu próprio caso".[150]

A Corte também foi acusada de parcialidade; os juízes votam, não no puro interesse da justiça, mas pelos interesses dos Estados que indicaram-lhes. Embora parte disso seja provavelmente verdadeiro, a desaprovação por vezes vem de Estados que perderam suas causas. Não obstante, quanto mais a Corte seguir regras de objetividade, mais peso suas decisões carregarão.

Casos que envolvem agressão são habitualmente trazidos não perante a Corte, mas perante o Conselho de Segurança, com todas as suas limitações. A Corte precisa do poder para determinar sozinha se possui jurisdição independente da vontade dos Estados e então precisa de autoridade processual para levar Estados a júri.

Fortalecer o Tribunal Penal Internacional

A Corte Penal Internacional (ICC) é uma corte permanente, criada por um tratado, o "Estatuto de Roma", que começou a vigorar a 1º de julho de 2002, depois da ratificação de 60 nações. Até 2020, o tratado foi assinado por 123 nações (os "Estados-membros"), apesar de não contar com Índia e China. Dentre os signatários, três Estados declararam que não pretendem ratificar mais o tratado – Israel, a República do Sudão e os Estados Unidos. A Corte é independente e não é parte do sistema da ONU, apesar de operar em parceria com esta. O Conselho de Segurança pode encaminhar casos para a Corte, no entanto a Corte não é obrigada a investigá-los. Sua jurisdição é limitada estreitamente a crimes contra a humanidade, crimes de guerra, genocídio e crimes de agressão, assim como foram delimitados dentro da tradição do direito internacional e como são explicitamente colocados no Estatuto. É uma Corte do último recurso. Como princípio geral, a ICC não pode exercer jurisdição antes de um Estado-membro ter tido a oportunidade de julgar os supostos crimes e demonstrar capacidade e vontade genuína de fazê-lo, isto é, as cortes dos Estados-membros devem ser funcionais. A corte é "complementar à jurisdição criminal nacional" (preâmbulo, Estatuto de Roma). Se a corte determinar que possui jurisdição, tal determinação

[150] https://www.lawnotes.in/Principles_of_Natural_Justice

pode ser impugnada e qualquer investigação suspensa, até que a apelação seja ouvida e uma determinação seja feita. A corte não pode exercer jurisdição no território de qualquer Estado não signatário do Estatuto de Roma.

A ICC é composta de quatro órgãos: a Presidência, o Escritório do Procurador, o Cartório e a Magistratura, esta última composta de dezoito juízes em três divisões: pré-julgamento, julgamento e recursos.

A corte já foi alvo de diversas críticas diferentes. Primeiro, ela foi acusada de denunciar injustamente atrocidades na África enquanto as cometidas em outros lugares foram ignoradas. Até 2012, todos os sete casos abertos focavam líderes africanos. Os Cinco Permanentes do Conselho de Segurança parecem se inclinar na direção deste viés. Como princípio, a corte deve ser capaz de demonstrar imparcialidade. No entanto, dois factos atenuam estas críticas: 1) mais nações africanas fazem parte do tratado do que outras nações; e 2) a corte de facto conduziu acusações criminais em Iraque e Venezuela (os quais não levaram a processos).

Uma segunda e relacionada crítica é a de que a corte parece para alguns ser uma função do neocolonialismo, uma vez que o financiamento e alocação de pessoal são desproporcionais, favorecendo a União Europeia e Estados Ocidentais. Pode-se lidar com isto ao se espalhar o financiamento e o recrutamento de profissionais especializados de outras nações.

Terceiro, foi argumentado que o mínimo exigido para a qualificação de juízes precisa ser mais elevado, ao requerer conhecimento de direito internacional e experiência prévia em julgamento. É inquestionavelmente desejável que os juízes sejam do mais alto calibre possível e tenham experiência à altura. Quaisquer obstáculos que estejam no caminho para atingir este alto padrão precisam ser abordados.

Quarto, alguns afirmam que os poderes do procurador são muito amplos. Deve ser apontado que estes foram estabelecidos pelo Estatuto de Roma e demandariam retificação para serem alterados. Particularmente, alguns argumentaram que o procurador não deveria ter o direito de acusar pessoas cujas nações não são signatárias; entretanto, isso parece ser um mal-entendido, pois o estatuto limita acusações a signatários ou outras nações que concordaram com uma acusação mesmo sem serem signatárias.

Quinto, não há apelo a uma corte superior. Perceba que a Câmara de Pré-julgamento da corte deve concordar, baseada em provas, que uma acusação pode ser feita, e o réu pode apelar das suas conclusões para a Câmara de Apelos. Um caso assim foi mantido com sucesso por um acusado em 2014 e o caso foi arquivado. Contudo, pode ser digno de atenção considerar a criação de uma corte de apelos fora da ICC.

Sexto, há reclamações legítimas sobre falta de transparência. Muitas das sessões e procedimentos da corte são realizados em segredo. Embora possam existir razões legítimas para uma parte disso (proteção de testemunhas, entre outros), é necessário o mais alto grau de transparência possível e a corte precisa revisar seus procedimentos neste sentido.

Sétimo, alguns críticos defenderam que os padrões processuais não estão à altura dos mais altos padrões de exercício. Se este é o caso, precisam ser corrigidos.

Oitavo, outros argumentaram que a corte conquistou muito pouco em função da quantidade de dinheiro gasto, a ter obtido apenas uma condenação até o momento. Isto, no entanto, é um argumento pelo respeito da corte pelo processo e sua natureza inerentemente conservadora. Claramente, ela não promoveu caças às bruxas para cada pessoa horrível no mundo, mas mostrou comedimento admirável. Isso também é um testemunho à dificuldade de trazer essas acusações e reunir provas, por vezes anos depois do facto de massacres e outras atrocidades, especialmente em contextos multiculturais.

Por fim, as críticas mais pesadas recaíram sobre a corte e sua própria existência enquanto instituição transnacional; uma limitação implícita à soberania irrestrita dos Estados. Mas assim, também, é qualquer tratado, e são todos, a incluir o Estatuto de Roma, de entrada voluntária e pelo bem comum. O fim da guerra não pode ser

conquistado apenas por Estados soberanos. O registo dos milénios mostra nada além de fracasso nesse sentido. Instituições jurídicas transnacionais são uma parte necessária de um Sistema de Segurança Global Alternativo. É claro, a corte deve estar sujeita às mesmas normas as quais advogam para o resto da comunidade global, isto é, transparência, responsabilidade, procedimento legal ágil e adequado, e funcionários altamente qualificados. O estabelecimento da Corte Penal Internacional foi um passo importante em direção à construção de um sistema de paz funcional.

Precisa-se enfatizar que a ICC continua a ser uma instituição muito nova, a primeira iteração dos esforços de uma comunidade internacional em assegurar que os criminosos mais notórios do mundo não permaneçam impunes por seus crimes em massa. Até as Nações Unidas, que são a segunda iteração de segurança coletiva, ainda estão a evoluir e ainda precisa de uma reforma séria.

Organizações da sociedade civil estão na vanguarda dos esforços para reformas. A Coligação para a Corte Penal Internacional consiste em 2500 organizações da sociedade civil em 150 países a advogar por uma ICC justa, efetiva e independente, e por melhor acesso à justiça para vítimas de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. A Coligação de Organizações Americanas Não Governamentais pela Corte Criminal Internacional é uma coligação comprometida a advogar pelo apoio completo dos Estados Unidos à ICC e pela ratificação do Estatuto de Roma pelos Estados Unidos o mais cedo possível.[151]

Incentivar a conformidade com os tratados existentes

Tratados cruciais para o controlo da guerra que estão em vigor agora não são reconhecidos por algumas nações-chave. Em particular, a Convenção sobre a Proibição do Uso, Acumulação, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição não é reconhecido pelos Estados Unidos, Rússia e China. O Estatuto de Roma da Corte Criminal Internacional não é reconhecido pelos Estados Unidos, Sudão e Israel. A Rússia não ratificou-o. Índia e China têm ressalvas, assim como alguns outros membros da ONU. Enquanto os países em ressalva argumentam que a corte pode estar enviesada contra eles, a única razão plausível para uma nação não tornar-se parte do Estatuto é a de que ela reserva o direito de cometer crimes de guerra, genocídio, crimes contra a humanidade ou agressão, ou de definir tais atos como não condizentes com as definições comuns de tais atos. Estes Estados precisam ser pressionados por cidadãos globais a sentarem-se à mesa e jogar pelas mesmas regras que o resto da humanidade. Estados também devem ser pressionados a consentir com a legislação de direitos humanos e com as várias Convenções de Genebra. Os estados inobservantes, a incluir os EUA, precisam ratificar o Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares e reiterar a validade do existente Pacto de Kellogg-Briand, que já criminaliza a guerra.

A importância de exigir consentimento com os tratados existentes é demonstrada pela descarada falta de consentimento dos EUA no que se refere ao Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos da Criança no Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados (OPAC).[152]

O Artigo 3.3 do tratado obriga que o recrutamento militar de menores seja feito com o consentimento informado dos pais da criança ou guardiões legais. Enquanto isso, a juventude americana de escolas secundárias é muitas vezes obrigada a fazer exames de admissão militar durante horas escolares, sem o conhecimento ou permissão dos pais. Exames militares obrigatórios sem o OK da mãe e do pai são uma violação da Convenção. Apesar da robusta propaganda a dizer o oposto, as forças armadas americanas têm dificuldades de preencher suas fileiras e então sentem como necessário recorrer a métodos enganosos de recrutamento. Dados obtidos do Pentágono através de um pedido da Lei da Liberdade de Informação identificam mil escolas secundárias americanas que

---

[151] http://www.iccnow.org/; http://www.amicc.org/

[152] Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados: http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/OPACCRC.aspx

obrigam estudantes a fazer o exame de recrutamento nas forças armadas. Ele é encorajado veementemente em outras 11 000.

O Comité da ONU sobre os Direitos da Criança advertiu os Estados Unidos para que se certifiquem da natureza voluntária dos exames militares nas escolas secundárias, como adotado pelo Comité na sua 62º sessão (janeiro de 2013) acerca do Protocolo Opcional sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados.

O Comité também expressou alarme sobre o facto de crianças de escolas secundárias americanas estarem a ser involuntariamente colocadas no Corpo de Treinamento de Oficiais de Reserva Júnior, o programa JROTC. O comité pede aos Estados Unidos que assegurem que famílias e crianças sejam informadas adequadamente da natureza voluntária do programa JROTC. Em sua resposta ao comité, os EUA negaram a aplicação forçada de exames militares nas escolas e negaram a inserção involuntária de crianças no programa JROTC.[153]

Criar novos tratados

A situação em evolução sempre requisitará a consideração de novos tratados, as relações legais entre as diferentes partes. Dois que devem ser levantados imediatamente são:

1. Controlar gases com efeito de estufa

Novos tratados são necessários para lidar com as mudanças climáticas globais e suas consequências, particularmente um tratado que controle a emissão de todos os gases com efeito de estufa que inclua assistência às nações em desenvolvimento.

2. Abrir caminho para refugiados climáticos

Um tratado relacionado, porém separado, terá de lidar com os direitos de refugiados climáticos de migrar tanto internamente como internacionalmente. Isto aplica-se à urgência das mudanças climáticas em curso, mas também à atual crise de refugiados a emergir do Médio Oriente e Norte da África, onde políticas ocidentais atuais e históricas contribuíram imensamente para a guerra e violência. Enquanto existir a guerra, existirão refugiados. A Convenção das Nações Unidas sobre Refugiados obriga legalmente seus signatários a abrigar refugiados. Essa cláusula requer conformidade, mas dados os números esmagadores que serão envolvidos, faz-se necessário incluir cláusulas de assistência caso desejar-se evitar conflitos graves. Essa assistência pode ser uma parte de um Plano de Desenvolvimento Global, como descrito abaixo.

Estabelecer comissões verdade e reconciliação

Quando acontecem guerras civis ou entre estados, apesar das muitas barreiras que o Sistema de Segurança Global Alternativo impõe, os vários mecanismos delineados acima trabalharão rapidamente para trazer um fim às hostilidades explícitas, a restaurar a ordem. A seguir, caminhos para a reconciliação são necessários para garantir que não haja reincidência de violência direta ou indireta. Os seguintes processos são considerados necessários para a reconciliação:

- Descobrir a verdade sobre o que aconteceu
- Reconhecimento por parte do(s) infrator(es) acerca do dano causado
- Remorso expressado em desculpas à(s) vítima(s)
- Perdão
- Alguma forma de justiça
- Planeamento para evitar recorrência
- Retomar aspetos construtivos do relacionamento

[153] Veja mais em National Coalition to Protect Student Privacy em http://www.studentprivacy.org/child-soldier-protocol.html

- Reconstruir a confiança com o passar do tempo[154]

Comissões de Verdade e Reconciliação são uma forma de justiça transitória que oferecem um caminho alternativo a processos, e contra-ataca culturas de negação.[155] Elas já foram instauradas em mais de 20 países. Estas já trabalharam em muitas situações no Equador, Canadá, República Checa, e mais distintamente na África do Sul ao fim do regime do apartheid.[156] Estas comissões tomam o lugar de procedimentos penais e atuam para começar a restaurar a confiança para que a paz genuína, em vez de uma simples suspensão de hostilidades, possa de facto iniciar-se. A função delas é estabelecer os factos irregulares do passado cometidos por todos os atores, tanto os feridos quanto os infratores (que podem confessar em troca de clemência), com o objetivo de prevenir qualquer revisionismo histórico e remover quaisquer causas para uma nova eclosão de violência motivada por vingança. A exposição pública e oficial da verdade contribui para a cura pessoal e social; engaja a sociedade inteira no diálogo nacional; examina os males da sociedade que tornaram abusos possíveis, e proporciona um senso de propriedade pública no processo.[157]

O papel da Sociedade Civil Global e de ONGs internacionais

A sociedade civil normalmente engloba atores em associações profissionais, clubes, uniões, organizações baseadas em fé, organizações não governamentais (ONGs), clãs e outros grupos comunitários.[158] Estes são encontrados em grande parte a nível local/nacional e, juntamente a campanhas e redes da sociedade civil global, formam uma infraestrutura sem precedentes para contestar a guerra e o militarismo.

Em 1900, existia apenas um punhado de instituições civis globais, como a União Postal Universal e a Cruz Vermelha. Desde então, houve um crescimento surpreendente de organizações não governamentais internacionais dedicadas à construção e manutenção da paz. Há atualmente milhares dessas ONGs internacionais, a incluir organizações como: a Nonviolent Peaceforce, o Greenpeace, o Servicio Paz y Justicia, a Peace Brigades Internacional, a Liga Internacional de Mulheres Pela Paz e Liberdade, a Global Network of Women Peacebuilders, Veteranos Pela Paz, a Fellowship of Reconciliation, a Hague Appeal for Peace, a Global Campaign for Peace Education, o Gabinete Internacional Permanente para a Paz, o Muslim Peacemaker Teams, o Christian Peacemaker Teams, a Jewish Voice for Peace, a Oxfam International, o Médicos Sem Fronteiras, a Pace e Bene, o Fundo Ploughshares, a Nukewatch, o Centro Carter, o Conflict Resolution Center International, o Natural Step, a Cidades em Transição, a Associação das Nações Unidas, a Rotary International, a Women's Action for New Directions, a Peace Direct, o American Friends Service Committee e incontáveis outras menores e menos reconhecidas como o Blue Mountain Project ou a War Prevention Initiative. O Comité do Nobel da Paz reconheceu a importância das organizações da sociedade civil, a recompensar várias delas com o Prémio Nobel da Paz.

Um exemplo animador é a fundação do Combatants for Peace:

---

[154] Santa-Barbara, J. (2007). Reconciliação. Em: *Manual de estudos de paz e conflito*, editado por Webel, C. e Galtung, J. New York: Routledge. (173-86).

[155] Fischer, M. (2015). Justiça de transição e reconciliação: Teoria e Prática. Em *O Leitor de Resolução de Conflito Contemporâneo,* editado por Miall, H., Woodhouse, T., Ramsbotham, O. e Mitchell, C. Cambridge: Polity. (325-33).

[156]Reconciliação através da Justiça Reparadora: Análise do Processo de Verdade e Reconciliação da África do Sul - http://www.beyondintractability.org/library/reconciliation-through-restorative-justice-analyzing-south-africas-truth-and-reconciliation

[157] Fischer, M. (2015). Justiça de transição e reconciliação: Teoria e Prática. Em *O Leitor de Resolução de Conflito Contemporâneo,* editado por Miall, H., Woodhouse, T., Ramsbotham, O. e Mitchell, C. Cambridge: Polity. (325-33).

[158] Consulte Paffenholz, T. (2010). *Sociedade civil & construção da paz: uma avaliação crítica*. Boulder, CO: Lynne Ryner. Os estudos de caso neste livro examinam o papel dos esforços de construção da paz da sociedade civil em zonas de conflito como Irlanda do Norte, Chipre, Israel e Palestina, Afeganistão, Sri Lanka e Somália.

O movimento "Combatants for Peace" foi fundado por palestinos e israelitas em conjunto, que assumiram papel ativo no ciclo de violência; israelitas como soldados do exército israelitas (IDF) e palestinos como parte do combate violento pela liberdade palestina. Depois de brandir armas por tantos anos, e de termos visto um ao outro apenas através das miras das armas, nós decidimos largá-las e lutar pela paz.

Também podemos ver de que forma indivíduos como Jody Williams aproveitaram o poder da diplomacia-cidadã global para ajudar a comunidade internacional a concordar sobre o banimento de minas terrestres, ou como a delegação de diplomatas-cidadãos está a construir pontes entre pessoas entre russos e americanos no contexto das elevadas tensões internacionais em 2016.[159]

Esses indivíduos e organizações costuram o mundo num padrão de assistência e preocupação, a opor-se à guerra e injustiça e a trabalhar pela paz, justiça e economia sustentável.[160] Tais organizações não são apenas defensoras da paz; trabalham em campo para satisfatoriamente mediar, deliberar, ou transformar conflitos e construir a paz. Elas são reconhecidas como uma força global pelo bem. Muitas são creditadas às Nações Unidas. Apoiadas pela World Wide Web, elas são a prova de uma consciência planetária de cidadania emergente.

Intervenção não violenta: a utilização de forças civis de manutenção da paz

Por mais de 20 anos, forças civis treinadas, não violentas e desarmadas têm sido convidadas a intervir em conflitos ao redor do mundo, para fornecer proteção aos defensores dos direitos humanos e trabalhadores da paz ao manter uma presença física de alto nível e a acompanhar indivíduos ameaçados e organizações. Uma vez que essas organizações não são associadas a nenhum governo, e já que seus funcionários são atraídos de muitos países e não possuem outro objetivo além de criar um espaço seguro onde o diálogo pode acontecer entre partes divergentes, eles têm a credibilidade que falta aos governos nacionais.

Ao ser não violentos e desarmados, não oferecem ameaça física aos outros e podem ir onde pacificadores armados poderiam provocar um embate violento. Elas oferecem um espaço aberto, diálogo com autoridades governamentais e forças armadas, bem como criam uma conexão entre trabalhadores da paz locais e a comunidade internacional. Iniciada em 1981, a Peace Brigades International tem projetos vigentes na Colômbia, Guatemala, Honduras, Indonésia, Quénia, México e Nepal.
A Nonviolent Peaceforce foi fundada em 2000 e é sediada em Bruxelas. A NP possui quatro objetivos em seu trabalho: criar um espaço para a paz duradoura, proteger civis, desenvolver e promover a teoria e a prática de manutenção da paz civil desarmada, para que ela possa ser adotada como opção política pelos tomadores de decisão e instituições públicas, e construir o plantel de profissionais capazes de juntarem-se a equipas de paz

[159] O Center for Citizen Initiatives deu início a uma série de iniciativas e intercâmbios de cidadão para cidadão, apoiados pelas RP dos meios de comunicação social oficiais e pelas redes sociais nos Estados Unidos e na Rússia. Veja também: Tennison, S. (2012). *O poder das ideias impossíveis: Esforços extraordinários dos cidadãos comuns para evitar a crise internacional*. Odenwald Press.

[160] Para mais informações, consulte o livro sobre o desenvolvimento do enorme movimento anónimo *Blessed Unrest* (2007) de Paul Hawken.

através de atividades regionais, treinamento, e a manutenção de uma equipa de pessoas disponíveis e treinadas. A NP atualmente tem equipas nas Filipinas, Mianmar, Sudão do Sul e Síria.

Por exemplo, a Nonviolent Peaceforce opera atualmente em seu maior projeto na guerra civil do Sudão do Sul. Protetores civis desarmados acompanham com sucesso mulheres que coletam lenha em zonas de conflito, onde

Conheça a parceira de estudos e ação, Tiffany Easthom: diretora executiva da Nonviolent Peaceforce

os grupos em luta usam o estupro como arma de guerra. Três ou quatro protetores civis desarmados provaram ser 100% eficazes ao prevenir essas formas de estupros em tempos de guerra. Mel Duncan, cofundador da Nonviolent Peaceforce, narra outro exemplo do Sudão do Sul:

"[Derek e Andreas] estavam com 14 mulheres e crianças, quando a área onde estavam com estas pessoas foi atacada por uma milícia. Eles levaram as 14 mulheres e crianças para dentro de uma tenda, enquanto as pessoas do lado de fora foram baleadas à queima-roupa. Em três ocasiões, milícias rebeldes foram até Andreas e Derek e apontaram AKs47 às suas cabeças e disseram, 'precisam ir embora, queremos essas pessoas'. E em todas as três ocasiões, muito calmamente, Andreas e Derek mostraram seus distintivos da Nonviolent Peaceforce e disseram: 'nós estamos desarmados, estamos aqui para proteger civis e não iremos embora'. Após a terceira vez a milícia partiu e as pessoas foram poupadas".

Tais histórias trazem à tona a questão do risco para os pacificadores civis desarmados. Um certamente não pode criar um cenário mais ameaçador que o anterior. Mesmo assim, a Nonviolent Peaceforce teve cinco feridos relacionados a conflitos - três dos quais foram acidentais - em treze anos de operações. Ademais, é seguro afirmar que uma proteção armada no exemplo descrito teria resultado nas mortes de Derek e Andreas, bem como nas daqueles que eles almejavam proteger.

Estas e outras organizações, como a Christian Peacemaker Teams, fornecem um modelo que pode ser utilizado em maior escala para substituir a manutenção da paz armada e outras formas de intervenção violenta. Elas são um exemplo perfeito do papel que a sociedade civil já está a desempenhar na manutenção da paz. Além de fornecer proteção física e participar no processo de diálogo, estes grupos contribuem para a própria reconstrução do tecido social em zonas de conflito.

Até o momento, esses esforços cruciais são mal reconhecidos e pouco financiados. Eles precisam ser sancionados completamente pela ONU e outras instituições, bem como pelo direito internacional. Esses estão entre os esforços mais promissores para proteger civis, criar espaço para a sociedade civil e contribuir para a paz duradoura.

Criar uma força de defesa civil não violenta

O estudioso da não-violência Gene Sharp vasculhou a história para encontrar e registar centenas de métodos que foram usados com êxito para impedir a opressão. A sua pesquisa o levou à idealização da Defesa com Base Civil (CBD); um sistema alternativo que poderia desempenhar as funções de "segurança" supostamente fornecidas pelo sistema de guerra. CBD:

> "... indica defesa pelos civis (contrário às equipas militares) a utilizar meios civis de resistência (contrário aos meios militares e paramilitares). Esta é uma política cuja intenção é dissuadir e derrotar invasões militares estrangeiras, ocupações e usurpações internas".[161] Esta defesa "deve ser conduzida pela população e suas instituições sobre uma base de preparação prévia, planeamento e treinamento".
>
> Esta é uma "política [na qual] toda a população e as instituições das sociedades tornam-se forças de combate. Suas armas consistem numa vasta variedade de formas de resistência psicológica, económica, social, política e de contra-ataque. Esta política almeja dissuadir ataques e defender contra eles através de preparações a fim de tornar a sociedade ingovernável por aspirantes a tiranos e agressores. A população treinada e as instituições da sociedade estariam preparadas para negar aos atacantes seus objetivos e tornar a consolidação do controlo político impossível. Estas metas seriam atingidas com o emprego de uma não colaboração e de desafios enormes e seletivos.
>
> Além disso, onde for possível, o país defensor teria o objetivo de criar o máximo de problemas internacionais aos atacantes e de subverter a fiabilidade das tropas e funcionários deles". (Gene Sharp, autor, fundador da Albert Einstein Institution).

O dilema enfrentado por todas as sociedades desde a invenção da guerra, a saber, de ou submeter-se ou tornar-se uma imagem espelhada do agressor que ataca, é resolvido pela CBD. Tornar-se tanto ou mais belicoso que o agressor está baseado no facto de que parar o agressor requer coerção. A CBD aplica uma força coerciva poderosa que não pressupõe ação militar.

Na CBD, toda cooperação é suspensa ao poder invasor. Nada funciona. As luzes não ligam, nem o aquecimento, o lixo não é recolhido, o sistema de trânsito não funciona, cortes param de funcionar, e o povo não obedece ordens. Foi isto que aconteceu no “Kapp Putsch” em Berlim em 1920, quando um aspirante a ditador e seu exército particular tentaram assumir o comando. O governo anterior fugiu, mas os cidadãos de Berlim tornaram a governabilidade tão impossível que, mesmo com poder militar esmagador, o golpe colapsou em semanas. Todo o poder não vem do cano de uma arma.

Em alguns casos, sabotagem contra propriedades do governo seriam consideradas apropriadas. Quando o exército francês ocupou a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, os trabalhadores ferroviários alemães inutilizaram motores e destruíram trilhos para impedir os franceses de mover tropas facilmente para confrontar manifestações de grande escala. Se um soldado francês entrasse num vagão, o condutor recusava-se a colocá-lo em movimento.

Duas realidades vitais apoiam a CBD; primeiro, a que todo poder vem de baixo – qualquer governo existe por consentimento dos governados e este consentimento pode sempre ser revogado, causando o colapso de uma

---

[161] Sharp, G. (1990). *Defesa baseada em civis: Um sistema de armas pós-militares*. Hiperligação para o livro completo: http://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2013/09/Civilian-Based-Defense-English.pdf.

elite governante. Segundo, se uma nação é vista como ingovernável, devido a uma força CBD robusta, não há razão para tentar conquistá-la. Uma nação defendida por poder militar pode ser derrotada em guerra por um poder militar superior. Existem inúmeros exemplos. Também existem exemplos de pessoas a se levantar e se defender de governos ditatoriais cruéis através de resistência não violenta, a começar pela libertação de um poder ocupante na Índia pelo movimento do poder popular de Gandhi, ou com a queda do regime de Marcos nas Filipinas, as ditaduras apoiadas pelos soviéticos na Europa Oriental, e a Primavera Árabe, para nomear apenas alguns dos exemplos mais notáveis.

Numa CBD, todos os adultos capazes são treinados em métodos de resistência.[162] Um corpo de reserva permanente de milhões é organizado, tornando a nação tão forte em sua independência que ninguém pensaria em tentar conquistá-la. Um sistema CBD é amplamente divulgado e totalmente transparente a adversários. Um sistema CBD custaria uma fração da quantidade gasta atualmente para financiar um sistema de defesa militar. A CBD pode oferecer defesa efetiva dentro do sistema de guerra, enquanto é um componente essencial de um sistema de paz robusto. Certamente, pode-se argumentar que a defesa não violenta deve transcender a abordagem Estado-nação como uma forma de defesa social, uma vez que a nação em si frequentemente é um instrumento de opressão contra existência física ou cultural de povos.[163]

Como observado anteriormente, conhecimentos comprovados cientificamente defendem que a resistência civil não violenta possui o dobro de hipóteses de êxito comparada a movimentos que utilizam violência. A conhecimento contemporâneo, em teoria e prática, é o que faz o ativista de longa data do movimento da não-violência e académico George Lakey esperançoso por um papel forte da CBD. Ele declara: "se os movimentos de paz do Japão, Israel e dos Estados Unidos escolherem basear-se em meio século de trabalho estratégico e elaborarem uma alternativa séria para a guerra, certamente desenvolverão a preparação e o treinamento e ganharão a atenção dos pragmáticos nas suas sociedades."[164]

Propostas para começar de novo: abordagens alternativas para a governação global humanitária

Estabelecer um novo paradigma de segurança exige pensamento crítico e atenção ao que existe e ao que pode vir a ser. Nós demos atenção significante à reforma das Nações Unidas, nossa atual e mais promissora forma de governação global. No entanto, devemos considerar também os fracassos da ONU, muitos dos quais originam-se dos problemas inerentes ao modelo de segurança coletiva para manutenção ou restauração da paz. Este alicerce pode ser muito forte para ser superado, então devemos considerar também formas novas e alternativas de governação global para cumprir a função crítica de criar e manter a paz.

Problemas inerentes à segurança coletiva

As Nações Unidas são baseadas no princípio da segurança coletiva, isto é, quando uma nação ameaça ou inicia agressão, as outras nações mobilizarão uma força preponderante para agir preventivamente, ou como uma solução prematura para uma invasão ao derrotar o agressor no campo de batalha. Isto é, claro, a solução militar, a ameaçar ou a executar uma guerra maior para desencorajar ou impedir uma guerra menor. O principal exemplo – a Guerra da Coreia – foi um fracasso. A guerra arrastou-se por anos e a fronteira continua pesadamente militarizada. Na verdade, a guerra nunca foi formalmente terminada. A segurança coletiva é simplesmente um ajuste no sistema existente de utilizar a violência para tentar combater a violência. Com efeito, é necessário um mundo militarizado para que a organização mundial tenha exércitos aos quais pode recorrer. Além disso, embora

---

[162] Consulte Gene Sharp, The Politics of Nonviolent Action, e Making Europe Unconquerable, e Civilian Based Defense, entre outros trabalhos. Uma brochura, Da Ditadura à Democracia, foi traduzida para árabe antes da Primavera Árabe.
[163]Veja Burrowes, R., J. (1996). *A estratégia de defesa não violenta: Uma abordagem gandhiana para uma abordagem abrangente da defesa não violenta*. O autor considera que o CBD tem falhas estratégicas.
[164] Veja George Lakey: O Japão precisa realmente de expandir as suas forças armadas para resolver o seu dilema de segurança? http://wagingnonviolence.org/feature/japan-military-expand-civilian-based-defense/

a ONU seja teoricamente baseada nesse sistema, ela não é projetada para executá-lo, uma vez que não tem nenhum dever de fazê-lo quando conflitos acontecem. Ela possui apenas uma oportunidade de agir e esta é debilitada rigorosamente pelo veto do Conselho de Segurança. Os cinco membros privilegiados podem, e frequentemente fazem, o exercício de suas próprias agendas nacionais, em vez de concordar em cooperar pelo bem comum. Isto explica parcialmente o porquê da ONU ter falhado ao conter tantas guerras desde a sua fundação. Isto, junto a suas outras fraquezas, explica o porquê de algumas pessoas pensarem que a humanidade precisa começar de novo com uma instituição muito mais democrática que possui o poder de promulgar e fazer cumprir legislação estatutária, e promover a resolução pacífica de conflitos.

Princípios da governação global humanitária

"A busca contemporânea por governação humanitária aprofunda-se em esforços afins do passado, enquanto enraíza-se num presente que se desenrola e, acima de tudo, almeja o alcance de um futuro imaginado. A ideia de governação humanitária em si é uma maneira de expressar esse processo que é sensível às carências, conquistas e tentativas na direção do aprimoramento humano neste planeta."
– Richard Falk, professor de Direito Internacional

Richard Falk, um colaborador inicial para o World Orders Model Project (carinhosamente conhecido como WOMP), defendeu que a busca por governação global humanitária era um "projeto normativo", tal que "propõe uma comunidade imaginada para toda a humanidade a qual supera os aspetos mais problemáticos do atual cenário mundial".[165] O WOMP pretendia examinar e projetar novos modelos de ordem mundial alicerçados em quatro valores fundamentais: 1) paz, 2) bem-estar económico, 3) justiça política e social e 4) sustentabilidade ambiental. Estes valores de ordem mundial identificam os propósitos e funções da governação global e servem como critérios pelos quais avaliar abordagens alternativas. Falk sugeriu que este projeto normativo tem dez dimensões – muitas das quais foram mencionadas na nossa descrição do sistema de segurança global.

As dez dimensões do "projeto normativo" de governação humanitária

1. Domesticar a guerra
2. Abolir a guerra
3. Responsabilizar indivíduos
4. Segurança coletiva
5. Estado de direito
6. Políticas revolucionárias não violentas
7. Direitos humanos
8. Gestão da natureza
9. Cidadania positiva
10. Democracia cosmopolita

A World BEYOND War e outras redes adotaram visões e estruturas para governação global que abordam muitas dessas dimensões. A proposta de projeto pela Global Emergency Assembly da Earth Federation e da World BEYOND War está apresentada abaixo.

[165] Veja: Falk, R. (1995). *Sobre gestão humana: Em direção a uma nova política global*. University Park, PA: Penn State University Press.

A Federação da Terra e a Constituição da Terra

A World Constitution and Parliament Association (WCPA), fundada em 1958, elaborou a Constituição para a Federação da Terra[166] que foi ratificada em 1977 na World Constituent Assembly e atualizada em 1991. Desde então, a WCPA tem defendido a sua ratificação por todo o mundo.

"O princípio de unidade na diversidade é a base para uma nova era quando a guerra será proibida e a paz prevalecerá; quando a totalidade dos recursos da Terra forem usados equitativamente para o bem-estar humano; e quando direitos e responsabilidades humanas básicas forem partilhados por todos sem discriminação."
– Preâmbulo da Constituição da Terra

O Artigo 1 da Constituição da Terra descreve as amplas funções da Federação da Terra:

1. Evitar guerras, garantir o desarmamento e resolver disputas territoriais e outras que representem perigo aos direitos humanos e à paz.
2. Proteger os direitos humanos universais, a incluir a vida, liberdade, segurança, democracia e oportunidades iguais na vida.
3. Conquistar para todas as pessoas na terra as condições necessárias para o desenvolvimento económico e social equitativo e para a diminuição de diferenças sociais.
4. Regulamentar o comércio mundial, comunicações, transportes, moedas, padrões, uso dos recursos do mundo e outros processos internacionais e globais.
5. Proteger o meio ambiente e a estrutura ecológica da vida de todas as fontes de dano, bem como controlar inovações tecnológicas cujos efeitos transcendem limites nacionais, com o propósito de manter a Terra um lar seguro, saudável e feliz para a humanidade.
6. Elaborar e implementar soluções para todos os problemas que estão além da capacidade de governos nacionais, ou que são ou podem vir a ser fontes de preocupação ou consequências internacionais ou globais.

O Artigo 2 descreve a estrutura básica, a postular que a Federação da Terra será universal para todas as nações e povos; será estruturalmente não militar e democrática; com autoridade limitada a "problemas e assuntos os quais transcendem limites nacionais, a deixar a cargo dos governos nacionais a jurisdição sobre assuntos internos das respetivas nações, mas consistente com a autoridade do Governo Mundial de proteger os direito humanos universais como definido nesta Constituição Mundial". A Constituição é rica em detalhes, com descrição de órgãos específicos, poderes e meios de aplicação. Um Parlamento Mundial, a funcionar como órgão legislativo, é constituído de três câmaras:

1. Uma Casa dos Povos (com 1000 distritos eleitorais a representar todos os povos em todos os lugares).
2. Uma Casa das Nações (a preservar a identidade e a integridade de cada nação).
3. Uma Casa de Conselheiros (200 representantes de todo o mundo a representar a totalidade do planeta).

O parlamento é apoiado por 4 agências principais:

---

[166] Leia a Constituição da Federação da Terra ("A Constituição da Terra") na íntegra aqui: http://earth-constitution.org/constitution/english/

1. O Executivo Mundial (comandado por 5 pessoas eleitas, uma de cada continente), sem nenhum poder militar e incapaz de suspender a Constituição. O Executivo Mundial (com a ajuda do Serviço Civil Mundial) comanda o Complexo integrador (dedicado à coordenação de todas as agências de governo) e a Administração Mundial (departamentos necessários para lidar com todos os assuntos mundiais como determinado pelo Parlamento Mundial).
2. O Judiciário Mundial (um sistema de Suprema Corte Mundial com jurisdição universal e oito setores especializados).
3. O Sistema de Execução com Polícia Mundial e Procuradores-gerais (comandado por cinco pessoas escolhidas de cada divisão continental), que aplica a lei mundial usando apenas armas necessárias para apreender indivíduos.
4. O Mediador mundial é gerido por cinco pessoas escolhidas de cada divisão continental (uma agência mundial inteira dedicada à proteção e à promoção de direitos humanos em todos os lugares da Terra).

Proposta por uma Assembleia Global de Emergência

Outra estrutura de governação mundial é a visão da World BEYOND War para uma Assembleia Global de Emergência (GEA)[167]. Embora seja um trabalho em andamento, nós compartilhamos uma breve síntese dele aqui, juntamente às propostas acima, com o desejo de estimular pensamentos alternativos tão necessários às abordagens de governação global.

A GEA foi concebida para substituir as Nações Unidas e instituições relacionadas. O projeto da GEA equilibra a representação de nações com a representação de povos, engajando também a governos locais e provinciais que tentem ser mais representativos que os nacionais. A GEA não favorece, em sua estrutura, nenhum governo existente em detrimento de qualquer outro, ou cria leis que impactem outros governos, negócios ou indivíduos além do que seja *necessário para evitar uma catástrofe global*.

A GEA consiste em dois órgãos representativos, uma organização educacional-científica-cultural e diversos comités menores. A Assembleia dos Povos (PA) consiste em 5000 membros, cada um a representar a população de uma área geográfica coerente com uma população de eleitores quase equivalente. Membros da PA são eleitos com máxima participação, justiça, transparência, variedade e verificabilidade. A Assembleia das Nações (NA) consiste em aproximadamente 200 membros, cada qual a representar um governo nacional. Membros cumprem mandatos de dois anos com eleições ou indicações em anos de números pares. Membros da NA são eleitos ou indicados por públicos nacionais, órgãos governamentais ou gestores como cada nação determinar.

Uma instituição democrática global sem um exército ou o poder de mobilizar exércitos não deve ameaçar interesses nacionais, e sim permitir às nações os meios para contornar suas próprias fraquezas. Governos que escolham não se juntar serão deixados de fora da tomada de decisões globais. Governos nacionais serão impedidos de se juntar à NA a menos que seu povo e governos regionais e locais tenham liberdade completa para participar da PA e financiá-la.

A Organização Científica e Cultural Educacional da GEA (GEAESCO) é supervisionada por um conselho de cinco membros que servem mandatos de 10 anos escalonados e eleitos pelas duas assembleias – as quais reservam o poder de remover e substituir membros do conselho do GEAESCO.

---

[167] A Assembleia de Emergência Global foi apresentada como uma inscrição para o Prémio Desafios Globais administrado pela Fundação Desafios Globais. A World BEYOND War está a trabalhar para aprimorar esta visão. São disponibilizadas cópias da proposta completa e mais detalhada mediante solicitação.

Membros de ambas assembleias e da GEAESCO são obrigados a obter treinamento em comunicação não violenta, resolução de conflitos e métodos de diálogo/deliberação para o bem comum.

As assembleias identificam assuntos e problemas globais/comuns a serem abordados. Exemplos podem ser guerra, destruição ambiental, fome, doenças, crescimento populacional, imigração e desalojamento em massa. A GEAESCO faz recomendações para cada projeto, bem como identifica áreas do mundo que estão a obter maior sucesso ao trabalhar em cada projeto. Membros da assembleia vindos destas áreas do mundo terão a primeira opção de juntar-se aos comités relevantes. Comités de 45, a incluir 30 membros da PA e 15 membros da NA, seguem o trabalho da GEA em projetos específicos. A GEAESCO também é encarregada de organizar uma competição anual para o desenvolvimento das melhores criações educacionais, científicas ou culturais na área de cada projeto.

A GEA mantém cinco locais de reunião ao redor do mundo, a alternar reuniões da assembleia entre eles, e a permitir aos comités encontrarem-se em múltiplas localidades conectadas por áudio e vídeo. Ambas assembleias tomam decisões através de voto público, registado e maioritário, e juntas têm o poder de criar (ou dissolver) comités e de delegar trabalho às comunidades.

Os recursos da GEA advêm de pagamentos feitos por governos locais e regionais, mas não nacionais. Tais pagamentos são obrigatórios para que os residentes de qualquer jurisdição participem, e são determinados baseados na habilidade de pagar.

A GEA busca conformidade com leis globais e participação em projetos globais por parte dos governos em todos os níveis, bem como negócios e indivíduos. Ao fazê-lo, ela é obrigada por sua constituição a renunciar ao uso de violência, a ameaça de violência, a sanção da violência, ou qualquer cumplicidade em preparações para o uso de violência. A mesma constituição exige o respeito aos direitos de gerações futuras, de crianças e do meio ambiente.

As ferramentas para criar obediência incluem pressão moral, exaltação e condenação; posições em comités para as áreas do mundo que estão a desempenhar melhor no trabalho relevante; recompensas na forma de investimentos; punições na forma de liderar e organizar desinvestimentos e boicotes; a prática de justiça reparadora em audiências de mediação e acusação; a criação de comissões de verdade e reconciliação; e a sanção máxima de banimento da representação na GEA. Muitas dessas ferramentas são implementadas pela Corte da GEA, cujos painéis de juízes são eleitos pelas assembleias da GEA.

CRIAR UMA CULTURA DE PAZ

Resumo executivo

O Artigo 2 da Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz da ONU constata que "o progresso no desenvolvimento de uma mais completa cultura de paz advém de valores, atitudes, formas de comportamento e meios de vida propícios para a promoção da paz entre indivíduos, grupos e nações". Estes são os elementos essenciais buscados por este componente do nosso sistema. Uma cultura de paz também ajuda-nos a estabelecer a perspetiva e os princípios orientadores do mundo que preferimos e desejamos. No nosso ativismo engajado é fácil direcionar nossa energia quase completamente na direção da qual opomo-nos; isso é feito ao custo de projetar e de refletir sobre as alternativas. Estruturas exploradas anteriormente, a incluir a segurança comum, segurança humana, segurança ecológica e não-violência, compreendem os critérios éticos e normativos para avaliar as abordagens e estratégias alternativas descritas através deste livro. Nesta secção começamos a identificar e contar a "nova história" e evoluções pacíficas que têm emergido. Essas tendências positivas nos dão esperança e inspiração que uma mudança pacífica é certamente possível. Os esforços educacionais de apoio à cidadania planetária estabelecem uma base de interligação e interdependência no seio do nosso planeta comum. A educação formal e não formal sobre a paz conjuntamente com a investigação sobre a paz são instrumentos essenciais para a produção do "software" do nosso sistema de paz. Nesta secção também apresentamos e preconizamos um jornalismo responsável sobre a paz; uma abordagem proativa à reportagem jornalística que enfatiza a clarificação das causas subjacentes ao conflito, enquadra os conflitos em termos da sua complexidade, e procura divulgar iniciativas de paz frequentemente ignoradas pela imprensa convencional. Por último, examinamos o papel e o potencial da religião como instrumento de construção da paz – e não como causa de violência, e destacamos a construção da paz liderada pelos jovens como a mais recente contribuição para este componente, porque os jovens são fundamentais para a mudança cultural (ver "O Papel da Juventude na Paz e Segurança") na adenda do livro.

Recomendações estratégicas de políticas e de ação

Incentivar a adoção de planos de ação locais, estatais e nacionais de apoio à realização dos princípios da Declaração e Programa de Ação das Nações Unidas sobre uma Cultura de Paz.

Apoiar o desenvolvimento de programas de formação que incentivem a compreensão da cidadania planetária.

Proporcionar um maior financiamento para a investigação sobre a paz.

Defender a universalização da educação para a paz em todos os contextos formais e não formais e de instituições de formação de professores.

Apoiar os meios de comunicação social responsáveis que promovem o jornalismo de paz.

Divulgar "A Nova História" que está a surgir.

Incentivar a promoção e a construção da paz por motivos religiosos.

Aumentar ainda mais o papel e a participação dos jovens no processo de tomada de decisões de

Muitas das abordagens aqui descritas referem-se ao que Thomas Merton chamou "o clima de pensamento": os valores e contextos atuais que normalizam a violência na sociedade.

Estabelecer uma Cultura de Paz

"Colocando em termos o mais simples possível, uma cultura de paz é uma cultura que promove a diversidade pacífica. Tal cultura inclui formas de vida, padrões de crença, valores, comportamentos e arranjos institucionais que promovem o cuidado mútuo e o bem-estar, bem

como uma igualdade que inclui a valorização da diferença, a gestão e a partilha equitativa dos recursos... Oferece segurança mútua para a humanidade em toda a sua diversidade através de um profundo sentido de identidade das espécies, bem como de afinidade com o planeta vivo. Não há necessidade de violência".
– Elise Boulding (fundadora dos Estudos de Paz e Conflito)

Uma cultura de paz é o contraste com uma cultura guerreira, também conhecida como uma sociedade dominadora, onde os deuses guerreiros instruem o povo a criar hierarquias de posto para que os homens dominem outros homens ou as mulheres; há competição constante e frequente violência física, e a natureza é vista como algo a ser conquistado. Numa cultura guerreira, a segurança é apenas para aqueles indivíduos ou nações que estão no topo, desde que possam lá permanecer. Nenhuma sociedade é inteiramente uma cultura ou outra, mas no mundo de hoje a inclinação é para as sociedades guerreiras, tornando necessário o crescimento de uma cultura de paz se a humanidade pretende sobreviver. As sociedades que educam os seus filhos para a agressividade tornam as guerras mais prováveis, e num círculo vicioso, as guerras fazem com que as pessoas sejam socializadas para a agressão.

"Toda a relação de domínio, de exploração, de opressão é, por definição, violenta, quer a violência seja ou não expressa por meios drásticos. Numa relação deste tipo, dominador e dominado são reduzidos a coisas – o primeiro desumanizado por um excesso de poder, o segundo por uma falta dele. E as coisas não podem amar".
- Paulo Freire (educador popular brasileiro)

Em 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou um Programa de Ação para uma Cultura de Paz.[168] O Artigo I descreve-o melhor:

Uma cultura de paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições e padrões de comportamento e modos de vida baseados em:

1. Respeito pela vida, fim da violência e promoção e prática da não-violência através da educação, diálogo e cooperação.
2. Pleno respeito pelos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e não intromissão em matérias que são essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, de acordo com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional.
3. Pleno respeito e promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.
4. Compromisso para a resolução pacífica de conflitos.
5. Esforços para atender às necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras.
6. Respeito e promoção do direito ao desenvolvimento.
7. Respeito e promoção da igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens.
8. Valorização e promoção da igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens.

---

[168] Os valiosos ideais das Nações Unidas e sua iniciativa de Cultura de Paz precisam ser reconhecidos, apesar da imperfeição organizacional da ONU descrita anteriormente.

9. Adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e compreensão em todos os níveis da sociedade e entre nações, fomentada por um ambiente nacional e internacional favorável à paz.

A Assembleia Geral identificou oito áreas de ação:

1. Fomentar uma cultura de paz através da educação.
2. Promover o desenvolvimento económico e social sustentável.
3. Promover o respeito por todos os direitos humanos.
4. Assegurar a igualdade entre mulheres e homens.
5. Fomentar a participação democrática.
6. Fomentar a compreensão, a tolerância e a solidariedade.
7. Apoiar a comunicação participativa e a livre circulação de informação e conhecimento.
8. Promover a paz e a segurança internacionais.

O Movimento Global para a Cultura de Paz é uma parceria de grupos da sociedade civil que se uniram para promover uma cultura de paz. Parte do trabalho consiste em contar uma nova história.

Conheça o embaixador Anwarul Chowdhury, parceiro de Estudo e Ação: cultivando uma Cultura Global de Paz

Contar uma nova história

"As crises mais profundas vividas por qualquer sociedade são aqueles momentos de mudança em que a história se torna inadequada para satisfazer as exigências de sobrevivência de uma situação atual".
– Thomas Berry ("estudioso da Terra")

Fundamental para o desenvolvimento de uma cultura de paz é a narração de uma nova história sobre a humanidade e a Terra. A velha história, adorada pelos governos e por demasiados jornalistas e professores, é que o mundo é um lugar perigoso, que a guerra sempre esteve connosco, é inevitável, está nos nossos genes e é boa para a economia, que a preparação para a guerra assegura a paz, que é impossível acabar com a guerra, que a economia global é uma competição de "cada um por si" e que se não se ganha é porque se perde, os recursos são escassos e se queremos viver bem é preciso agarrá-los, muitas vezes à força, e que a natureza é simplesmente uma mina de matérias-primas. Esta história é uma perspetiva determinista fatalista e inevitável que afirma ser realista mas que, na realidade, não passa de um pessimismo derrotista.

Na antiga narrativa, a história é apresentada como sendo pouco mais do que uma sucessão de guerras. Como diz o educador para a paz, Darren Reiley:

> "A *premissa de que a guerra é uma força natural e necessária do progresso humano está profundamente enraizada e continua a ser reforçada pela forma como ensinamos história. Nos Estados Unidos, as normas de conteúdos para o ensino de história americana funcionam desta forma: 'causa e consequências da Guerra Revolucionária Americana, a Guerra de 1812, a Guerra Civil, a Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão (e como terminou a Segunda Guerra Mundial), Direitos Civis, guerra, guerra, guerra'. Ensinada desta forma, a guerra torna-se o motor inquestionável da mudança social, mas é uma premissa que precisa de ser posta em causa, caso contrário, os estudantes a tomarão como verdade".*

Todos os esforços cooperativos da humanidade, os longos períodos de paz, a existência de sociedades pacíficas, o desenvolvimento de competências de resolução de conflitos e as notáveis histórias de sucesso de não-violência são todos ignorados na narrativa tradicional do passado que só pode ser descrita como "belicista". Felizmente, historiadores do Conselho de Investigação da Paz na História e outras partes começaram a rever esta visão, trazendo à luz a realidade da paz na nossa história.

Há uma nova narrativa, apoiada pela ciência e pela experiência. Na realidade, a guerra é uma invenção social relativamente recente. Nós, humanos, estamos por aqui há mais de 100 000 anos, mas existem poucas provas de guerra, e certamente de guerra entre estados, que remontam a muito mais de 6 000 anos, muito poucos casos conhecidos de atividades bélicas datadas de há 10 000 anos, e nenhuma anterior.[169] Estivemos sem guerra durante 95% da nossa história, o que indica que a guerra não é genética, mas cultural. Mesmo durante o pior período de guerras a que assistimos, o século XX, houve muito mais paz entre estados da comunidade mundial do que guerra. Por exemplo, os EUA combateram a Alemanha durante seis anos, mas estiveram em paz com esta durante noventa e quatro anos, com a Austrália durante mais de cem anos, com o Canadá durante muito mais tempo, e nunca estiveram em guerra com o Brasil, Noruega, França, Polónia e Birmânia. A maioria das pessoas vive em paz a maior parte das vezes. Michael Nagler, do Metta Center for Nonviolence, sugere que estamos a viver no meio de um sistema de paz global em desenvolvimento.[170]

A narrativa anterior definia a experiência humana em termos de materialismo, ganância e violência num mundo onde indivíduos e grupos se encontram alienados uns dos outros e da natureza. A nova narrativa é uma história de pertença e de relações de cooperação. Alguns chamaram-lhe a história de uma "sociedade de cooperação" em desenvolvimento. É a história de uma constatação emergente de que somos uma única espécie – a humanidade – a viver numa generosa teia de vida que nos proporciona tudo o que precisamos para viver. Cooperamos uns com

---

[169] Não há uma única fonte de autoridade a fornecer evidências para o nascimento da guerra. Inúmeros estudos arqueológicos e antropológicos fornecem intervalos de 12 000 a 6000 anos ou menos. Aderimos à conclusão generalizada de que há evidências arqueológicas escassas e a desaparecer rapidamente de violência letal em grupo num período anterior a 10 000 anos atrás. Iria além do escopo deste livro entrar no debate. Uma boa visão geral das fontes selecionadas é fornecida por: Horgan, J. (2012). *O fim da guerra.* San Francisco, CA: McSweeney's.

[170] https://vimeo.com/226301433

os outros e com a Terra para a vida. O que enriquece a vida não são meros bens materiais, embora seguramente seja necessário assegurar um mínimo, mas sim trabalho e relacionamentos frutíferos baseados na confiança e no serviço mútuo. Trabalhando juntos, temos o poder de criar o nosso próprio destino. Não estamos condenados ao fracasso.

O Metta Center for Nonviolence apresenta quatro propostas que ajudam a definir a nova história:

- A vida é um todo interligado de valor inestimável.
- Não podemos ser satisfeitos por um consumo indefinido de coisas, mas antes por uma expansão potencialmente infinita das nossas relações.
- Nunca podemos magoar os outros sem nos ferirmos.
- A segurança não surge de... derrotar "inimigos"; só pode advir de... transformar inimigos em amigos.[171]

A inaudita revolução de paz dos tempos modernos

Surpreendentemente, se olharmos para os últimos 200 anos da História, vemos não só a industrialização da guerra, mas também uma fortíssima tendência em direção a um sistema de paz e o desenvolvimento de uma cultura de paz, uma verdadeira revolução. Começando com o surgimento de organizações baseadas nos cidadãos empenhadas em livrarem-se da guerra no início do século XIX, são claramente visíveis cerca de 28 tendências que conduzem a um sistema de paz global em desenvolvimento. Entre estas encontram-se as seguintes: o surgimento de tribunais internacionais (a começar pelo Tribunal Internacional de Justiça em 1899); a criação de instituições parlamentares internacionais para controlar a guerra (a Liga das Nações em 1919 e a ONU em 1945); a criação de forças internacionais de manutenção da paz sob os auspícios da ONU (os Capacetes Azuis) e outras organizações internacionais como a União Africana, destacadas em dezenas de conflitos em todo o mundo há mais de 50 anos; o surgimento do conceito de luta não violenta como substituto da guerra, a começar por Gandhi, levada a cabo por King, aperfeiçoada nas lutas para derrubar o Império Comunista da Europa Oriental, Marcos nas Filipinas, e Mubarak no Egito e noutros locais (até utilizada com sucesso contra os nazis); a invenção de novas técnicas de resolução de conflitos conhecidas como negociação não contraditória, negociação de ganhos mútuos, ou win-win; o desenvolvimento da investigação e educação para a paz, incluindo a rápida disseminação de instituições e projetos de investigação e educação para a paz em centenas de faculdades e universidades de todo o mundo; e o movimento de conferências para a paz, por ex., a Conferência Anual de Estudantes do Instituto Wisconsin e a Conferência Anual de Outono, a Conferência Anual da Associação de Estudos de Paz e Justiça, a Conferência Bienal da Associação Internacional de Investigação da Paz, a Conferência Anual de Paz de Pugwash, a Conferência Anual NoWar da WORLD BEYOND WAR, e muitas outras.

Para além destes desenvolvimentos, outros avanços no sentido de uma cultura de paz incluem: um volume crescente de literatura sobre a paz – centenas de livros, revistas e milhares de artigos – e jornalismo de paz que desconstrói a propaganda de guerra nos meios de comunicação social; a propagação global da democracia (é um facto que as democracias tendem a não se atacar mutuamente); o desenvolvimento de grandes regiões de paz estável, especialmente na Escandinávia, EUA/Canadá/México, América do Sul, e agora Europa Ocidental – onde a guerra futura é impensável ou altamente improvável, e o declínio do racismo e dos regimes do apartheid bem como o fim do colonialismo político. Estamos, de facto, a assistir ao fim do império. O império está a tornar-se uma impossibilidade devido à guerra assimétrica, à resistência não violenta e aos custos astronómicos que levam à falência do Estado Imperial.

Esta revolução de paz é promovida pela contínua erosão da soberania nacional devido à globalização; os Estados-nação já não podem excluir imigrantes, ideias, tendências económicas, organismos de doenças, mísseis balísticos intercontinentais, e informação. Outros avanços incluem o desenvolvimento do movimento mundial de mulheres: a educação e os direitos das mulheres têm-se propagado rapidamente no século XX. A educação das raparigas é o

[171] http://mettacenter.org/about/mission/

que podemos fazer de mais importante para assegurar um desenvolvimento económico sólido. Outros componentes da revolução são: a ascensão do movimento global de sustentabilidade ambiental que visa abrandar e acabar com o consumo excessivo de recursos e combustíveis fósseis, o que acentua a injustiça económica, as alterações climáticas e os conflitos; a propagação de formas de religião orientadas para a paz (o cristianismo de Thomas Merton e Jim Wallis, a Bolsa de Paz Episcopal, o budismo do Dalai Lama, a Bolsa de Paz Judaica, a Bolsa de Paz Muçulmana e a Voz Muçulmana pela Paz); e a ascensão da sociedade civil internacional de um grupo reduzido de ONGIs em 1900 para as dezenas de milhares de hoje, criando um novo sistema mundial, não-governamental e baseado no cidadão, de comunicação e interação para a paz, justiça, preservação ambiental, desenvolvimento económico sustentável, direitos humanos, controlo de doenças, alfabetização e água potável. Os séculos XX e XXI testemunharam também o rápido crescimento de um regime de direito internacional para controlar a guerra, incluindo as Convenções de Genebra, os tratados que proíbem as minas terrestres e a utilização de crianças-soldado, os ensaios atmosféricos de armas nucleares, e a colocação de armas nucleares no fundo do mar, entre outros. Além disso, assistimos ao surgimento do movimento dos direitos humanos, sem precedente antes de 1948 (a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos), outrora totalmente ignorados, hoje uma norma internacional cuja violação é um ultraje na maioria dos países e provoca uma resposta imediata dos Estados e das ONGs.

E isto não é tudo. A revolução pela paz inclui o surgimento do movimento da conferência global, como a Cimeira da Terra em 1992 no Rio, na qual participaram 100 chefes de Estado, 10 000 jornalistas e 30 000 cidadãos. Desde então, foram realizadas conferências globais sobre desenvolvimento económico, mulheres, paz, aquecimento global e outros tópicos, criando um novo fórum para que pessoas de todo o mundo se reúnam para enfrentar problemas e criar soluções de cooperação. Globalmente, assistimos também à evolução de um sistema de diplomacia com normas bem estabelecidas de imunidade diplomática, bons ofícios de terceiros, e missões permanentes – todas concebidas para permitir aos Estados comunicar mesmo em situações de conflito. O desenvolvimento da comunicação interativa global através da World Wide Web e dos telemóveis fomentou todos estes avanços, proporcionando os meios para que as ideias sobre democracia, paz, ambiente e direitos humanos se difundissem de forma quase instantânea. Talvez o mais importante seja uma mudança global nas atitudes em relação à guerra, um acentuado declínio nos últimos 100 anos da antiga postura de que a guerra é um nobre e glorioso empreendimento. Uma parte especial desta nova história é a divulgação de informação sobre o registo de métodos não violentos bem-sucedidos de construção da paz e da justiça. A emergência deste sistema embrionário de paz global faz parte de um desenvolvimento mais vasto de uma cultura de paz.

"Onde quer que as pessoas se reúnam para fins altruístas, há um amplo incremento das suas capacidades individuais. Algo maravilhoso, algo memorável acontece. Uma força irresistível, que apesar de não ser visível, começa a mover-se e vai mudar o nosso mundo".
- Eknath Easwaraen (líder espiritual)

Cidadania planetária: um Povo, um Planeta, uma Paz

Os seres humanos formam uma única espécie, o Homo sapiens. Embora tenhamos desenvolvido uma extraordinária diversidade de sistemas étnicos, religiosos, económicos e políticos que enriquecem a nossa vida comum, somos na realidade um povo que vive num planeta muito frágil. A biosfera que sustenta as nossas vidas e as nossas civilizações é extremamente fina, como a casca de uma maçã. No seu interior temos tudo o que é necessário para nos mantermos vivos e sãos. Todos nós partilhamos uma atmosfera, um grandioso oceano, um clima global, uma única fonte de água doce de ciclo contínuo em redor da terra e uma grande biodiversidade. Estes elementos constituem o património biofísico da humanidade sobre o qual repousa a civilização. Está

gravemente ameaçado pelo nosso modo de vida industrializado, sendo a nossa missão comum preservá-lo da destruição se queremos continuar a viver.

Hoje em dia, a principal responsabilidade dos governos nacionais e dos acordos de governo a nível internacional é a proteção dos recursos comuns. O anterior secretário-geral da ONU Ban Ki-moon percebeu a importância deste facto, definido como cidadania global, e fez dele uma pedra angular da sua Primeira Iniciativa de Educação Global (GEFI). A Educação para a Cidadania Global é também um pilar estratégico do trabalho da UNESCO. Precisamos de pensar primeiro na saúde dos recursos comuns mundiais e só depois em termos do interesse nacional, pois este último está hoje totalmente dependente do primeiro.

Os recursos comuns incluem também os recursos comuns sociais, que são a condição de uma paz justa. Todos devem ser protegidos se se pretende que qualquer um deles seja protegido. A proteção de qualquer um deve garantir a proteção de todos. Uma paz justa é uma sociedade onde não há medo de ataques violentos (guerra ou guerra civil), de exploração de um grupo por outro, em que não há tirania política, onde as necessidades básicas de todos são satisfeitas, e onde todos têm o direito de participar nas decisões que os afetam. Tal como um comum património biofísico saudável requer diversidade biológica, um comum património social saudável requer diversidade social.

A melhor forma de proteger os recursos comuns é através do consenso voluntário, para que seja um processo autorregulado a partir das bases, uma função de valores partilhados e de respeito mútuo que decorrem de um sentido de responsabilidade pelo bem-estar do planeta. Quando não há consenso, quando alguns indivíduos, corporações ou nações não se preocupam com o bem comum, quando querem provocar a guerra ou degradar o ambiente para ganhar, o governo torna-se então necessário para proteger o património comum. Isto traduz-se em leis, tribunais, e o poder policial necessário para os fazer cumprir. Chegámos a uma fase da história humana e da evolução em que a proteção dos recursos comuns é imprescindível não só para proporcionar uma vida de qualidade à humanidade, mas também para a nossa própria sobrevivência. Isto traduz-se em novas ideias, sobretudo a constatação de que somos uma única comunidade planetária. Inclui também a criação de novas associações, novas formas de governação democrática e novos acordos entre nações para proteger o património comum.

A guerra não só é uma distração desta missão vital, como também contribui para a destruição. Nunca iremos pôr fim aos conflitos no planeta, mas estes não têm necessariamente de conduzir à guerra. Somos uma espécie muito inteligente que já desenvolveu métodos não violentos de resolução de conflitos que podem, e em alguns casos estão, a tomar o lugar de meios violentos. Precisamos de os intensificar até garantirmos a segurança comum, um mundo onde todas as crianças se encontrem seguras e saudáveis, livres de medo, carência e perseguição, uma civilização humana próspera assente numa biosfera saudável. Um povo, um planeta, uma paz são a base da nova história que precisamos contar. É a próxima etapa no progresso da civilização. A fim de crescer e difundir a cultura de paz, precisamos de fortalecer algumas tendências já em curso.

Difusão e Financiamento da Educação para a Paz e Investigação sobre a Paz

---

"Estamos numa fase da história da humanidade em que podemos afirmar com convicção que existem alternativas melhores e mais eficazes à guerra e à violência."
-Patrick Hiller, Cientista da Paz

Durante milénios, instruímo-nos sobre a guerra, direcionando os nossos melhores talentos para a forma de a vencer. Da mesma forma que os historiadores de mente fechada tinham insistido que a história negra e a história

das mulheres não existiam, também defenderam que a história da paz não existia. A humanidade falhou em focar na paz até que os novos campos de investigação e educação para a paz se desenvolveram após a catástrofe que foi a Segunda Guerra Mundial e aceleraram nos anos 80, quando o mundo se aproximou da destruição nuclear. Nos anos que se seguiram, houve um considerável aumento de informação sobre as condições de paz.

A Ciência da Paz surgiu como uma disciplina académica que é atualmente oferecida globalmente em mais de 450 currículos académicos. Várias revistas académicas, livros didáticos e conferências avaliadas pelos pares, abordam os desenvolvimentos teóricos e práticos na esfera da construção da paz, bem como instituições de investigação da paz tais como o Instituto Internacional de Investigação da Paz de Estocolmo ou o Instituto de Investigação da Paz de Oslo, e associações profissionais como a Associação Internacional de Investigação da Paz e as suas afiliadas regionais em África, Ásia, Europa, América Latina, e América do Norte. Por último, o Índice de Paz Global, que entra agora no seu 10º ano, é provavelmente a mais conhecida medida de pacificação, ou ausência dela, baseada na investigação. A questão é: a Ciência da Paz é uma realidade e está aqui para ficar.
- Dar à Ciência da Paz uma Oportunidade no Correio Diplomático[172]

O Instituto da Paz dos Estados Unidos (USIP) foi criado pelo Congresso em 1984 como uma instituição de segurança nacional independente, financiada pelo governo federal, dedicada à prevenção e atenuação não violenta de conflitos letais no estrangeiro.[173] Patrocina eventos, proporciona educação, formação e publicações, incluindo um Kit de Ferramentas do Pacificador. Infelizmente, o USIP não é conhecido por alguma vez se ter oposto às guerras dos EUA. No entanto, a existência do USIP, bem como de outras instituições semelhantes, é um passo na direção certa para difundir a noção de alternativas pacíficas.

A educação formal e não formal que apoiam a paz são componentes essenciais de um sistema de segurança global. Desenvolver e aplicar conhecimentos e competências no domínio das metodologias e pedagogias da educação para a paz constitui também um fator essencial para "educar as massas": facilitar a aprendizagem e o diálogo necessários para desafiar os pressupostos do sistema de guerra e fomentar a eficácia política que conduz à ação necessária à mudança do sistema.

Betty Reardon[174] há muito que defende que um dos objetivos fundamentais da educação para a paz deve ser a promoção da eficácia política. Basicamente, não basta ensinar sobre a paz, temos também de ensinar a favor da paz. A maioria das campanhas educativas no meio ativista estão orientadas para informar os cidadãos sobre as questões e as ações que podem tomar. Embora informar seja essencial para a nossa tarefa de abolir a guerra, devemos também acrescentar ao nosso conjunto de ferramentas estratégias de aprendizagem transformadoras que apoiem a preocupação com a visão global, e a interiorização dos valores e motivações que conduzem à ação externa.

Para além da educação formal, muitos de nós envolvemo-nos na educação não formal sobre a paz com adultos que têm visões do mundo profundamente enraizadas e um nível de pessimismo geralmente pouco saudável sobre as possibilidades de abolir a guerra. Nestas circunstâncias, é conveniente considerar algumas práticas bastante básicas que possam ser integradas nas nossas estratégias de aprendizagem. O mais importante de todos os

---

[172] Consulte o artigo completo de Patrick Hiller no Diplomatic Courier em http://www.diplomaticourier.com/2016/07/05/give-peace-science-chance/
[173] http://www.usip.org/
[174] Betty Reardon é reconhecida como uma das fundadoras do campo da educação para a paz.

processos de aprendizagem transformadores é a reflexão. A reflexão é fundamental para o nosso crescimento enquanto seres humanos; para desafiar pressupostos; para interiorizar valores e princípios; e para melhorar a nossa atuação como ativistas e construtores da paz.

Como ativistas, raramente damos a nós mesmos o tempo necessário para refletir e aprender com a nossa experiência. Subscrevemos a expressão: "não se limite a ficar aí parado - faça alguma coisa!" O investigador sobre paz Kenneth Boulding inverteu este apelo à ação na sua cabeça: "Não faças nada, fica aí parado". Betty Reardon entendeu isto como "mesmo em tempos de crise, a reflexão é uma necessidade fundamental para uma ação humana inteligente".[175] O mais importante para o nosso trabalho enquanto ativistas é a necessidade de aprender com a nossa própria experiência para melhorar a nossa atuação e desenvolver ações futuras mais eficazes. Paulo Freire, o educador popular brasileiro e autor de "Pedagogia do Oprimido", incorporou reflexão num ciclo de aprendizagem e ação que descreveu como "praxis". Embora esta práxis possa funcionar como um instrumento de melhoria das nossas ações, é também um instrumento de libertação para os oprimidos. Podemos considerar que muitos dos que defendem a ideia de que a guerra é essencial, inevitável, ou irremediavelmente imutável, estão presos ao domínio opressivo do militarismo e do sistema de guerra:

"Funcionalmente, a opressão é domesticadora. Para deixar de ser vítima da sua força, é preciso libertarmo-nos dela e virarmo-nos contra ela. Isto só pode ser feito através da praxis: reflexão e ação sobre o mundo, a fim de o transformar".
- Paulo Freire, "Pedagogia do Oprimido"*ação*

Aprender a ver o mundo de forma diferente requer reflexão, e tornarmo-nos praticantes da reflexão requer prática. A análise reflexiva é uma abordagem que podemos utilizar para colocar dúvidas e questões que facilitem a adoção de uma perspetiva; envolvermo-nos na análise crítica dos sistemas de poder; considerarmos as nossas posições éticas e morais; e meditarmos sobre as possibilidades e preferências para o mundo que preferimos e desejamos.

"Os princípios da paz são os mesmos, seja na escola, em casa, na comunidade ou a nível internacional. Trata-se principalmente da forma de resolver os nossos conflitos de forma vantajosa para ambas as partes, ou seja, de forma a satisfazer as necessidades de todos os povos. A minha aprendizagem no jardim de infância foi, deste modo, uma boa base de treino para o meu trabalho internacional de paz e desarmamento. E quando estou de volta à sala de aula, posso ajudar os alunos a ver que as ideias e abordagens que estão a utilizar para resolver os seus conflitos são semelhantes às ideias e abordagens que utilizamos nas Nações Unidas para resolver conflitos internacionais".
- Alyn Ware, Beneficiário do Prémio Right Livelihood 2009

A Educação para a Paz abrange agora todos os níveis de educação formal, desde o jardim-de-infância até ao doutoramento.[176] A Campanha Global de Educação para a Paz tem liderado os esforços para uma educação para a paz de carácter universal. Gera sensibilização e apoio político para a introdução da educação para a paz, incluindo

[175] Reardon, B. (2011). Preocupações, cautelas e possibilidades de educação para a paz para eficácia política. Em *Educação para a paz crítica: Diálogo difícil*, editado por Wright, B. e Trifonas, P. New York, NY: Springer.
[176] Consulte a edição especial do Peace Science Digest sobre Educação para a Paz em http://communication.warpreventioninitiative.org/special-issue-peace-education/

a educação não formal, em todas as escolas do mundo, e promove a educação de todos os professores para ensinar em prol da paz.[177] Centenas de campus universitários oferecem graduações, cursos e programas de certificação em estudos sobre a paz e educação para a paz. A nível universitário, a Associação de Estudos de Paz e Justiça [178]reúne investigadores, professores e ativistas da paz em conferências; publica uma revista, The Peace Chronicle; e disponibiliza uma base de recursos. Os currículos e cursos multiplicaram-se e são ensinados como instrução específica por idade em todos os níveis. Foi também desenvolvido todo um novo campo de literatura que inclui centenas de livros, artigos, vídeos e filmes sobre a paz atualmente disponíveis para o grande público.

" Alcançaremos uma cultura de paz quando os cidadãos do mundo compreenderem os problemas globais; tiverem a capacidade de resolver conflitos de forma construtiva; conhecerem e viverem segundo os padrões internacionais de direitos humanos, género e igualdade racial; apreciarem a diversidade cultural; e respeitarem a integridade da Terra. Tal aprendizagem não pode ser alcançada sem uma educação para a paz deliberada, sustentada e sistemática".

- Declaração de campanha da Campanha Global de Educação para a Paz

---

Cultivar o Jornalismo de Paz

"Como é que o mundo é governado e como é que as guerras começam? Os diplomatas contam mentiras aos jornalistas e depois acreditam no que leem".

– Karl Kraus (Poeta, Dramaturgo)

O preconceito "belicista" que vemos habitualmente no ensino da história também infecta o jornalismo dominante. Há muitos repórteres, colunistas e âncoras de notícias presos à velha história de que a guerra é inevitável e que ela conduz à paz. Além disso:

> "...nos meios de comunicação social, o "conhecimento especializado" relacionado com a guerra e com a paz que é transmitida pelos membros da intelligentsia é demasiado unilateral. Muitos destes ilustres indivíduos alcançaram a sua legitimidade através de qualificações académicas, autoridade militar ou reconhecimento como comentadores políticos. Os seus fatos, opiniões e conselhos sobre questões de guerra e paz formam o discurso dominante e servem sobretudo para manter o status-quo de um sistema de guerra". (Conferir à Ciência da Paz uma Oportunidade no Correio Diplomático)[179]

Existem, no entanto, novas iniciativas no "jornalismo de paz", um movimento concebido pelo perito em paz Johan Galtung. No jornalismo de paz, os editores e redatores proporcionam ao leitor uma oportunidade de considerar respostas não violentas ao conflito, em vez da habitual reação irrefletida de contra-violência.[180] O Jornalismo de Paz concentra-se nas causas estruturais e culturais da violência e nos seus impactos nas pessoas (em vez da

---

[177] A Campanha Global pela Educação para a Paz foi fundada na Conferência de Apelo pela Paz de Haia em 1999. Veja mais em: http://www.peace-ed-campaign.org

[178] Associação de Estudos de Paz e Justiça - PJSA: https://www.peacejusticestudies.org/. A PJSA é a afiliada Norte Americana da International Peace Research Association (IPRA): http://www.iprapeace.org/

[179] Veja o artigo completo de Patrick Hiller no Diplomatic Courier em http://www.diplomaticourier. com/2016/07/05/give-peace-science-chance/

[180] É um movimento crescente, de acordo com o site www.peacejournalism.org

análise abstrata dos Estados), e enquadra os conflitos em termos da sua complexidade real, em contraste com os simples "bons contra maus" do jornalismo de guerra. Procura também divulgar iniciativas de paz habitualmente ignoradas pela imprensa tradicional. O Centro para o Jornalismo de Paz Global publica *The Peace Journalist Magazine* (Revista Jornalista da Paz) e apresenta 10 características do Jornalismo de Paz "JP":

1. O JP é proativo, examinando as causas do conflito e procurando formas de encorajar o diálogo antes que a violência ocorra.
2. O JP visa unir as partes em vez de as dividir, e evita a informação excessivamente simplificada de "nós contra eles" e "bom tipo contra mau tipo".
3. Os jornalistas de paz rejeitam a propaganda oficial e em vez disso procuram factos provenientes de todas as fontes.
4. O JP é equilibrado, cobrindo temas/sofrimento/propostas de paz de todos os lados de um conflito.
5. O JP dá voz aos que não têm voz, em vez de apenas se restringir a informar sobre as elites e para as elites e os que estão no poder.
6. Os jornalistas da paz proporcionam profundidade e contexto, e não apenas relatos superficiais e sensacionais, detalhados e sequenciais, de violência e conflito.
7. Os jornalistas da paz levam em consideração as consequências das suas reportagens.
8. Os jornalistas da paz escolhem e analisam cuidadosamente as palavras que utilizam, sabendo que palavras selecionadas negligentemente são geralmente inflamatórias.
9. Os jornalistas da paz selecionam cuidadosamente as imagens que utilizam, percebendo que podem deturpar um acontecimento, exacerbar uma situação que já é terrível e vitimizar novamente aqueles que sofreram.
10. O JP propõe anti-narrativas que desmascaram estereótipos, mitos e perceções erradas criados ou perpetuados pelos órgãos de comunicação social.

Um exemplo notável é Democracia Já!'s Relatório de Guerra e Paz. Fornece ao "público acesso a pessoas e perspetivas raramente ouvidas nos meios de comunicação social financiados pelas empresas americanas, incluindo jornalistas independentes e internacionais, cidadãos comuns de todo o mundo que são diretamente afetados pela política externa americana, líderes de base e ativistas da paz, artistas, académicos e analistas independentes".[181]

Jornalismo de Paz versus Jornalismo de Guerra/Violência[182]	
Paz/Jornalismo	**Jornalismo de Guerra/Violência**
I. Orientado para a paz/conflitos Explorar a formação de conflitos, x partes, y objetivos, z problemas. Orientação geral vantajosa para ambas as partes. Espaço aberto, prazo aberto; causas e resultados em qualquer lugar, inclusive na história/ cultura. Tornar os conflitos transparentes. Dar voz a todas as partes; empatia, compreensão. Ver conflito/guerra como problema, focar na criatividade do conflito.	I. Orientado para a guerra/violência Foco na arena do conflito, 2 partes, 1 objetivo (vitória), guerra. Orientação geral de soma nula. Espaço fechado, prazo fechado; causas e saídas em arena, quem atirou a primeira pedra. Tornar o jornalismo de guerra 'Nós-eles', a propaganda e a voz opacos/secretos para 'nós'. Ver 'eles' como o problema, foco em quem prevalece na guerra. Desumanização 'deles'. Reatividade: esperar pela violência antes de denunciar. Foco nos efeitos

[181] Veja www.democracynow.org

[182] A mesa de Johan Galtung foi recriada em Lynch, J. e McGoldrick, A. (2007) Jornalismo de paz. No *Manual de estudos de paz e conflito*, editado por Webel, C. e Galtung, J. London; Nova York: Routledge. (248–64).

.

Humanização de todos as partes. Proatividade: prevenção antes que ocorra qualquer violência/guerra.	invisíveis da violência (trauma e glória, danos na estrutura/cultura.
II. Orientação para a verdade Expor inverdades de todas as partes / descobrir todas as ocultações.	**II. Orientação para a propaganda** Expor as inverdades 'deles' / ajudar os 'nossos' encobrimentos/mentiras.
III. Orientação para as pessoas Foco no sofrimento generalizado; nas mulheres, nos Idosos, nas crianças, dando voz a quem não a tem. Denunciar todos os malfeitores. Foco nas pessoas enquanto pacificadoras.	**III. Orientação para a elite** Foco no "nosso" sofrimento; nos indivíduos masculinos de elite saudáveis, sendo o seu porta-voz. Denunciar os seus malfeitores. Foco nos pacificadores de elite.
IV. Orientação para a solução Paz = não-violência + criatividade. Destacar as iniciativas de paz, inclusivamente para evitar mais guerra. Foco na estrutura, cultura, na sociedade pacífica. Resultado: resolução, reconstrução, reconciliação.	**IV. Orientação para a vitória** Paz = vitória + cessar-fogo. Ocultar a iniciativa para a paz, antes que a vitória esteja próxima. Foco no tratado, na instituição, na sociedade controlada. Partir para outra guerra, regressar se as velhas chamas se reacenderem.

Outro exemplo é PeaceVoice, um projeto do Instituto da Paz do Oregon.[183] A PeaceVoice acolhe com agrado a apresentação de artigos de opinião que abordem uma "nova versão" do conflito internacional e depois os distribui a jornais e blogues por todos os Estados Unidos. Tirando partido da Internet, há muitos blogues que também distribuem o novo paradigma de pensamento, incluindo o Waging Nonviolence, o Transcend Media Service, o New Clear Vision, o Peace Action Blog, o Waging Peace Blog, o Bloggers for Peace e muitos outros sites na World Wide Web.

Com o crescente reconhecimento do Jornalismo de Paz, serão disponibilizadas ao grande público alternativas viáveis às respostas destrutivas comuns no sistema de guerra. Quando essas alternativas virem a luz do dia, terá ficado provado que haverá um declínio no apoio público à guerra.[184]

A investigação, educação, jornalismo e blogues sobre a paz fazem parte da recém desenvolvida cultura de paz, assim como os recentes desenvolvimentos em matéria de religião.

Utilizar a religião como uma ferramenta para a construção da paz

A religião é uma força poderosa na sociedade humana, contribuindo para definir uma vida virtuosa e a forma como nos devemos comportar uns com os outros. Mas, no mundo contemporâneo, o extremismo religioso gera frequentemente violência. Ainda recentemente assistimos a um apelo à guerra por parte de porta-vozes religiosos. Dave Daubenmire, "conselheiro" cristão, afirmou recentemente: A única coisa que vai salvar a civilização ocidental é um cristianismo mais agressivo, mais violento".[185] Da mesma forma, Robert Jeffress, conselheiro religioso de um Presidente dos EUA, declarou logo após um encontro entre eles: "Quando se trata da forma como devemos lidar com os malfeitores, a Bíblia, no livro de Romanos, é muito clara: Deus concedeu aos

[183] Veja www.peacevoice.info

[184] Veja a análise do Peace Science Digest Declínio Comprovado no Apoio Público à Guerra Quando as Alternativas Vêm à tona em http://communication.warpreventioninitiative.org/?p=227

[185] http://www.rightwingwatch.org/post/dave-daubenmire-america-needs-a-more-violent-christianity/

governantes plenos poderes para que usem todos os meios necessários - incluindo a guerra - para deter o mal. No caso da Coreia do Norte, Deus deu a Trump autoridade para eliminar Kim Jong-Un".[186]

Por outro lado, numa declaração emitida por um grupo Jihadista, foi dito: "A decisão de matar os americanos e os seus aliados - civis e militares - é um dever individual de cada muçulmano que o possa fazer em qualquer país em que seja possível fazê-lo, a fim de libertar a Mesquita al-Aqsa e a mesquita sagrada [Meca] das suas garras, e para que os seus exércitos se retirem de todas as terras do Islão, derrotados e incapazes de ameaçar qualquer muçulmano".[187]

Estas ideias apenas conduzem a incessantes e cruéis guerras religiosas. Além disso, o Islamismo, o Cristianismo e o Judaísmo, todos eles aprovam o conceito de "Guerra justa". No cristianismo, judaísmo e islamismo, a doutrina da "Guerra justa" é frequentemente usada para explicar por que razão, apesar dos ensinamentos em contrário, é, apesar de tudo, aceitável fazer a guerra. É assim: a guerra é um pecado, mas, neste mundo pecaminoso, a guerra é aceitável se certas condições forem cumpridas. Na lista de condições prévias para uma guerra justa geralmente inclui-se: uma guerra só pode ser declarada por uma autoridade legítima; uma nação é vítima de agressão por outra; todos os meios necessários para resolver o conflito pacificamente foram esgotados; deve existir uma probabilidade razoável de sucesso; os meios militares devem ser proporcionais ao mal que se tenta derrotar; os que não combatem não devem ser visados; e no fim da guerra deve-se estabelecer uma relação mais justa e pacífica entre as partes daquela que existiria se a guerra não tivesse sido travada. Esta é, na melhor das hipóteses, uma linguagem vaga e é fácil distorcer estes critérios de forma a racionalizar o iniciar uma guerra. Por exemplo, é fácil alegar falsamente que foi o outro lado que começou o conflito, tal como Hitler fez ao atacar a Polónia em 1939. E numa versão mais moderna, é fácil reivindicar que se está prestes a ser atacado, ou que o outro lado do conflito está perigosamente armado e por isso é necessário um ataque "defensivo" preventivo, como os EUA fizeram ao atacar o Iraque em 2003. Além disso, é quase impossível prever antecipadamente que uma guerra tem uma probabilidade razoável de sucesso, ou que o resultado será melhor do que a situação anteriormente verificada. Basta ver a situação na Líbia após o ataque da NATO de 2011, que deixou a nação no caos e na guerra civil.

Segundo a teoria da guerra justa, um bombardeamento que mata milhares de civis pode ser considerado como cumprindo os critérios, se os civis não forem os alvos diretos mas antes "danos colaterais". E na guerra moderna, independentemente da intenção, a esmagadora maioria das vítimas são civis não combatentes que acabam mortos ou mutilados. A honestidade exige que vejamos a teoria da guerra justa como uma desculpa para o assassinato.

A doutrina da guerra justa existe há aproximadamente 1.600 anos e não ajudou a acabar com a guerra. Especialmente dadas as condições da guerra moderna, precisamos de argumentar que não há como satisfazer os critérios tradicionais que a doutrina da guerra justa sempre teve que atender. Portanto, mesmo que a doutrina da guerra justa pudesse ser de alguma forma compatível com os mandamentos éticos básicos da religião, ela não pode ser cumprida hoje ou no futuro. Como o cofundador e diretor da O Mundo além da Guerra, David Swanson argumenta em a *Guerra nunca é justa*, os critérios tradicionais são impossíveis, amorais ou não empíricos e não podem ser atendidos. Mesmo que eles pudessem ser enfrentados em alguma guerra futura, essa guerra também teria que trazer tantos resultados a ponto de superar todas as mortes e sofrimento criados pelo desvio de recursos para o militarismo, mais o risco de apocalipse nuclear criado pelo Sistema de Guerra, além dos danos ambientais e políticos criados. Nenhuma guerra, nem mesmo em teoria, pode atender a esse padrão.

---

[186] https://www.vox.com/identities/2017/8/9/16118628/robert-jeffress-trump-god-supports-bombing-north-korea
[187] https://fas.org/irp/world/para/docs/980223-fatwa.htm

Portanto, os fiéis não têm alternativa a não ser descobrir como aprender e defender um processo que acabe com a guerra em si e a substitua por um sistema de paz. Se não podemos tornar a guerra "justa", então a discussão desvia-se da tentativa de, de algum modo, justificar a natureza horrível da guerra, em direção à abolição.

Declarações intemperantes e justificativas de guerra são distorções dos principais ensinamentos éticos das principais religiões. Todas as religiões do mundo contêm ensinamentos bíblicos que defendem relacionamentos pacíficos entre todas as pessoas. A "regra de ouro" é encontrada de uma forma ou de outra em todas elas, como nas escrituras abaixo, bem como na ética da maioria dos ateus. Por exemplo:

- Cristianismo: Tudo o que deseja que os homens lhe façam, faça-o a eles. Mateus 7.12
- Judaísmo: O que é odioso para si, não faça ao seu próximo. Talmud, Shabbat 31a
- Islamismo: Nenhum de vocês é crente até que ame o seu irmão como a si mesmo. Forty Hadith of an-Nawawi 13
- Hinduísmo: Não se deve comportar com os outros de uma forma que seja desagradável para si mesmo. Esta é a essência da moralidade. Mahabharata, Anusasana Parva 113.8
- Budismo: Comparando-se a outros em termos como "Assim como eu sou, eles são, assim como eles são, eu sou", ele não deve matar nem fazer com que outros matem. Sutta Nipata 705
- Proverbio Africano: Quem vai pegar num galho pontiagudo para picar um filhote de passarinho deve primeiro experimentá-lo em si mesmo para sentir como dói. Provérbio Yoruba (Nigéria)
- Confucionismo: Não faça aos outros o que não quer que lhe façam a si." Analects 15.23

Muitas religiões hospedam organizações pela paz, como a Associação Episcopal pela Paz, Associação a Paz de Cristo, a Voz Judaica pela Paz, Muçulmanos pela Paz, a Associação Budismo pela Paz, Yakjah (uma organização hindu pela paz que trabalha na Caxemira) e o Tanenbaum - Centro de Compreensão Interreligioso. Muitas organizações inter-religiosas de paz também estão a prosperar, incluindo a Associação de Reconciliação (fundada em 1915), Iniciativa Multi-religiosa Unida, Religiões pela Paz USA e Vozes Multi-religiosas pela Paz e Justiça. O Conselho Mundial de Igrejas está a liderar uma campanha para abolir as armas nucleares.

Na sua abordagem humana à paz mundial, o líder espiritual budista Dalai Lama defende a bondade amorosa. Na preparação para a intervenção militar na Síria, o Papa Francisco fez um apelo convincente para procurar uma solução pacífica. Durante a Revolução Egípcia de 2011, Nevin Zaki capturou e tweetou uma poderosa imagem de Cristãos a dar as mãos em círculo para proteger um grupo muçulmano de manifestantes enquanto oravam.

Em 2007, os líderes muçulmanos apelaram aos cristãos num pedido de paz na sua carta "Uma Palavra Comum Entre Nós e Vocês."[188] Na primavera de 2015, o Vaticano sediou a conferência "Não-violência e Paz Justa: Contribuir para a Compreensão Católica e o Compromisso com a Não-violência." Oitenta participantes concluíram que a doutrina da guerra justa deve ser rejeitada como uma tradição católica viável ou produtiva.[189] Estes são apenas alguns retratos de uma tendência maior de crescente defesa das mensagens de paz em todas as principais religiões.

Ao longo da história da não-violência, vimos a importância das comunidades de fé, reconhecendo que muitos líderes não-violentos são pessoas de forte fé religiosa e moral. Apenas considere esta simples citação do escritor católico e defensor da paz Thomas Merton: "A guerra é o reino de Satanás. A paz é o reino de Deus."

---

[188] http://www.acommonword.com/the-acw-document/

[189] Veja o perspicaz artigo, "*O Vaticano acabou de deitar fora a sua doutrina de guerra justa*" de Erica Chenoweth em https://politicalviolenceataglance.org/2016/04/19/did-the-vatican-just-throw-out-its-just-war-doctrine/

Independentemente da tradição de fé de alguém, seja a rejeição da religião institucional, direção espiritual ou ateísmo completo, o trabalho de iniciativas religiosas pacíficas é encorajador e deve ser ainda mais encorajado, mesmo que apenas como uma questão de pragmatismo sensato.

A Declaração de Paz
** Uma declaração de paz baseada na fé enfatizando a cidadania planetária.*

Estas são verdades evidentes:
Que todos os humanos são uma única família que vive num planeta frágil e ameaçado, cujos sistemas de suporte de vida devem permanecer intactos se quisermos sobreviver;
Que o bem-estar do planeta e o bem-estar da humanidade são um e o mesmo;
Que o bem-estar de cada um exige o bem-estar de todos - segurança é comum;

ACELERANDO A TRANSIÇÃO: CONSTRUINDO O MUNDO ALÉM DO MOVIMENTO DE GUERRA

O que descrevemos como Sistema de Segurança Global Alternativo é mais do que um conceito; ele estabelece as bases para a Mundo ALÉM da Guerra, uma rede global de base de voluntários, ativistas e organizações aliadas que defendem a abolição da guerra e o estabelecimento de uma paz justa e sustentável. Seguimos uma abordagem dupla de educação para a paz e ação direta não violenta, que se organiza para dissipar os mitos da guerra, educar sobre as suas alternativas e defender a mudança estrutural e cultural. A força do nosso movimento depende de ter uma diversidade de apoios de pessoas de todo o mundo a unir-se por uma causa única: a paz. Para esse fim, mais de 500 organizações e 75.000 indivíduos de mais de 175 países assinaram a nossa Declaração de Paz, comprometendo-se a trabalhar de forma não violenta pela Associação Mundo ALÉM da Guerra.[190] Nossa estrutura descentralizada e dirigida por voluntários, consistindo de capítulos da Associação Mundo ALÉM da Guerra e grupos afiliados em todo o mundo, é projetada para facilitar a colaboração global e a tomada de decisões de baixo para cima.

Tratado de Paz da Associação Mundo ALÉM da Guerra

Eu entendo que as guerras e o militarismo nos tornam menos seguros do que nos protegem, que eles matam, ferem e traumatizam adultos, crianças e bebés, danificam gravemente o meio ambiente natural, corroem as liberdades civis e drenam as nossas economias, gastando recursos de atividades que afirmam a vida. Eu comprometo-me a participar e apoiar os esforços não violentos para acabar com todas as guerras e preparações para a guerra, e para criar uma paz

Na construção de um movimento pela abolição da guerra, o nosso trabalho aborda toda a instituição da guerra, diferenciando-nos dos modelos anteriores que se opunham apenas a armas específicas ou a uma guerra em particular, com o fundamento de que ela não estava a ser bem conduzida ou não era tão apropriada quanto alguma outra guerra. Por meio dos nossos programas de educação e campanhas de defesa, mudamos o diálogo moral argumentando que a instituição da guerra deve ser vista como equivalente a um assassinato em massa, mesmo quando esse assassinato em massa é acompanhado por bandeiras ou música ou afirmações de autoridade e promoção de medo irracional. Expandimos o foco do ativismo pela paz para além dos danos que as guerras causam aos agressores, a fim de reconhecer e valorizar plenamente o sofrimento de todos.

Ao trabalhar para a abolição da guerra global, o elefante na sala é o governo dos Estados Unidos, que, com US $ 1 bilhão por ano, corresponde a metade dos gastos militares anuais globais. Por causa da proliferação de guerras lideradas pelos EUA e da disseminação global de bases militares estrangeiras dos EUA, o nosso trabalho reconhece claramente o papel principal dos EUA como fomentador da guerra global e visa envolver os cidadãos de todo o lado, não apenas os residentes dos EUA, numa campanha para desmilitarizar a maior máquina de guerra do mundo. Embora acabar com a guerra dos EUA não eliminaria a guerra globalmente, eliminaria a pressão que está a levar várias outras nações a aumentar os seus gastos militares. Isso privaria a NATO do seu principal defensor e maior participante nas guerras. Isso cortaria o maior suprimento de armas para a Ásia Ocidental (também conhecido como Médio Oriente) e outras regiões. Isso removeria a principal barreira para a reconciliação e reunificação da Coreia. Criaria a disposição dos EUA de apoiar os tratados de armas, ingressar no Tribunal Penal Internacional e permitir que as Nações Unidas avancem na direção do seu propósito declarado de eliminar a guerra. Isso criaria um mundo livre de nações que ameaçam o uso inicial de armas nucleares, e um mundo no qual o desarmamento nuclear poderia ocorrer mais rapidamente. Desapareceria a última grande nação

[190] Assine a Declaração de Paz em www.worldbeyondwar.org/individual

a usar bombas coletivas ou a recusar-se a banir as minas terrestres. Se os Estados Unidos abandonassem o hábito da guerra, a própria guerra sofreria um revés importante e possivelmente fatal.

Um foco nos preparativos de guerra dos EUA não pode funcionar isoladamente sem esforços semelhantes em todos os lugares. Inúmeras nações estão a investir, e até aumentar os seus investimentos, na guerra. Todo o militarismo deve ser combatido. E as vitórias de um sistema de paz tendem a espalhar-se pelo exemplo. Quando o Parlamento britânico se opôs ao ataque à Síria em 2013, influenciou os EUA a seguir o exemplo e rejeitar a sua proposta de guerra. Em janeiro de 2014, em Havana, Cuba, quando 31 nações se comprometeram a nunca fazer uso da guerra, essas vozes foram ouvidas noutras nações do mundo.[191]

Construção de coligações

Nossa abordagem holística prioriza a construção de coligações multilaterais ou "organização de fusão." Isso envolve a construção de colaborações intersetoriais com aqueles que deveriam opor-se ao complexo industrial militar devido ao seu amplo impacto social e ecológico: ambientalistas, a comunidade religiosa, especialistas em ética, defensores de saúde pública, profissionais de saúde mental, economistas, jornalistas, historiadores, sindicatos, libertários civis, grupos de bons governos e internacionalistas e viajantes do mundo. Além disso, há oportunidades de parceria com proponentes de medidas que poderiam ser financiadas se os dólares de guerra fossem realocados, como defensores da educação, saúde, habitação, artes, ciência, energia renovável e reforma da infraestrutura. Este trabalho de coligações de base ampla visa superar um problema comum em círculos ativistas de trabalho em "silos de problema único". A Alternativa do Sistema Global de Segurança (AGSS) oferece uma linguagem unificadora em que diferentes organizações de movimentos sociais podem alinhar-se, sem perder a sua identidade organizacional ou de movimento.

A diplomacia multifacetada é uma abordagem baseada em sistemas para a construção da paz desenvolvida e colocada em prática por Louise Diamond e Embaixador (aposentado) John W. McDonald. A diplomacia multifacetada reflete a ideia de que os intercâmbios internacionais podem assumir muitas formas, além das negociações oficiais entre diplomatas. Exemplos de diplomacia multifacetada incluem esforços de resolução de conflitos oficiais e não oficiais, intercâmbios científicos e de cidadãos, negociações comerciais internacionais, atividades culturais e atléticas internacionais e outros contactos internacionais e esforços cooperativos. Nove caminhos específicos que produzem sinergia na construção da paz são: opinião pública e comunicação, governo, resolução profissional de conflitos, negócios, cidadãos, ativismo, religião, financiamento e pesquisa, treino e educação.[192] O fator atraente em tal sistema é que todos os atores têm um papel a desempenhar no avanço da paz. Isso permite que eles individual e coletivamente tragam seus pontos fortes para um sistema maior, fortalecendo o todo. Tudo se resume à simples ideia de que nem todos podem ser tudo para todas as pessoas, mas que todos têm um papel a desempenhar.

Programas de Educação para a Paz

A educação para a paz é uma das pontas da nossa abordagem de duas etapas para fazer mudanças. A educação é uma componente crítica de um sistema de segurança global alternativo e uma ferramenta essencial para nos levar lá. Os nossos programas educam tanto *sobre* e *para* a abolição da guerra. Os nossos recursos educacionais são baseados em conhecimentos e pesquisas que expõem os mitos da guerra e iluminam as alternativas não violentas e pacíficas comprovadas que podem trazer-nos segurança autêntica. Incentivamos os participantes dos nossos programas a refletirem sobre questões críticas e a envolverem-se no diálogo com os seus pares para desafiar as

---

[191] Veja mais sobre a Comunidade dos Estados da América Latina e estados das Caraíbas em: http://www.nti.org/treaties-and-regimes/community-latin-american-and-caribbean-states-celac/

[192] Diamond, L. & McDonald, J., W. (1993). *Diplomacia multifacetada: uma abordagem sistémica para a paz* (Rev. ed.). Washington, DC: Institute for Multi-Track Diplomacy.

suposições do sistema de guerra. Essas formas de aprendizagem crítica e reflexiva foram bem documentadas para apoiar uma maior eficácia política e ação para a mudança do sistema.

Mundo ALÉM da Guerra oferece inúmeras ferramentas e recursos para a aprendizagem envolvente, além desta publicação anual, que está disponível em formato impresso, e-book, PDF e áudio. Os nossos recursos educacionais são projetados para serem amplamente distribuídos para popularizar o apoio à abolição da guerra. Para tal, trabalhamos com voluntários na nossa rede mundial para organizar clubes de leitura, grupos de discussão, grupos de filmes e palestras da Mundo ALÉM da Guerra. O nosso site, WorldBeyondWar.org, serve como um centro de informações gratuitas para o movimento de abolição da guerra. Ele contém mapas, tabelas, gráficos, pontos de discussão, artigos e vídeos de militarismo para ajudar as pessoas a argumentar que as guerras podem, devem e têm de ser abolidas. Cada secção do site inclui listas de livros e filmes relevantes e links para recursos externos. Também oferecemos cursos online, uma série de webinars educacionais gratuitos, um Speakers Bureau e "Study War No More", um estudo online gratuito e guia de discussão que acompanha este livro. Apoiar os nossos esforços educacionais é o nosso projeto global de outdoor. Financiados principalmente por pequenos doadores, os nossos cartazes à beira de estrada, cartazes em abrigos de autocarro e anúncios de metro amplificam a mensagem da abolição da guerra aos olhos do público.

Study War No More é uma ferramenta de aprendizagem online desenvolvida em parceria com a Campanha Global de Educação para a Paz. O guia pode ser usado para estudo independente ou como uma ferramenta para facilitar o diálogo e a discussão em salas de aula (ensino médio, universidade) e com grupos comunitários. Cada tópico de discussão apresenta uma introdução em vídeo dos nossos "parceiros de estudo e ação" - principais pensadores globais, estrategistas, académicos, defensores e ativistas que já estão a desenvolver componentes de um sistema de segurança global alternativo. O guia pode ser acedido em globalsecurity.worldbeyondwar.org.

Cursos online

Mundo ALÉM da Guerra oferece cursos online facilitados, conduzidos por especialistas, ativistas aliados e agentes de mudança de todo o mundo. As ofertas anteriores incluíram:

Abolição 101 da Guerra: Como Criámos um Mundo Pacífico
Como podemos apresentar o melhor argumento para mudar da guerra para a paz? Como podemos tornar-nos defensores e ativistas mais eficazes para acabar com guerras específicas, acabar com todas as guerras, procurar o desarmamento e criar sistemas que mantenham a paz?

Abolição da Guerra 201: Construindo o Sistema de Segurança Global Alternativo
Com o que substituímos o sistema de guerra (também conhecido como complexo militar-industrial-corporativo-governamental)? O que realmente nos torna seguros? Quais são as bases morais, sociais, políticas, filosóficas e pragmáticas de um sistema de segurança global alternativo - um sistema no qual a paz é procurada por meios pacíficos? Que ações e estratégias podemos perseguir na construção deste sistema? Abolição da Guerra 201 explora essas questões e muito mais com o objetivo de envolver os alunos na aprendizagem que leva à ação.

O objetivo dos nossos programas de educação é mudar a narrativa sobre a guerra para que falar de uma "boa guerra" não soe mais plausível do que uma "violação benevolente" ou "escravidão filantrópica" ou "abuso infantil virtuoso". Os nossos programas de educação promovem uma cultura de paz na qual resistentes à guerra, objetores de consciência, defensores da paz, diplomatas, denunciantes, jornalistas, ativistas não violentos e escudos humanos são os verdadeiros heróis da sociedade.

Os nossos materiais usam uma linguagem comum e apelam para valores compartilhados que tornam o sistema de segurança global alternativo agradável para o público em geral. Ao mesmo tempo, vamos além do simbolismo da paz ocidental dominante, como o símbolo da paz, pombas, ramos de oliveira e pessoas de mãos dadas. Esses

símbolos cliché, embora não contenciosos, não conseguem comunicar significados tangíveis de paz. Em vez disso, o AGSS oferece um novo vocabulário e visão de alternativas realistas para a guerra e caminhos para a segurança comum. Usamos a estrutura da cidadania mundial para avançar o pensamento popular além do patriotismo, nacionalismo, xenofobia, racismo, fanatismo religioso e excecionalismo. Desta forma, o sistema de segurança global alternativo é transcultural e transnacional.

A solidariedade global nos esforços educacionais constitui uma parte importante da própria educação. Intercâmbios estudantis e culturais entre o Ocidente e as nações na lista de prováveis alvos do Pentágono (Síria, Irão, Coreia do Norte, China e Rússia) podem promover a construção da paz e fortalecer a resistência das pessoas em relação aos seus governos, travando guerras. Trocas semelhantes entre nações que investem na guerra e nações que pararam de fazê-lo, ou que o fazem numa escala muito reduzida, também podem ser de grande valor.[193] No filme *O Último Desejo: Acabar com a Era Nuclear*, vemos um sobrevivente de Nagasaki a encontrar um sobrevivente de Auschwitz. Ao observar a sua interação, um não se lembra nem se importa que nação cometeu que horror. Uma cultura de paz verá todas as guerras com a mesma clareza. A guerra é uma abominação não por causa de quem a comete, mas por causa do que é.

Campanhas de Ação Direta Não Violenta

A nossa campanha estratégica de abolição da guerra é dividida em objetivos de defesa de curto prazo e intermediários, entendidos como etapas parciais ao longo do caminho para a substituição do sistema de guerra. Esses objetivos são alcançados por meio de campanhas de organização de ação direta não violenta, que incluem desinvestimento de armas, contra-recrutamento, bases fechadas e justiça global. Essas campanhas operam em conjunto com os nossos programas de educação para a paz, servindo tanto como ferramentas para a mudança de políticas quanto para a educação continuada e a consciencialização. Como um centro para materiais de campanha educacionais, organização de treino e assistência promocional, a Mundo ALÉM da Guerra une-se a ativistas, voluntários e grupos aliados para planear, promover e ampliar campanhas pró-paz em todo o mundo.

Desinvestimento de armas: Mundo ALÉM da Guerra é um membro fundador da Alienação da Coligação de Guerra Por meio de campanhas populares em todo o mundo, a coligação trabalha para alienar fundos individuais, institucionais e governamentais de empresas fabricantes de armas e empreiteiros militares, e defende alternativas de reinvestimento socialmente responsáveis.

Contra-Recrutamento: Esta campanha combate o recrutamento militar nas escolas, defendendo uma maior transparência e ampliando os caminhos para a exclusão do recrutamento. Concebida para os Estados Unidos, a campanha pode ser escalada e ajustada para contrariar recrutamento específico a outros países. Nos Estados Unidos, os objetivos da campanha incluem a aprovação a nível estadual de legislação "opt-out" para melhor informar os pais sobre seu direito legal de optar por retirar seus filhos do recrutamento, e o encerramento de programas de tiro desportivo do JROTC em escolas de ensino médio. No ano de 2018, Maryland era o único estado americano com legislação forte de "opt-out" em vigor.

Fechamento de Bases: Esta campanha tem por objetivo aumentar a consciencialização pública e organizar resistência não-violenta em massa contra bases militares ao redor do mundo, com ênfase particular em bases militares americanas no exterior, que constituem 95% de todas as bases militares estrangeiras mundiais. Bases militares estrangeiras são centros de belicismo e expansionismo, causando impactos ambientais,

[193] O cientista da paz Patrick Hiller descobriu na sua investigação que viajar para o estrangeiro levou os cidadãos americanos a reconhecer melhor o privilégio e a perceção dos EUA a nível mundial, a entender como os inimigos percebidos são desumanizados na narrativa principal dos EUA, a ver "o outro" de forma positiva, a reduzir preconceitos e estereótipos e a criar empatia.

económicos, políticos, e sanitários severos em populações locais. World BEYOND War é um membro fundador na Coligação Contra Bases Militares Estrangeiras dos Estados Unidos.

Justiça Global & O Império da Lei Esta campanha voltada para as políticas públicas peticiona que os governos sigam leis internacionais. Ela clama pela ratificação da emenda ao Estatuto de Roma sobre a ação penal nos casos de crime de agressão, a jurisdição compulsória da Corte Internacional de Justiça, e a condução de processos penais em todos os casos de crimes de guerra no Tribunal Penal Internacional.

Aprovar Resoluções: Uma tática na nossa campanha em prol da abolição da guerra é obter a aprovação de resoluções a nível local e estadual ou provincial clamando pela realocação de despesas militares para necessidades humanas e ambientais. Junto com os nossos aliados, temos ajudado a aprovar resoluções em diversas localidades para exigir a diminuição de gastos governamentais com guerras e com preparações para guerras.

A organização de ações diretas envolve a edificação da nossa força em números e, então, a utilização desse poder popular em massa para exercer pressão direcionada sobre os tomadores de decisões, como oficiais eleitos, chefes institucionais, ou executivos de empresas, para incitá-los a fazer as mudanças de políticas que queremos ver. Para esse fim, organizar requer a divulgação constante a indivíduos e a organizações aliadas para realizar ações coletivas. Cada campanha emprega táticas variadas, o que oferece a ativistas diversas possibilidades de se engajar. Táticas da campanha incluem, entre outras, coletar assinaturas em petições; ligações por telefone; abaixo-assinados por parte de representantes de organizações e representantes eleitos; escrever cartas-ao-editor e artigos de opinião; campanhas nas redes sociais; se encontrar com representantes eleitos e outros tomadores-de-decisões; e organizar protestos, sit-ins, e marchas não violentas e ao estilo de Gandhi. Táticas podem variar em tipo e intensidade de acordo com a estratégia necessária para convencer um tomador-de-decisão de forma a alcançar o objetivo da campanha. Organizações como a Campanha Não-Violência e o Centro Internacional de Conflito Não-Violento examinam o uso de ações não-violentas diretas e o agravamento de conflitos ao redor do mundo, e criam treinamentos para ativistas e organizadores baseados em lições vindas da prática e de pesquisa.

CONCLUSÃO

A guerra é sempre uma escolha, e é sempre uma péssima escolha. É uma escolha que sempre leva a mais guerra. Ela não é inscrita nos nossos genes e nem na nossa natureza humana. Não é a única resposta possível aos conflitos. A ação não-violenta é uma escolha mais eficaz, porque ela dissipa e ajuda a resolver conflitos. Mas a opção pela não-violência não deve esperar até o surgimento de um conflito. Ela deve estar integrada na sociedade: integrada em instituições para a previsão, a mediação, e a adjudicação de conflitos e para a manutenção da paz. Ela deve estar integrada na educação em forma de conhecimento, perceções, crenças e valores—em suma, uma cultura de paz. As sociedades conscientemente se preparam de antemão para a resposta bélica e assim perpetuam a insegurança. Por que os humanos continuam neste caminho? Até a prevenção pré-conflito é mais eficaz menos custosa do que a proteção pós-conflito. Em outras palavras, prevenir a guerra é menos custoso do que colocar as coisas em ordem após a guerra. E isto nem inclui o sofrimento humano e o trauma que podem ser evitados.

Alguns grupos poderosos se beneficiam da guerra e da violência. A maioria esmagadora das pessoas, entretanto, sairá ganhando em um Mundo ALÉM da Guerra.

Para que a paz prevaleça, devemos igualmente nos preparar muito de antemão para realizar a melhor escolha. Se queres paz, prepara-te para a paz.

"Esqueça que esta tarefa de salvar o planeta não seja possível no tempo requerido. Não se deixe intimidar por pessoas que sabem apenas o que não é possível. Faça o que tiver que ser feito, e verifique se foi impossível só depois de ter terminado."
- Paul Hawken (Ambientalista, Autor)

Inspire-se

- Mais de 75,000 pessoas e 500 organizações de 175 países assinaram a promessa de paz de World BEYOND War.
- A desmilitarização está em andamento. A Costa Rica e outros 24 países têm desfeito suas forças armadas completamente.
- Nações europeias, que haviam lutado umas contra as outras, inclusive nas terríveis guerras mundiais do século vinte, trabalham agora em colaboração dentro da União Europeia.
- Antigos defensores das armas nucleares, inclusive antigos Senadores e Secretários de Estado dos EUA e numerosos oficiais militares de alta patente aposentados, têm rejeitado publicamente armas nucleares e clamado pela sua extinção.
- Há um movimento maciço em todo o mundo para por fim à economia de carbono e consequentemente às guerras por petróleo.
- Muitas pessoas e organizações conscientes ao redor do mundo clamam pelo fim da contraproducente "guerra ao terror."
- Mais de um milhão de organizações no mundo estão a trabalhar ativamente em prol da paz, da justiça social, e da proteção ambiental.
- Trinta e uma nações latino-americanas e caribenhas criaram uma zona de paz no dia 29 de Janeiro de 2014.
- Nos últimos 100 anos, nós humanos criamos, pela primeira vez na história, instituições e movimentos para controlar a violência internacional: a ONU, a Corte de Haia, O Tribunal Internacional de Crimes de Guerra; e tratados tais como o Pacto Kellogg-Briand, o Tratado de Ottawa pelo banimento de minas

terrestres, o Tratado da Convenção de Direitos da Criança pelo fim do envolvimento de crianças em conflitos armados (conhecido como o Tratado das Crianças-Soldados), e muitos outros.

- Em 2017, o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares foi adotado pelas Nações Unidas.
- Uma revolução da paz já está em andamento.

ADENDAS

Política Externa Feminista

No nível de políticas de estado-nação, estamos a testemunhar o desenvolvimento de uma série de perspetivas promissoras que podem amplamente ser descritas como Políticas Externas Feministas (PEFs). Aqui está como o Centre for Feminist Foreign Policy define essas perspetivas:

> "Uma Política Externa Feminista (PEF) é uma perspetiva que eleva a experiência vivida diária de comunidades marginalizadas para o primeiro plano e providencia uma análise mais abrangente e profunda sobre questões globais. Ela toma um passo fora da caixa-preta que é o forma tradicional de se pensar a política externa e o seu foco na força militar, na violência e na dominação, oferecendo uma reavaliação alternativa e interseccional sobre a questão da segurança, do ponto de vista dos mais marginalizados. É uma perspetiva de políticas multidimensionais que visa a elevar as experiências e a agência de mulheres e grupos marginalizados para poder examinar as forças destrutivas do patriarcado, do capitalismo, do racismo e do militarismo."[194]

Como podemos ver, a Política Externa Feminista é uma resposta a um status quo patriarcal e violento da política externa. É uma solução que reequilibra as desigualdades de poder e providencia uma perspetiva política informada por pessoas que sofrem as consequências de decisões políticas.[195] De acordo com o International Center for Research on Women, "a política externa feminista é uma ferramenta promissora que segue uma abordagem muito necessária, interseccional e, muitas vezes, multilateral em relação aos direitos das mulheres, abordando simultaneamente questões urgentes tais como mudanças climáticas, paz e segurança, crescimento inclusivo, saúde global e redução da pobreza."[196]

PEFs são abordagens políticas que põem a análise de género no centro das preocupações de segurança nacional. Elas questionam ideias culturais dominantes sobre o que é considerado masculino e como são integradas nos paradigmas de segurança nacional. Carol Cohn, uma voz de destaque no debate sobre género e segurança, nos lembra que "muitos de nossos pressupostos e nossas crenças sobre quais políticas de segurança serão eficazes surgem de uma série de ideias ligadas ao género sobre como exercitar o poder de forma mais eficaz, sobre o que significa ser 'forte' e sobre o que 'funciona' para nos manter seguros."[197] Uma Política Externa Feminista é o antídoto. Ela desmilitariza a segurança não apenas no meio teórico, mas através de mudanças diretas, prioridades e práticas aplicadas em políticas convencionais que têm sido tradicionalmente enraizadas em um paradigma de segurança militarizado. Discursando acerca de política nuclear, Marissa Conway, cofundadora do Centre for Feminist Foreign Policy, nos lembra que a experiência humana deve estar no centro e que toda opção política deve ser explorada através de uma diversidade de perspetivas baseadas na segurança real, não em um desejo por poder e dinheiro.[198]

Há vários países, liderados, inicialmente, pela Suécia em 2014, que adotaram ou agora estão a buscar suas respetivas Políticas Externas Feministas (ver exemplos na caixa). Devem ser considerações chaves em qualquer Política Externa Feminista a inclusão de vozes marginalizadas (veja: "O Papel das Mulheres na Paz e na Segurança" neste livro), a análise interseccional, a reavaliação da segurança (veja: "O Que Nos Torna Seguros?" neste livro), e a mudança de prioridades nas despesas (veja: "Reajustar as Despesas Militares" neste livro).

---

[194] https://centreforfeministforeignpolicy.org/feminist-foreign-policy/
[195] https://centreforfeministforeignpolicy.org/our-story
[196] https://www.icrw.org/publications/feminist-foreign-policy-a-framework/
[197] Cohn, C. (2019). *Género e segurança nacional* (Uma Nova Visão. Género, Justiça, Segurança Nacional, pp. 6-11). Fundo Ploughshares. https://www.ploughshares.org/sites/default/files/A-New-Vision-Gender-Justice-National-Security.pdf
[198] Ibid (pp. 52–57).

Políticas Externas Feminista, ainda que firmadas em estudos académicos feministas [199], já são uma realidade. Devido ao ativismo e a um reconhecimento crescente, essas perspetivas podem criar novas normas na política externa, afastando qualquer discurso sobre segurança nacional de um paradigma militarista.

Exemplos selecionados de Políticas Externas Feministas		
País	*Enquadramento*	*Como ela se aplica à paz e à segurança*
Suécia	Política Externa Feminista	"A igualdade entre mulheres e homens é um objetivo fundamental da política externa sueca. Assegurar que mulheres e meninas possam usufruir dos seus direitos humanos fundamentais é uma obrigação dentro da perspetiva de nossos compromissos internacionais, e um pré-requisito para alcançar os objetivos de política externa mais amplos da Suécia relacionados à paz, à segurança e ao desenvolvimento sustentável."[200]
Canadá	Política de Assistência Internacional Feminista	"O Canadá se compromete a reduzir ameaças e facilitar a estabilidade e o desenvolvimento em Estados frágeis e em Estados afetados por conflito armado. O Canadá incentiva uma maior participação de mulheres em processos de paz e, como parte de seu Plano Nacional de Ação, trabalha para avançar a agenda global sobre as mulheres, a paz e a segurança."[201]
Luxemburgo	Comunicado sobre a criação da Política Externa Feminista	"Uma política externa feminista também visa fortalecer a representação e participação de mulheres em todos os níveis, seja em diplomacia, cooperação, defesa, ou missões civis no exterior. Uma melhor representação das mulheres em todos os níveis da sociedade não é um objetivo em si mesmo, mas um meio para fortalecer paz, segurança e democracia no mundo, tal como estipulado na Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre "Mulheres, Paz e Segurança". Uma política externa feminista, portanto, não visa apenas o bem-estar das mulheres, mas o bem-estar geral e contribui para o nosso compromisso com um mundo estável e seguro."[202]

[199] Consulte a Edição Especial do Peace Science Digest "Gender and Conflict" para diferentes perspetivas: https://peacesciencedigest.org/special-issue-gender-conflict

[200] https://www.government.se/government-policy/feminist-foreign-policy/

[201] https://www.international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/priorities-priorites/policy-politique.aspx?lang=eng#5.6

[202] https://maee.gouvernement.lu/content/dam/gouv_maee/minist%C3%A8re/d%C3%A9clarations-de-politique-%C3%A9trang%C3%A8re/2019/EN-Declaration-de-politique-etrangere-2019.pdf

México	Política Externa Feminista	"A Política Externa Feminista do México fundamenta-se em um conjunto de princípios que buscam, através da política externa, promover ações governamentais para reduzir e eliminar diferenças estruturais, lacunas e desigualdades de género, a fim de construir uma sociedade mais justa e próspera."[203]

[203] https://www.gob.mx/sre/prensa/mexico-anuncia-la-adopcion-de-su-politica-exterior-feminista?state=published

Infraestruturas para a Paz

Uma falha significativa quando falamos sobre a construção global da paz (com algumas exceções notáveis, descritas abaixo) é o fato de que poucos países no mundo têm infraestruturas nacionais para a paz (I4P). Praticamente todos têm departamentos de defesa, os antigos departamentos de guerra, assim como alguma variação de departamentos de segurança, construídos segundo uma política e uma estrutura paramilitares. A infraestrutura militar dispõe de recursos significativos, é facilmente mobilizada e está presente em todos os níveis em uma dada sociedade. Nesse sistema estrutural, não é nenhuma surpresa que, no que se refere à criação de políticas e a tomada de decisões a nível de gabinete, as decisões são na maioria das vezes baseadas em uma intervenção do tipo militar. Até as respostas às questões de meio-ambiente e clima têm-se tornado altamente garantidas nesse meio de políticas.

O que é necessário é uma estrutura de construção de paz paralela que se contraponha a essa tendência, em que um ministro ou secretário da paz é incumbido de enxergar todas as questões de paz e segurança através das lentes da não-violência e da paz por meios pacíficos. Além disso, essa abordagem precisa ser de baixo para cima, para que, apoiadas pelo Estado, as pessoas nas suas comunidades se tornem o centro de sua própria paz e segurança coletivas através de novas estruturas de construção de paz a nível local e regional. Isso representa um sistema de segurança verdadeiramente alternativa.

John Paul Lederach introduziu o conceito de I4P no seu livro, Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies (1997): "... A construção de paz nos conflitos de hoje exige um compromisso de longo prazo para estabelecer uma infraestrutura em todos os níveis da sociedade, uma infraestrutura que capacita os recursos de reconciliação vindos de dentro daquela sociedade e maximiza a contribuição vinda de fora."

Aqui está uma definição genérica formulada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em conjunto com a União Africana: Uma I4P é uma "rede de sistemas interdependentes, recursos, valores e habilidades pertencentes ao governo, à sociedade civil e a instituições comunitárias que promovem diálogo e consultas, previnem o conflito e permitem a mediação pacífica quando a violência ocorre em uma sociedade."[204]

A Aliança Global para Ministérios e Infraestruturas para a Paz (GAMIP) foi formada em 2005 e tem sediado conferências globais duas vezes ao ano para prosseguir com este trabalho. O conceito central é institucionalizar a construção da paz para combater a institucionalização da guerra. Seus membros locais foram fundamentais para a criação dos ministérios costa-riquenhos e nepaleses mencionados abaixo.

Tem havido vários avanços na formação de ministérios ou departamentos nacionais da paz: as Ilhas Salomão (sem data), o Nepal (2007), a Região Autónoma de Bougainville (sem data) e a Etiópia (2018) são todos exemplos de avanços pós-conflitos. O ministério no Nepal foi encerrado, enquanto os outros todos continuam a se desenvolver. O Afeganistão (2018) também criou um Ministério de Estado para a Paz, preocupado com negociações com o Talibã no conflito em curso. Uma Loya Jirga foi convocada em 2019, uma assembleia para a paz reunindo anciãos tribais de toda a sociedade Afegã, para considerar questões de paz e segurança.

Costa Rica (2009) criou o cargo de Vice-Ministro da Paz como parte do Ministério da Justiça e da Paz. Esse é o único exemplo de um ministro sendo formado como resultado de uma política de pacificação consistente, que começou em 1948 com a abolição de seu exército, acompanhada por sua declaração de neutralidade em 1983.

Mesmo que o foco da GAMIP inicialmente tenha sido em tais departamentos a nível nacional, esta reconheceu que o conceito mais amplo de I4P abrangia um espaço muito maior. Na medida em que um departamento a nível

---

[204] Veja PNUD: Resumo das Questões: Infraestrutura para a Paz, Escritório para Prevenção e Recuperação de Crises, One UN Plaza, NY, fevereiro de 2013. http://www.un.org/en/land-natural-resources-conflict/pdfs/Issue_brief_infrastructure_for_peace.pdf

nacional é essencial para coordenação geral, ao mesmo tempo, estruturas de construção de paz são necessárias a nível regional e local. Conflitos precisam ser resolvidos no nível em que eles ocorrem, tipicamente engajando comités de paz locais, compostos por líderes locais respeitados, muitas vezes utilizando modelos de construção de paz tradicionais e apropriadas para sua cultura Representantes a nível de Estado podem ou não estar presentes, mas, em geral, não determinam como as negociações são estruturadas. Este artigo só incluirá exemplos de I4P que estão ativas em todos os níveis dentro de um país, já que exemplos incidentais e isolados, mesmo que talvez sejam marcantes, são inadequados para corresponder às necessidades de paz e segurança externas e internas. A história da maioria dos processos de paz é que eles muitas vezes são fragmentados ao se estabelecerem e, dessa forma, acabam por resultar em uma negociação bem-sucedida, mesmo que o sucesso seja de curta duração, muitas vezes de cima para baixo e sem apoio amplo.

O Quénia criou a Política Nacional de Construção de Paz e Gestão de Conflitos em Dezembro de 2011. Isso ocorreu após violência pré e pós-eleitoral e violência étnica. A política tem seis pilares chaves que são cruciais para a realização de seus objetivos gerais. Ela realça a necessidade de planeamento e programação sensível a questões de conflito em todos os níveis de desenvolvimento regional, sub-regional, nacional e comunitário. Esses pilares são: Estrutura Institucional; Criação de Capacidades; Prevenção de Conflito; Mediação e Diplomacia Preventiva; Prevenção e Mitigação de Conflito Tradicionais; e Recuperação e Estabilização Pós-Conflitos. Conselhos de Paz Distritais têm sido estabelecidos na maioria dos distritos junto com Conselhos de Anciãos, promovendo vias tradicionais de resolver conflitos. A ênfase tem sido dada para o melhoramento de sistemas de aviso prévio e resposta e de capacitação para a construção da paz entre todas as partes interessadas, auxiliada pelo Estado, com uma participação maior de mulheres.[2]

O Gana criou o Conselho Nacional da Paz (CNP), através do Ato do Conselho Nacional da Paz de 2011. O CNP é financiado, mas se mantém independente do governo nacional. A adesão, composta inteiramente por voluntários, inclui membros com afiliações políticas, étnicas e religiosas. Abaixo do CNP estão o Secretariado do Conselho, o Secretariado de Paz do Condado de cada região, e Comités de Paz Distritais. O CNP coordena e trabalha em rede com os outros níveis, providencia treinamento em prevenção e resolução de conflitos e financia encontros de fóruns para paz em vários níveis. Dependendo da natureza do problema ou do conflito, uma organização de nível relevante é convocada.

O Quirguistão enxerga as I4Ps como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para fortalecer a união do povo e as relações interétnicas através de várias estruturas. Entre estas estão: o Departamento de Políticas Étnicas e Religiosas e Cooperação com a Sociedade Civil e a Agência de Estado de Autogoverno Local e Relações Interétnicas, dentro do governo nacional, criados em 2013. A cooperação destas estruturas com a sociedade civil através de comités consultivas regionais para a paz foi primordial. As conquistas dessa abordagem incluem uma redução significativa de violência interétnica nos anos seguintes, enquanto o país tem trabalhado para estabelecer uma sociedade inclusiva, em que todos os cidadãos se sintam parte do Estado e se consciencializem e tomem posse dos processos de paz. Como os outros casos acima, esse é um trabalho em andamento.

As Nações Unidas são a sede de um movimento, em crescimento desde a Conferência da GAMIP no Canadá em 2006, e liderada pela Paz Agora e por membros da GAMIP, para apresentar uma resolução à Assembleia Geral da ONU, através dos estados-membros, clamando pela criação de I4P em todos os governos. As I4P "podem constituir entidades e processos em vários níveis de formalidade: formal, informal e semiformal, e podem por conseguinte abranger os níveis nacional, subnacional e local/comunitário".[205] Elas podem ser estabelecidas através de processos de cima para baixo ou de baixo para cima (ou uma mistura dos dois). As I4P "podem ser

[205] https://www.berghof-foundation.org/en/publications/glossary/infrastructures-for-peace/

instituições nacionais formais, como os ministérios da paz, que idealmente são ligados a mecanismos locais para lidar com conflitos, como os comités locais para a paz" (CLP).[206]

Paul Van Tongeren destaca algumas das melhores práticas no desenvolvimento de CLPs:[207]

1. CLPs funcionam melhor quando há uma I4P nacional, organizada em todos os níveis dentro de um Estado, mas que funcionem com um nível elevado de autonomia local em relação ao governo nacional ou regional.

2. Em geral, processos de paz começam de baixo para cima e devem permitir inovações locais em termos de estrutura e organização e devem engajar participantes reconhecidos na comunidade, que muitas vezes são líderes tradicionais dentro do contexto sociocultural.

3. Representantes do governo podem estar presentes, atuando principalmente como elo de ligação com os níveis superiores—em vez de direcionar o processo local—e providenciam suporte financeiro e treinamento.

4. CLPs podem, muitas vezes, operar onde o governo não pode, ou onde ele é visto de forma suspeita, e podem ser capazes de aliviar situações potencialmente voláteis, como tensões pré e pós-eleitorais ou tensões étnicas.

5. Não há formulas padrão que podem ser usadas em todos os contextos, mas devem vir de condições locais específicas.

6. Todas as partes em um conflito e todos os impactados devem ser representadas, preferencialmente, com igual representação de mulheres e homens.[208]

---

[206] Ibid

[207] Paul Van Tongeren é reconhecido como um dos pioneiros na investigação de infraestruturas para a paz e comités locais de paz.

[208] Veja: Van Tongeren, P. (a ser publicado). Construir a paz a partir do zero: Comités locais de paz e infraestruturas para a paz em África. Em Confrontar a paz: Comunidades locais na sequência de um acordo nacional. Veja também: van Tongeren, P. (2013) Criar infraestruturas para a paz - Experiências em três continentes. Investigação e Análise - Pensamento Próprio (36-37).

O Papel do Jovem na Paz e Segurança

O papel do jovem na paz e segurança é um imperativo moral e pragmático. É um imperativo moral porque a necessidade das pessoas jovens de se envolverem em políticas e programas que afetam suas vidas é um direito humano básico, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em setembro de 1999, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) declarou: "Os jovens são o presente; seu envolvimento é necessário para o desenvolvimento e sustentabilidade humana. A exigência mais forte expressa atualmente pelos próprios jovens é a da participação." Os processos da paz, no entanto, devem incluir pessoas jovens em todos os estágios do ciclo do programa, para que o trabalho seja fundamentado nas suas necessidades e alinhe-se aos direitos humanos mais amplos.

A inclusão dos jovens na paz e no trabalho de segurança é um imperativo pragmático porque a geração jovem de hoje é a maior da história. No mundo, há atualmente 1,8 mil milhões de jovens com idades entre 10 a 24 anos, ou mais de uma a cada quatro pessoas no planeta. Estima-se que o número de pessoas com idades entre 15 a 24 anos atinja o total de 40% até 2030.[209] Dos estimados 3,1 mil milhões de jovens e crianças com menos de 25 anos, a maioria (quase 2,7 mil milhões) está atualmente a viver em cidades de crescimento rápido na África, Ásia e América Latina.[210] Se quisermos tornar o objetivo de acabar com a guerra um pouco mais acessível, então devemos preparar a inédita população jovem global com ferramentas, recursos, e ajuda necessária para prevenir a violência, transformar conflitos e manter a paz.

Os jovens estão muitas vezes na vanguarda das questões da paz e segurança, tanto por suas contribuições positivas quanto por suas frustrações de serem sistematicamente excluídos de tais questões.[211] Reconhecendo lacunas que existem no trabalho da construção da paz liderado por jovens, descrito abaixo, há um número crescente de jovens trabalhando para promover as perspetivas de paz e segurança nos níveis local, nacional, regional e mundial. Há também muitas organizações e iniciativas mundiais que têm por objetivo ajudar jovens a serem melhor incluídos na tomada de decisão, no planeamento e na ação sobre a paz e a segurança. Exemplos notáveis são: The United Network of Young Peacebuilders, Peacejam, Search for Common Ground, Alliance for Peacebuilding, Peace Direct, os Quakers, NewGen Peacebuilder, Generations for Peace, Seeds of Peace. Young Peacebuilders, the Commonwealth Youth Peace Ambassadors Network e Friends on Preventing Violent Extremism, entre outros.

Um crescente número de estudiosos,[212] legisladores e políticos também argumentam que a participação inclusiva e substancial de jovens em processos de paz é um pré-requisito para alcançar a agenda de Consolidação da Paz da ONU e as Metas de Desenvolvimento Sustentável de forma mais ampla. O Secretário-Geral da ONU António Guterres afirma: "O mundo precisa que os jovens continuem a falar, a pressionar e a superar os limites para protegermos o nosso planeta e melhorarmos as vidas das pessoas." (Nações Unidas, 2020) Os líderes espirituais também têm sido grandes defensores da ligação entre os jovens e a paz. Gandhi, por exemplo, defendia que: "Se quisermos alcançar verdadeira paz neste mundo e travar uma verdadeira guerra contra a guerra, teremos de começar com as crianças."[213]

Há três maneiras principais de avaliar o papel da juventude na paz e segurança. Primeiro, *jovens como vítimas* que analisa como jovens são afetados pela guerra e pela violência. Há provas que os jovens têm sido

---

[209] Veja o relatório *State of the World Population* em https://www.unfpa.org/swop-2014

[210] Veja o relatório *Global Thematic Consultation on Population Dynamics* em https://www.unfpa.org/publications/population-and-sustainable-development-post-2015-agenda

[211] A ONU define os jovens como aqueles com idade entre 15 e 24 anos. No entanto, não existe uma definição universalmente aceite de "juventude" nem de "jovens". Há variações na forma como os jovens são definidos nas políticas, legislação e investigação.

[212] Para citar alguns: Alan Smith, Andria Wisler, Celina Del Felice, Mieke Lopes Cardozo & Siobhan McEvoy-Levy.

[213] Leia a citação completa aqui: https://www.peace-ed-campaign.org/view/peace-education-quotes-memes/entry/502/

desproporcionalmente afetados pelo conflito armado.[214] Atualmente, mais de 600 milhões de jovens vivem em cenários frágeis e afetados por conflitos.[215] Segundo, *jovens como agressores,* que analisa a maneira em que jovens, e particularmente homens jovens, são vistos como ameaça à paz e à segurança. Neste contexto, muito se tem escrito sobre o que é chamado 'inchaço juvenil', que se refere ao papel que grandes grupos de jovens podem desempenhar no aumento do risco de violência e de insegurança.[216] Embora tais reivindicações não sejam incontestáveis, tem-se observado que a esmagadora maioria das pessoas que se tornam extremistas violentos são homens entre 16 e 30 anos de idade.[217] Terceiro, *juventude como construtora da paz*, que se refere à voz, à resiliência e às contribuições positivas dos jovens para a paz e a segurança. Este discurso foca em jovens como atores chave na manutenção da paz.

Dos três papéis acima mencionados, há uma forte tendência entre os profissionais, académicos e legisladores a prestar mais atenção ao papel dos jovens como vítimas ou agressores do que ao seu papel como construtores da paz. Este foco tende a ser também no género, com mulheres jovens sendo vistas como vítimas e jovens homens como agressores. Uma das consequências disso é que o papel dos jovens na transformação de conflitos violentos e na promoção de uma cultura de paz continua a ser uma área de estudo e prática subdesenvolvida. Esta falha e a urgência e benefícios de remediá-la não passaram despercebidas pela comunidade global.

Nos últimos 5 anos, vários desenvolvimentos tiveram um impacto no que se refere como a agenda Juventude, Paz e Segurança (YPS, sigla em inglês). Mais notoriamente, a Resolução 2250 do Conselho de Segurança da ONU sobre a Juventude, a Paz e a Segurança foi aprovada por unanimidade em 2015 (UNSCR 2250).[218] Movido pelo ativismo juvenil, esta é a primeira resolução inteiramente dedicada à importância e ao papel positivo desempenhado pelo jovem na manutenção e promoção da paz e segurança. A resolução identifica cinco pilares para ação a qual visa facilitar a contribuição dos jovens nos processos da paz e resolução de conflitos: participação, parcerias, prevenção, proteção e retirada e reintegração.

Desde a adoção da Resolução 2250 do Conselho de Segurança da ONU, vários outros desenvolvimentos aconteceram. Estes incluem: a adoção da Resolução 2419 do Conselho de Segurança da ONU, que apela aos países para que incluam a juventude na negociação e implementação de acordos de paz; a Estratégia da ONU para a juventude (Juventude 2030) que identifica a paz e a segurança como uma das prioridades centrais da ONU em relação ao trabalho que esta faz com e para a juventude em todo o mundo; e a Lei da Juventude, Paz e Segurança, que foi introduzida na Câmara dos Representantes dos EUA em 2020 para criar uma política que visa reforçar o apoio dos EUA aos jovens construtores da paz no estrangeiro e a criação de um Fundo para a Juventude, Paz, Segurança e Prosperidade.

Nos últimos anos, houve um aumento no número de organizações, programas e publicações que focam no papel e impacto da juventude no trabalho de paz e segurança; redes globais, grupos de trabalho, kits de ferramentas e fontes de financiamento também estão em expansão. Ainda, enquanto a comunidade global está a começar a mudar a narrativa do jovem como vítima ou agressor para construtor da paz, nós ainda não estamos a fazer o suficiente para aproveitar o poder do jovem como agente da paz.

---

[214]Consulte o site do Escritório do Enviado do Secretário-Geral para a Juventude: https://www.un.org/youthenvoy/armed-conflict/

[215]Veja a Estratégia Juvenil do PNUD 2014-2017: Jovens com Poder, Futuro Sustentável: https://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/democratic-governance/youthstrategy.html

[216]Veja: Hendrik, H. (2006). Um choque de gerações? aumento da juventude e violência política. International Studies Quarterly. 50 (3): 607–29.

[217] Sommers, M. (2019). *A juventude e o campo de combate ao extremismo violento*. Washington, DC: Promundo-US.

[218]. https://www.securitycouncilreport.org/un-documents/document/sres2250.php

Um exemplo poderoso dessa dinâmica foi encontrada no estudo obrigatório do Conselho de Segurança das Nações Unidas que procurou avaliar "a contribuição positiva da juventude no processo da paz e resolução de conflitos."[219] As análises e recomendações foram baseadas em sete consultas regionais de jovens, consultas diretas com mais de 4000 jovens, mais de 280 grupos focais em 44 países, 45 estudos temáticos e específicos de cada país, e uma pesquisa global de organizações de construção da paz lideradas por jovens. A abordagem do estudo pode funcionar como modelo para engajar jovens em futuros esforços de paz e segurança.

O teor geral deste estudo revelou que enquanto jovens estão a contribuir a uma cultura de paz em várias maneiras, eles são também frequentemente sub-representados nos processos da paz. De acordo com o estudo, jovens descrevem suas experiências de exclusão a se manifestar em seis áreas principais: política, economia, educação, género, injustiça e direitos humanos e retirada e reintegração. A experiência de exclusão pode ser identificada por uma falta de confiança intergeracional crescente entre os jovens e seus governos, o sistema multilateral e a entrega da própria democracia.

O estudo também observou que há uma tendência forte de associar os jovens com a violência. Isto é problemático porque limita a atuação dos jovens como atores da paz e dá origem a estereótipos negativos que moldam desproporcionalmente políticas para abordagens de segurança rígidas. A título de exemplo, os Estados Unidos gastaram 2,8 triliões de dólares no que é chamado contra-terrorismo entre 2002 e 2017. Uma proporção significante disto foi para combater o extremismo juvenil que, de um modo geral, visa um número relativamente pequeno de jovens que são considerados 'em risco' ou um 'problema'. Uma confiança excessiva no investimento em tais programas pode comprometer o financiamento de outros esforços que visam um maior número de jovens com potencial para desempenhar papéis de liderança na construção da paz. Neste contexto, verifica-se que a maioria dos jovens não recorre a violência para solucionar seus problemas. Ao contrário, a esmagadora maioria dos jovens são pacíficos.

Juntamente com as lacunas identificadas por este estudo, há um conjunto de recomendações. Elas podem ser resumidas em três conceitos: investimento, inclusão e parceria. Embora o investimento no financiamento do trabalho para a paz e segurança com os jovens tenha aumentado nos últimos anos, o financiamento insuficiente para atender à necessidade persiste. O estudo, portanto, propõe a destinação de 1,8 mil milhões de dólares para a agenda da YPS (Juventude, Paz e Segurança), representando um investimento de 1 dólar por jovem no mundo, até 2025 para o 10º aniversário da Resolução 2250 do Conselho de Segurança da ONU. Para além de visar os jovens considerados em risco ou um problema, como é feito atualmente, muito mais pode ser feito para também visar jovens que não estão envolvidos em violência. Isto inclui modelos de intervenções precoces para estimular as capacidades dos jovens, atuação e liderança para a paz.

Inclusão não significa apenas incorporar a voz dos jovens. Significa também que os jovens desempenham um papel fundamental na conceção, execução e avaliação de estratégias de construção da paz. Isto significa partilhar o poder com os mesmos jovens que são frequentemente objeto de pesquisa e prática de paz e segurança. Os processos da paz que são concebidos 'com' e liderados 'por' jovens fazem com que estes passem de recetores passivos a sujeitos ativos da paz. A parceria consiste em reunir os jovens e organizações lideradas por eles para realizar efetivamente a Resolução 2250 do Conselho de Segurança da ONU local, nacional, regional e globalmente.

Um grande desafio enfrentado pela comunidade global é como traduzir a política em prática. Isto inclui deslocar a agenda do YPS para além do Conselho de Segurança para os Estados membros, reconhecendo que todo trabalho deve ser implementado de um modo sensível ao conflito. Em resposta a este desafio, uma série de abordagens regionais promissoras, diretrizes políticas e planos de ações nacionais continuam a ser criados. Ao mesmo tempo, é claro que nos encontramos no início de uma longa jornada, e muito mais pode ser feito para generalizar a

---

[219]Leia mais em Simpson, G. (2018) A paz perdida: Estudo de progresso independente sobre juventude, paz e segurança. https://www.youth4peace.info/UNSCR2250/Introduction

participação dos jovens em todos os processos de construção da paz e segurança. Isto foi exemplificado no primeiro relatório da ONU na agenda da YPS desde que a Resolução 2250 do Conselho de Segurança da ONU foi adotada.[220]

Ao criar um mundo além da guerra, uma abordagem transformadora e mais poderosa ao trabalho da paz e segurança com jovens precisa ser adotada. São necessários os seguintes processos:

1. O investimento suficiente de dinheiro, tempo e energia para que os jovens possam ter acesso a qualificações, ferramentas e recursos necessários para alcançar seu poder e potencial como construtores da paz.
2. Colocar os jovens no centro das decisões e ações de paz e segurança em todos os níveis.
3. Construir parcerias com atores estatais e não-estatais para tornar a visão da Resolução 2250 do Conselho de Segurança da ONU uma realidade.

[220] Veja o relatório de 2020 do Secretário-Geral da ONU sobre Juventude, Paz e Segurança em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2020/167

APÊNDICES

Quem somos

World BEYOND War é um movimento global não-violento para acabar com a guerra e estabelecer uma paz justa e duradoura.

World BEYOND War é dirigida por um Conselho de Diretores voluntário:

- Leah Bolger, Presidente — EUA.
- David Swanson EUA
- Alice Slater — EUA
- Odile Hugonot Haber — EUA/ França
- Barry Sweeney - Itália/ Irlanda
- Gar Smith — EUA
- Donnal Walter — EUA
- Pat Elder — EUA
- Marc Eliot Stein — EUA
- Liz Remmerswall Hughes — Nova Zelândia
- John Reuwer — EUA
- Foad Izadi — Irão

World BEYOND War tem uma equipa dedicada e em crescimento:

- Administrador executivo: David Swanson — EUA
- Diretor Organizador Greta Zarro — EUA
- Diretor de Educação: Phill Gittins — Reino Unido
- Diretor de Tecnologia e Media Social: Marc Eliot Stein — EUA
- Diretor de Desenvolvimento: Alex McAdams — Canada

O Comité de Assessoria de World BEYOND War inclui:

- Mairead Maguire — Irlanda
- Kathy Kelly — EUA
- Kevin Zeese — EUA
- Maria Santelli — EUA
- Hakim Young — Afeganistão
- Gareth Porter — EUA
- Ann Wright — EUA
- Medea Benjamin — EUA
- Johan Galtung — Espanha
- David Hartsough — EUA
- Patrick Hiller — EUA
- Matthew Hoh — EUA
- Dennis Kucinich — EUA
- Rivera Sun — EUA
- Tony Jenkins — EUA

World Beyond War foi fundada em 2014 por

- David Hartsough — EUA

- David Swanson EUA

O mapa de eventos da página é atualizado por:

- Barry Sweeney - Itália/ Irlanda

World Beyond War é dirigida principalmente por voluntários que devotam seu tempo gratuitamente. E somos financiados principalmente por doações muito pequenas. Somos extremamente gratos por cada voluntário e doador, embora não tenhamos espaço para agradecer a todos e muitos prefiram manter-se anónimos.

World BEYOND War é um membro da dos EUA, o Desvinculação da Coligação de Máquinas de Guerra, o Dia Mundial Contra Gastos Militares, o Bureau Internacional da Paz, a Rede de Colaboração da Coreia, a Campanha dos Pobres, Unidos pela Paz e Justiça, a Coligação Nacional Unida contra a Guerra, a Campanha Internacional para Abolir Armas Nucleares, a Rede Global Contra Armas e Energia Nuclear no Espaço, a Rede Internacional de Não à Guerra, Não à NATO, Realinhamento da Base Internacional e Coligação de Encerramento.

Contactar World BEYOND War

Envie-nos um e-mail: info@worldbeyondwar.org

Escreva-nos: World BEYOND WAR, 513 E Main St #1484, Charlottesville VA 22902 USA.

Apoie nosso Trabalho

World BEYOND War é um movimento movido por pessoas que dependem de pequenas doações em dólares feitas por indivíduos na nossa rede global e de base. Não aceitamos financiamento de governos ou empresas.

Por favor considere apoiar o nosso trabalho ao enviar uma doação ou ao se tornar um doador recorrente de 15 dólares ou mais por mês (doações são dedutíveis de impostos nos EUA).

Nos EUA, o destinatário dos cheques é "World BEYOND War/AFGJ".

Envie doações por cheque para: World BEYOND War, 513 E Main St #1484, Charlottesville VA 22902 USA

Doe online ao usar um cartão de crédito: aqui: https://worldbeyondwar.org/donate/

Com o seu generoso apoio, podemos acabar com a guerra e substituí-la por um Sistema de Segurança Global.

Doadores

A nossa base individual de doadores reflete o movimento global de base que trabalha para acabar com a guerra. Com doadores individuais por todo o mundo, trabalhamos para garantir uma paz sustentável e justa que se estende além das fronteiras.

Nossos doadores são a espinha dorsal deste trabalho e, juntamente com os nossos financiadores institucionais, agradecemos-lhes pelo seu apoio. Para uma de lista de alguns doadores e financiadores institucionais ao longo dos anos, por favor vá aqui: https://worldbeyondwar.org/who/

Grupos e Afiliados da World BEYOND War

World BEYOND War é uma rede de base global de voluntários, ativistas, grupos e organizações afiliadas pelo mundo. World BEYOND War é única porque une o empenho de pessoas e organizações que querem acabar com toda a guerra em todos os países. Reconhecemos que a tecnologia de comunicação e os media sociais de hoje nos

dão a capacidade de fazer algo que nunca foi feito antes: elevar as nossas vozes mundialmente para difundir o apoio ao ativismo pela abolição da guerra.

Assinar a Declaração de Paz da World BEYOND War é a porta de entrada para se envolver no nosso trabalho. Mais de 500 organizações e dezenas de milhares de indivíduos em 175 países assinaram. As organizações signatárias estão listadas na página da World BEYOND War aqui: https://worldbeyondwar.org/world-beyond-war-peace-pledge-signers/

Além de assinar o compromisso, as organizações podem associar-se a nós como "afiliadas". Afiliados são organizações existentes, com seus próprios nomes, marcas e missões próprias que partilham a nossa visão fundamental para o fim não violento de toda guerra. Os afiliados associam-se a nós em eventos e campanhas conjuntas alinhadas com nossa missão de abolir a instituição da guerra e de a substituir por uma paz justa e sustentável.

Os voluntários podem formar seu próprio "grupo" da World BEYOND War. Grupos organizam 4+ eventos/encontros por ano alinhados com áreas de foco da WBW: educação para a paz, desinvestimento em armas e encerramento de bases militares. Os grupos também arrecadam assinaturas para Declaração da Paz, e ajudam com outras tarefas, tais como angariação de fundos, tradução, pesquisa, escrita e muito mais. World BEYOND War apoia nossos grupos com recursos de educação gratuitos, organização de treinamentos, e assistência à angariação de fundos para desenvolver e implementar atividades dos grupos. Impulsionamos nossa rede para divulgar os eventos dos grupos e recrutar voluntários. Devido ao nosso alcance global, podemos também conectar os grupos com outros indivíduos e organizações pelo mundo que trabalham em campanhas similares para partilhar recursos, estratégias e lições aprendidas.

Visite https://worldbeyondwar.org/findchapter/ para explorar o mapa dos grupos e afiliados da World BEYOND WAR pelo mundo, e contacte-nos em info@worldbeyondwar.org para participar!

Guia Prático

"Study War No More" - Guia de Estudo e Ação da WBW para este livro!
http://globalsecurity.worldbeyondwar.org/

Almanaque da Paz http://worldbeyondwar.org/calendar/

Mapeando o Militarismo - https://worldbeyondwar.org/militarism-mapped/

Para onde o seu Imposto de Renda realmente vai https://www.warresisters.org/resources/pie-chart-flyers-where-your-income-tax-money-really-goes

Resumo sobre a Ciência da Paz www.peacesciencedigest.org

Índice da Paz Global http://www.visionofhumanity.org/

Projeto de Prioridades Nacionais, Militar / Segurança https://www.nationalpriorities.org/works-on/military-security/

A Declaração de Sevilha sobre Violência http://www.unesco.org/cpp/uk/declarations/seville.pdf

Grupo Rotariano em Ação pela Paz, Mapa da Paz -
https://fortress.maptive.com/ver4/26293cafb7ba975828856262b4d1ad3e

Livros

Ackerman, Peter, and Jack DuVall, A Force More Powerful: A Century of Nonviolent Conflict (2000).

American Friends Service Committee, Shared Security: Reimagining U.S. Foreign Policy. (https://www.afsc.org/document/shared-security-reimagining-us-foreign-policy).

Amster, Randall, Peace Ecology (2014).

Bacevich, Andrew, The New American Militarism: How Americans are Seduced by War (2005).

Bacevich, Andrew, Washington Rules: America's Path to Permanent War (2010).

Beckwith, Kathy, A Mighty Case Against War: What America Missed in U.S. History Class and What We (All) Can Do Now (2016).

Benjamin, Medea, & Evans, Jodie, Stop the Next War Now: Effective Responses to Violence and Terrorism (2005).

Boulding, Elise, and Randall Forsberg, Abolishing War: Cultures and Institutions (1998).

Boulding, Elise, Cultures of Peace: The Hidden Side of History (2000).

Boyle, Francis Anthony, Defending Civil Resistance Under International Law (1987).

Buchheit, Paul, American Wars: Illusions and Realities (2008).

Burrowes, Robert J. The Strategy of Nonviolent Defense: A Gandhian Approach (1996).

Cady, Duane L., From Warism to Pacifism: A Moral Continuum (2010).

Chappell, Paul, The Art of Waging Peace (2013).

Chenoweth, Erica, and Maria J. Stephan, Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict (2011).

Delgado, Sharon, Shaking the Gates of Hell: Faith-led Resistance to Corporate Globalization (2007).

Diamond, Louise, e John W. McDonald, Multi-track Diplomacy: A Systems Approach to Peace (1993).

Dower, John W., Cultures of War: Pearl Harbor / Hiroshima / 9-11 / Iraq (2010).

Elder, Pat, Military Recruiting in the United States (2016)

Elworthy, Scilla, Peace is Now Possible: The Business Plan to Build a World Without War (2017)

Engler, Mark, e Paul Engler. This is an Uprising: How Nonviolent Revolt is Shaping the Twenty-First Century (2016)

Faure-Brac, Russell, Transition to Peace: A Defense Engineer's Search for an Alternative to War (2012).

Fazal, Anwar, e Lakshmi Menon. The Right Livelihood Way: A Sourcebook for Changemakers (2016)

Fry, Douglas, War, Peace, and Human Nature: The Convergence of Evolutionary and Cultural Views (2013).

Galtung, Johan. Abolishing War. Criminalizing War, Removing War Causes, Removing War as Institution (acedido em 2016).

Galtung, Johan. A Theory of Peace. Building Direct-Structural-Cultural Peace (acedido em 2016).

Goldstein, Joshua S., Winning the War on War: The Decline of Armed Conflict Worldwide (2011).

Grossman, Dave, Matar: Um Estudo Sobre o Ato de Matar [On Killing: The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society] (1996).

Hand, Judith L., Shift: The Beginning of War, the Ending of War (2014).

Harris, Ian, e Mary Lee Morrison, Peace Education, 3rd ed., (2012).

Hartsough, David, Waging Peace: Global Adventures of a Lifelong Activist (2014).

Hastings, Tom, Ecology of War and Peace: Counting Costs of Conflict (2000).

Hastings, Tom, A New Era of Nonviolence. The Power of Civil Society over War (2014).

Hathaway, Oona, e Scott Shapiro. The Internationalists: How a Radical Plan to Outlaw War Remade the World (2017).

Hawken, Paul, Blessed Unrest: How the Largest Movement in the World Came into Being and Why No One Saw It Coming (2007).

Irwin, Robert A., Building a Peace System (1989; online grátis via HathiTrust).

Kaldor, Mary, Global Civil Society: An Answer to War (2003).

Kelly, Kathy, Other Lands Have Dreams: From Baghdad to Pekin Prison (2005).

Lederach, John Paul, Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies (1997).

Lederach, John Paul, A Imaginação Moral: Arte e Alma da Construção da Paz [The Moral Imagination: The Art and Soul of Building Peace] (2005).

Mahoney, Liam, e Luis Enrique Eguren, Unarmed Bodyguards: International Accompaniment for the Protection of Human Rights (1997).

Marr, Andrew, Tools for Peace: The Spiritual Craft of St. Benedict and Rene Girard (2007).

Mische, Patricia M., e Melissa Merkling, eds., Toward a Global Civilization? Diálogo de Cultura e Religiões (2001).

Myers, Winslow, Living Beyond War. A Citizen's Guide (2009).

Nagler, Michael, The Search for a Nonviolent Future (2004).

Nelson-Pallmeyer, Jack, Authentic Hope: It’s the End of the World As We Know It But Soft Landings Are Possible (2012).

Pilisuk Marc, and Jennifer Achord Rountree, The Hidden Structure of Violence: Who Benefits from Global Violence and War (2015).

O’Dea, James, Cultivating Peace: Becoming a 21st-Century Peace Ambassador (2012).

Ricigliano, Rob, Making Peace Last: A Toolbox for Sustainable Peacebuilding (2012).

Schwartzberg, Joseph E., Transforming the United Nations System (2013).

Sharp, Gene, Waging Nonviolent Struggle (2005).

Sharp, Gene, A Política da Ação Não-Violenta [The Politics of Nonviolent Action] (1973).

Sharp, Gene, Civilian-Based Defense: A Post-Military Weapons System (1990).

Shifferd, Kent, From War to Peace: A Guide to the Next Hundred Years (2011).

Solomon, Norman. War Made Easy: How Presidents and Pundits Keep Spinning Us to Death. (2010).

Somlai, Anton, Peace Vigil: Living Without Hesitation (2009).

Swanson, David, War No More: The Case for Abolition (2013).

Swanson, David, When the World Outlawed War (2011).

Swanson, David, War Is A Lie (2ª Ed., 2016).

Thompson, J. Milburn, Justice & Peace: A Christian Primer (2003).

Vine, David. Base Nation: How U.S. Military Bases Abroad Harm America and the World. (2015)

Williams, Jody, Goose, Stephen, & Wareham, Mary. Banning Landmines: Disarmament, Citizen Diplomacy, and Human Security (2008).

Filmes

A Bold Peace

A Force More Powerful

Bringing Down a Dictator

Orange Revolution

Pray the Devil Back to Hell

Paying the Price of Peace

Combatendo Mitos de Guerra (folheto informativo)

A guerra ganha apoio e aceitação a partir da crença generalizada em informações falsas, e da acumulação de informação falsa que forma conceitos ou mitos geralmente falsos sobre a guerra. Isto é uma boa notícia, porque significa que não estamos obstinadamente divididos por ideologias ou perspetivas do mundo. Em vez disso, encontraremos um acordo mais generalizado sobre a guerra se conseguirmos pelo menos uma maior consciencialização de informações precisas.

A World BEYOND War mantém uma lista de mitos de guerra comuns e os fatos que os desmistificam. Desafiamos vários mitos que se enquadram nas seguintes categorias — a Guerra é 1) inevitável, 2) necessária, 3) benéfica, e 4) justa.

Segue-se uma folha de respostas abreviada com mitos e factos que é ótima para pontos de conversa e para conduzir a uma discussão fundamental. Pode encontrar os nossos argumentos completos aqui: https://worldbeyondwar.org/myths/

Mito: É impossível eliminar a guerra.

Facto: dizer isto é submeter-se fatalmente ao determinismo, acreditar que nós humanos não fazemos a nossa história, mas somos as vítimas indefesas de forças fora do nosso controlo, que não temos livre arbítrio. De facto, foi uma vez dito que era impossível abolir a escravatura legalizada, duelos, rixas de sangue e outras instituições que estavam profundamente enraizadas nas sociedades do seu tempo, práticas que são agora, se não totalmente postas no caixote do lixo da história, universalmente entendidas como sendo elimináveis. A guerra é uma invenção da sociedade, não uma característica permanente da existência humana. É uma escolha, e não algo imposto pela lei da natureza.

Mito: A guerra está nos nossos genes.

Facto: se isto fosse verdade, todas as sociedades estariam sempre em guerra, o que sabemos que não é o caso. Durante os últimos 6000 anos, a guerra tem sido esporádica e algumas sociedades não têm conhecimento da guerra. Alguns conheceram-na e depois abandonaram-na. Muitas nações optaram por não ter forças armadas. A guerra é um acontecimento social, e não biológico.

Mito: A guerra é "natural."

Facto: é muito difícil fazer com que as pessoas matem durante a guerra. É necessário um grande condicionamento psicológico até mesmo para fazê-los disparar as suas armas, e muitas vezes ficam traumatizados pela experiência e sofrem de perturbações de stress pós-traumático. Muitos veteranos de combate tornam-se toxicodependentes e muitos suicidam-se, incapazes de viver com o que fizeram. O massacre não faz parte da nossa natureza—muito pelo contrário.

Mito: Sempre tivemos guerra.

Facto: a guerra é uma invenção dos últimos cinco por cento da existência humana. A arqueologia encontra poucas provas de armas, deuses da guerra, ou sociedades dominadoras antes de 4000 a.C.

Mito: A guerra é inevitável devido a crises incontroláveis como escassez de recursos, crises ambientais, sobrepopulação, etc.

Facto: os humanos são capazes de comportamento racional. A guerra é sempre uma escolha e outras escolhas são sempre possíveis se os humanos usarem as suas capacidades de imaginação e inovação de que são dotados geneticamente. A resistência pacífica é sempre uma escolha, assim como negociações, sanções económicas, e muitas outras respostas à agressão.

Mito: Somos uma nação soberana.

Facto: a soberania assenta na crença de que um povo pode traçar uma linha à sua volta e manter de fora qualquer coisa que não queira que entre na sua nação, através da guerra como último recurso. Na realidade, as fronteiras são agora totalmente permeáveis. Não se pode manter de fora mísseis balísticos intercontinentais, ideias e informação, organismos patológicos, refugiados e migrantes, influências económicas, novas tecnologias, os efeitos das alterações climáticas, ataques cibernéticos, e artefactos culturais como filmes e tendências musicais. Além disso, muitos países não são nada homogéneos, e têm populações muito misturadas.

Mito: Vamos para a guerra para garantir a nossa defesa.

Facto: "defesa" é diferente de "ataque." Defesa significa proteger as fronteiras contra uma incursão, ao contrário da agressão, que é atravessar as fronteiras de outra nação para atacá-la. Estabelecer bases militares pelo mundo é agressivo e contraproducente, estimulando a hostilidade e as ameaças em vez de eliminá-las. Torna-nos menos seguros. Uma postura militar defensiva consistiria apenas numa guarda costeira, patrulha de fronteiras, armas antiaéreas, e outras forças capazes de repelir o ataque. As atuais "despesas da defesa" dos E.U.A. são quase totalmente para projetar o poder militar a nível global: ataque, e não defesa.

"Mas se o termo tem algum significado, não pode ser estendido para cobrir a guerra ofensiva ou o militarismo agressivo. Se 'defesa' deve significar algo diferente de 'ofensa,' então atacar outra nação 'para que não nos possa atacar primeiro' ou 'para enviar uma mensagem' ou para 'punir' um crime não é defensivo e não é necessário."
- David Swanson (Escritor, Ativista)

Mito: Algumas guerras são guerras "boas"; por exemplo, a Segunda Guerra Mundial.

Facto: é verdade que regimes cruéis foram destruídos na Segunda Guerra Mundial, mas afirmar isto é usar uma definição curiosa de "boas." A Segunda Guerra Mundial resultou numa destruição esmagadora das cidades e de todos os seus tesouros culturais, numa perda económica de proporções sem precedentes, numa poluição ambiental imensa, e (não menos importante) na morte de 100 milhões de pessoas, na mutilação e deslocação de milhões de outras, no nascimento de duas novas superpotências, e no desencadeamento da era do terror nuclear. E ambos os lados da Segunda Guerra Mundial tiveram a opção, nos anos e décadas anteriores, de tomar medidas que teriam evitado a guerra.

Mito: a "Doutrina da Guerra Justa"

Facto: a Doutrina da Guerra Justa, ou seja, que uma guerra é justificada apesar do imperativo da paz, surge de uma rejeição da prática cristã tradicional do pacifismo no século IV d. C. Esta doutrina afirmava que, para ir para a guerra, muitos critérios tinham de ser satisfeitos, incluindo que a guerra tinha de ser travada com meios proporcionais (o mal da destruição não podia sobrepor-se ao mal de não ir para a guerra), e que os civis nunca deveriam ser atacados. O massacre propositado de civis através de bombardeamentos aéreos em massa e a ascensão da mortandade colossal das armas nucleares fazem da Segunda Guerra Mundial uma guerra injusta. Na verdade, dadas as armas modernas (mesmo as chamadas "bombas inteligentes") é impossível fazer guerra sem matar crianças, mulheres, velhos e outros não-combatentes inocentes. Chamar a este mal "danos colaterais" não constitui uma exceção para o mesmo — descreve-o simplesmente com um eufemismo enganoso. Por fim, a agora comprovada alternativa de defesa não-violenta fornece uma resposta de resistência à tirania e invasão que satisfaz todos os critérios de guerra justa sem destruir milhões de vidas e é uma resposta que devolve a civilização aos valores "cristãos" originais. Nenhuma guerra pode satisfazer as condições de último recurso absoluto. Nas

guerras dos últimos vinte anos, o motivo mais importante tem sido controlar o fluxo de petróleo do Médio Oriente, e, como temos visto, a chamada "guerra contra o terrorismo" apenas tem criado mais terroristas. Contudo, um estado de guerra permanente beneficia uma pequena elite de fabricantes e fornecedores de guerra e serve como desculpa para restringir liberdades civis.

Mito: Guerra e preparação para a guerra trazem paz e estabilidade.

Facto: os antigos romanos diziam, "se queres paz, prepara-te para a guerra." O que eles tiveram foi guerra atrás de guerra até isso os destruir. O que os romanos consideravam "paz" era ditar os termos aos conquistados indefesos, tal como aconteceu depois da Primeira Guerra Mundial, altura em que um observador disse que isto não era uma paz mas uma trégua que duraria apenas vinte anos, o que acabou por ser o caso. Fazer guerra cria ressentimento, novos inimigos, desconfiança, e mais guerras. A preparação para a guerra faz com que as outras nações sintam que também devem preparar-se e assim cria-se um círculo vicioso que perpetua o sistema da guerra.

Mito: A guerra torna-nos seguros. A guerra pode ser injusta e sangrenta mas, no final, torna-nos seguros. Corolário: "O preço da liberdade é sangue."

Facto: a guerra torna toda a gente menos segura. Os perdedores perdem, os vencedores perdem, e todos os sobreviventes perdem. Na verdade, ninguém vence uma guerra moderna. Muitos são mortos em ambos os lados. Se por acaso os "vencedores" combaterem a guerra na terra dos perdedores, muitos dos seus são, ainda assim, mortos, gastam tesouros que poderiam ter sido utilizados em benefício dos seus próprios cidadãos, e poluíram a terra através da emissão de gases com efeito de estufa e da libertação de toxinas. A "guerra vitoriosa" abre caminho para futuras corridas às armas e instabilidade, levando eventualmente à próxima guerra. A guerra simplesmente não funciona.

Mito: A guerra é necessária para matar os terroristas.

Facto: a mitologia da guerra diz-nos que as "nossas" guerras (quem quer que "nós" sejamos) matam pessoas más que necessitam de ser mortas para nos protegerem e às nossas liberdades. Na verdade, enquanto alguns "terroristas" são mortos, as guerras recentes travadas por nações ricas são massacres unilaterais de inocentes e residentes comuns e acabam por criar mais terroristas enquanto envenenam o ambiente natural. Em vez de escolher uma resposta violenta ao terrorismo ou à invasão, que são apenas sintomas de um problema de conflito, é mais sensato procurar as causas da doença que levou ao conflito. Em particular, é mais eficaz aprender sobre a história e o papel que a sua nação possa ter desempenhado na criação do conflito e da hostilidade para que o problema possa ser tratado pela raiz. De outro modo, uma resposta violenta só perpetua e agrava o conflito.

Mito: A guerra é boa para a economia e beneficia os criadores da guerra.

Facto: a guerra e a preparação para a guerra enfraquecem a economia. Algumas pessoas defendem que foi a Segunda Guerra Mundial que tirou o Ocidente ou os Estados Unidos da Grande Depressão. Na verdade, foram os gastos deficitários do governo que restauraram a economia. Acontece que os gastos foram na produção da guerra, coisas que, mesmo assim, quando usadas, destruíram o valor económico. Os gastos poderiam ter ido para bens económicos que melhorassem o padrão de vida. Está bem documentado que um dólar gasto em educação e cuidados de saúde produz mais empregos do que o mesmo dólar gasto na indústria bélica, e um dólar gasto em valor de uso (em vez de bombas) como a reconstrução de estradas ou o estabelecimento de energia verde proporciona o bem comum. Os dólares gastos para manter o fluxo de petróleo, tanto para uso militar (nos EUA, 340.000 Barris por dia) como não militar, acabam por apoiar um sistema que está a destruir ativamente o ambiente.

O Pacto Kellogg-Briand 1928 (folheto informativo)

Tratado entre os Estados Unidos e outras Potências providenciando a renúncia à guerra como instrumento da política nacional. Assinado em Paris, 27 de Agosto, 1928; ratificação aconselhada pelo Senado, 16 de Janeiro, 1929; ratificado pelo Presidente, 17 de Janeiro, 1929; instrumentos de ratificação depositados em Washington pelos Estados Unidos da América, Austrália, o Domínio do Canadá, Checoslováquia, Alemanha, Grã-Bretanha, Índia, Estado Livre Irlandês, Itália, Nova Zelândia, e União Sul-Africana, 2 de Março, 1929: Pela Polónia, 26 de Março, 1929; pela Bélgica, 27 de Março 1929; por França, 22 de Abril, 1929; pelo Japão, 24 de Julho, 1929; proclamado, 24 de Julho, 1929.

PELO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.
UMA PROCLAMAÇÃO.

CONSIDERANDO que um Tratado entre o Presidente dos Estados Unidos da América, o Presidente do Reich Alemão, Sua Majestade o Rei dos Belgas, o Presidente da República Francesa, Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha, da Irlanda e dos Domínios Britânicos de além-mar, Imperador da Índia, Sua Majestade o Rei de Itália, Sua Majestade o Rei do Japão, o Presidente da República da Polónia, e o Presidente da República da Checoslováquia, providenciando a renúncia à guerra como instrumento de política nacional, foi concluído e assinado pelos respetivos plenipotenciários em Paris no vigésimo sétimo dia de Agosto, mil novecentos e vinte e oito, sendo o original Tratado, na língua inglesa e francesa, palavra por palavra, como se segue:

Profundamente sensíveis ao seu dever solene de promover o bem-estar da Humanidade;

Persuadidos de que chegou o momento em que uma renúncia franca à guerra como instrumento da política nacional deve ser feita com o objetivo de que as relações pacíficas e amigáveis agora existentes entre os seus povos possam ser perpetuadas;

Convencidos de que todas as mudanças nas suas relações mútuas devem ser procuradas apenas por meios pacíficos e ser o resultado de um processo pacífico e ordeiro, e que qualquer Poder signatário, que doravante procurará promover os seus interesses nacionais recorrendo à guerra, deve ser privado dos benefícios proporcionados por este Tratado;

Esperançosos de que, encorajados pelo seu exemplo, todas as outras nações do mundo se juntem a este esforço humano e aderindo ao presente Tratado logo que este entre em vigor, coloquem os seus povos no âmbito das suas disposições benéficas, unindo assim as nações civilizadas do mundo numa renúncia comum à guerra como um instrumento da sua política nacional;

Decidiram concluir um Tratado e para o efeito nomearam como seus respetivos

Plenipotenciários:
O PRESIDENTE DO REICH ALEMÃO:
Dr Gustav STRESEMANN, Ministro dos Negócios Estrangeiros;

O PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA:
O Honorável Frank B. KELLOGG, Secretário de Estado;

SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS:
Mr Paul HYMANS, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro do Estado;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA:
Mr. Aristide BRIAND Ministro dos Negócios Estrangeiros;

SUA MAJESTADE O REI DA GRÃ-BRETANHA, IRLANDA E DOS DOMÍNIOS BRITÂNICOS DE ALÉM-MAR, IMPERADOR DA ÍNDIA:
Para a GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE e todas as partes do Império Britânico que não são

Membros separados da Liga das Nações:
O Honorável Lord CUSHENDUN, Chanceler do Ducado de Lancaster, Secretário de Estado Interino dos Negócios Estrangeiros;

Para o DOMÍNIO DO CANADA:
O Honorável William Lyon MACKENZIE KING, Primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros;

Para a COMMONWEALTH da AUSTRÁLIA:
O Honorável Alexander John McLACHLAN, Membro do Conselho Federal Executivo;

Para o DOMÍNIO DA NOVA ZELÂNDIA:
O Honorável Sir Christopher James PARR Alto Comissário para a Nova Zelândia e Grã-Bretanha;

Para a UNIÃO SUL-AFRICANA:
O Honorável Jacobus Stephanus SMIT, Alto-comissário para a União Sul-Africana na Grã-Bretanha;

Para o ESTADO LIVRE IRLANDÊS:
Mr. William Thomas COSGRAVE, Presidente do Conselho Executivo;

Para a ÍNDIA:
O Honorável Lord CUSHENDUN, Chanceler do Ducado de Lancaster, Secretário de Estado Interino dos Negócios Estrangeiros;

SUA MAJESTADE O REI DA ITÁLIA:
Conde Gaetano MANZONI, o seu Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Paris.

SUA MAJESTADE O IMPERADOR DO JAPÃO:
Conde UCHIDA, Conselheiro Particular;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA POLÓNIA:
Mr. A. ZALESKI, Ministro dos Negócios Estrangeiros;

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA CHECOSLOVÁQUIA:
Dr. Eduard BENES, Ministro dos Negócios Estrangeiros;

que, tendo comunicado uns aos outros os seus plenos poderes encontrados em boa e devida forma, concordaram com os artigos que se seguem:

ARTIGO I

As Altas Partes Contratantes declaram solenemente, em nome dos seus respetivos povos, que condenam o recurso à guerra para solucionar controvérsias internacionais, e renunciam à mesma como instrumento de política nacional nas suas relações mútuas.

ARTIGO II

As Altas Partes Contratantes concordam que o acordo ou solução de todas as disputas ou conflitos de qualquer natureza ou de qualquer origem que possam surgir entre elas, nunca será procurada de outra forma que não seja por meios pacíficos.

ARTIGO III

O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contratantes designadas no Preâmbulo, de acordo com os respetivos requisitos constitucionais, e entrará em vigor entre estas assim que todos os seus diversos instrumentos de ratificação tenham sido depositados em Washington.

Este Tratado deverá, quando entrar em vigor, conforme prescrito no parágrafo anterior, permanecer aberto enquanto for necessário para a adesão de todas as outras Potências do mundo. Todos os instrumentos que comprovem a adesão de uma Potência serão depositados em Washington e o Tratado entrará em vigor imediatamente após este depósito; entre a Potência assim aderente e as demais Potências signatárias.

Será dever do Governo dos Estados Unidos fornecer a cada Governo mencionado no Preâmbulo e a todos os Governos que posteriormente aderiram a este Tratado uma cópia autenticada do Tratado e de cada instrumento de ratificação ou adesão. Será também dever do Governo dos Estados Unidos notificar telegraficamente tais Governos imediatamente após o depósito com ele de cada instrumento de ratificação ou adesão.

EM FÉ DO QUE os respetivos Plenipotenciários assinaram o presente Tratado, em língua francesa e inglesa, tendo ambos os textos igual força, e para isso afixam aqui os seus selos.

FEITO em Paris, aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil novecentos e vinte e oito.

[SELO] GUSTAV STRESEMANN
[SELO] FRANK B. KELLOGG
[SELO] PAUL HYMANS
[SELO] ARI BRIAND
[SELO] CUSHENDUN
[SELO] W. L. MACKENZIE KING
[SELO] A. J. MCLACHLAN
[SELO] C. J. PARR
[SELO] J. S. SMIT
[SELO] LIAM T. MACCOSGAIR
[SELO] CUSHENDUN
[SELO] G. MANZONI
[SELO] UCHIDA
[SELO] AUGUST ZALESKI
[SELO] DR. EDWARD BENES

Certificado como sendo uma cópia fiel do original assinado e depositado junto do Governo dos Estados Unidos da América.

FRANK B. KELLOGG
Secretário de Estado dos Estados Unidos da América

E CONSIDERANDO que está estipulado no referido Tratado que este entrará em vigor entre as Altas Partes Contratantes assim que todos os diversos instrumentos de ratificação tenham sido depositados em Washington;

E CONSIDERANDO que o referido Tratado foi devidamente ratificado pelas partes de todas as Altas Partes Contratantes e seus diversos instrumentos de ratificação foram depositados junto ao Governo dos Estados Unidos da América, o último em 24 de julho de 1929;

PORTANTO, saiba-se que eu, Herbert Hoover, Presidente dos Estados Unidos da América, fiz com que o referido Tratado fosse tornado público, a fim de que o mesmo e todos os seus artigos e cláusulas sejam observados e cumpridos de boa-fé pelos Estados Unidos e respetivos cidadãos.

EM TESTEMUNHO DISTO, pus aqui a minha mão e fiz com que fosse aposto o selo dos Estados Unidos da América.

FEITO na cidade de Washington, aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano do nosso Senhor de mil novecentos e vinte e nove, e da Independência dos Estados Unidos da América no ano cento e cinquenta e quatro

HERBERT HOOVER
Pelo Presidente:
HENRY L STIMSON
Secretário de Estado

NOTA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO

PAÍSES ADERENTES

Com a entrada em vigor deste Tratado em 24 de Julho de 1929, tendo sido depositados em Washington os instrumentos de ratificação de todas as potências signatárias, os seguintes países, tendo depositado instrumentos de adesão definitiva, passaram a ser partes do mesmo:

Afeganistão, Albânia, Áustria, Bulgária, China, Cuba, Dinamarca, República Dominicana, Egito, Estónia, Etiópia, Finlândia, Guatemala, Hungria, Islândia, Letónia, Libéria, Lituânia, Países Baixos, Nicarágua, Noruega, Panamá, Peru, Portugal, Roménia, Rússia, Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, Sião, Espanha, Suécia, Turquia

Adesões adicionais depositadas depois de 24 de julho de 1929. Pérsia, 2 de julho de 1929; Grécia, 3 de agosto de 1929; Honduras, 6 de agosto de 1929; Chile, 12 de agosto de 1929; Luxemburgo, 14 de agosto de 1929; Danzig, 11 de setembro de 1929; Costa Rica, 1 de outubro de 1929; Venezuela, 24 de outubro de 1929.

Fonte:
Estatutos dos Estados Unidos em geral
Vol. 46, Parte 2, Página 2343

Contracapa:

A World BEYOND War tem o prazer de fornecer *Um Sistema de Segurança Global: Uma Alternativa para à Guerra (AGSS, na sigla em inglês).*O AGSS fornece um plano para acabar com a guerra enraizado em três estratégias amplas e interligadas: 1) desmilitarizar a segurança, 2) gerir os conflitos sem violência e 3) criar uma cultura de paz. O mundo não para quando o nosso livro é publicado: ainda se faz guerra, tal como se faz progresso. O AGSS é um documento dinâmico: cada edição aborda preocupações emergentes e reflete evoluções no pensamento consideradas como essenciais para a abolição da guerra.